

# CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2025

NÚMERO 22.805 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

## CPMI quer acesso a inquéritos das fraudes no INSS

As investigações sobre os desvios bilionários de dinheiro de aposentados e pensionistas da Previdência Social começaram esta semana na CPMI do INSS, com a expectativa de embates entre governistas e oposicionistas.

Presidente do colegiado, o senador Carlos Viana (Podemos-MG) admitiu, no *CB.Poder*, que a polarização vai impactar os trabalhos. Ele garantiu, no entanto, que não vai permitir desvios de objetivos. “Não quero que vire

Bruna Gaston/CB/D.A Press



pizza nem palanque. Minha meta é entregar respostas à sociedade”, ressaltou. Viana se reuniu, ontem, com o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e pediu compartilhamento de informações

sobre os inquéritos das fraudes. “Se tivermos acesso ao que a PF levantou, podemos avançar rápido”, argumentou, mas ele reconheceu que a comissão deve prosseguir até 2026, ano de eleições.

PÁGINA 2. BRASÍLIA-DF, 5

Ed Alves/CB/D.A Press



## Vital do Rego alerta para IA nas eleições

Ao *CB.Poder* o senador Veneziano Vital do Rego (MDB-PB) falou sobre o uso negativo da IA nas disputas eleitorais do próximo ano e defendeu o regramento, apesar de admitir a dificuldade pela velocidade com que a tecnologia se desenvolve. “É uma discussão muito importante”, concluiu.

PÁGINA 4

### Direito & Justiça

#### Gonet seguirá na chefia da PGR

Lula antecipará a recondução de Paulo Gonet à chefia da Procuradoria-Geral da República, mostra a coluna Data Venia. Indicação será avaliada pelo Senado.

#### STF

Bolsonaro e mais sete começam a ser julgados terça-feira por tentativa de golpe.

#### Entrevista

A advogada Laura Santoianni avalia os 15 anos da Lei de Alienação Parental.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



**O feito de Kessler** — Estudante do 6º ano de uma escola de Taguatinga, Rafael Kessler Ferreira, 11 anos, criou uma fórmula matemática. O trabalho foi reconhecido por doutores da UnB. PÁGINA 18



#### Qualidade de vida

Uso do estradiol por mulheres na menopausa pode melhorar a memória e influenciar o desempenho cognitivo, diz estudo feito com 7 mil participantes. PÁGINA 12

#### Cruzeiro na frente

Com gols de jogadores convocados para a Seleção — Fabrício Bruno e Kaio Jorge —, time celeste venceu (2 x 0) o Atlético-MG dentro do estádio do rival, pela Copa do Brasil. PÁGINAS 19 E 20

#### Argentina

**Caravana de Javier Milei é alvo de pedradas**

PÁGINA 9

#### EUA

**Atirador mata duas crianças e fere 17 em igreja**

PÁGINA 9

## Senado aprova PL de combate à adultização

Projeto do senador Alessandro Vieira (MDB-ES) amplia as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e estabelece novas regras para proteger crianças e adolescentes no ambiente digital. Matéria foi aprovada sem contagem de votos, após uma tramitação considerada rápida — dois meses — e agora segue para a sanção do presidente Lula.

PÁGINA 6

Ed Alves/CB/D.A Press



**Rotina alterada** — A presença de mais policiais para vigiar o ex-presidente Bolsonaro, por determinação do STF, modificou novamente o dia a dia dos moradores e comerciantes do condomínio Solar de Brasília. PÁGINA 4

## Dameres revela ter câncer

Andressa Anholate/Agência Senado



Senadora do Republicanos-DF alertou para a importância do diagnóstico precoce da doença, adiantou que removeu o tumor e fará sessões de radioterapia. Ela garantiu que seguirá trabalhando. PÁGINA 6

## O novo trabalho e os 82 anos da CLT

Evento do Lide, em Brasília, debateu as relações trabalhistas em meio às rápidas revoluções tecnológicas deste século. Decano do STF, Gilmar Mendes defendeu a revisão dos modelos ultrapassados de regulação e antes considerados intocáveis.

PÁGINA 7

## Ceilândia tem noite de terror

Cinco ataques à faca, em oito horas, deixaram dois mortos na madrugada de ontem. Um homem foi preso e outro está foragido. PÁGINA 15



9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000



(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166



(61) 99256.3846



## » Entrevista | CARLOS VIANA | SENADOR (PODEMOS-MG), PRESIDENTE DA CPMI DO INSS

Parlamentar admite que polarização impactará o colegiado e fala do desafio de os trabalhos avançarem em ano eleitoral, mas diz que não permitirá quebra de decoro nem desvio de objetivo. Ele também espera acesso aos 14 inquéritos sobre as fraudes, que estão no Supremo

# “Não quero que vire pizza nem palanque”

» ALÍCIA BERNARDES

Bruna Gaston CB/DA Press

**P**residente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, o senador Carlos Viana (Podemos-MG) reconheceu que a polarização deve impactar os trabalhos de investigação das fraudes contra aposentados e pensionistas da Previdência Social, mas assegurou que não permitirá quebra de decoro nem desvio da meta do colegiado.

“Não quero que vire pizza nem palanque. Minha meta é entregar respostas à sociedade. Cada parlamentar tem o direito de falar o que quiser. O que não posso permitir é quebra de decoro. O embate político é natural, mas não pode esconder o objetivo da comissão, que é investigar os crimes”, declarou, em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Adriana Bernardes, no programa CB.Poder, parceria do **Correio** com a TV Brasília.

Devido ao grande número de depoimentos e dados a serem levantados, Viana destacou que os trabalhos podem se estender para além do prazo de seis meses. De qualquer forma, o colegiado avançará no ano eleitoral, o que será um desafio, na análise do parlamentar.

Viana se reuniu, ontem à noite, com o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e pediu o compartilhamento de 14 inquéritos a respeito das fraudes. “Se tivermos acesso ao que a Polícia Federal já levantou, poderemos avançar muito mais rápido”, explicou. A seguir, os principais trechos da entrevista:

### Qual é a avaliação do senhor sobre a aprovação do plano de trabalho da CPMI?

Fiquei mais tranquilo quando percebi que tínhamos, da parte do governo, o desejo de dialogar e também da parte do relator, com quem tenho conversado muito, de buscarmos um consenso. O plano de trabalho é a espinha dorsal de uma comissão parlamentar de inquérito. Naturalmente, por ser política, ela tem seus lados de discursos e holofotes, pontos ideológicos e partidários. Isso é natural nos embates. O que precisamos ter, com muita firmeza, é a meta, o objetivo da CPMI, que é dar respostas à população. O plano de trabalho define quais os passos, os momentos e que será ouvido, as testemunhas e os convidados. O relator, deputado Alfredo Gaspar, tem 25 anos de carreira no Ministério Público, nove deles à frente do Gaeco. Tenho confiança de que, juntos, vamos produzir uma peça jurídica firme para enfrentar a impunidade.

### Quais respostas o senhor pretende obter com a CPMI?

Primeiro, entender como essas pessoas tiveram acesso à Previdência. Há informações de que pelo menos 10 mil pessoas têm senhas de acesso ao cadastro. Isso é um absurdo. Segundo, identificar quem se beneficiou e quem possibilitou esse acesso. Terceiro, descobrir onde foi parar o dinheiro. Estamos falando de quase R\$ 10 bilhões desde 2015.

### O recorte de tempo da CPMI será de 2015 para cá?

Sim. Decidimos investigar a partir de 2015.



**Vamos convidar ex-ministros da Previdência desde o governo Dilma, diretores e superintendentes do INSS. Quanto ao irmão do presidente Lula ou a qualquer outro citado, ninguém está blindado. Se houver nexos causal, será convocado”**

Bruna Gaston CB/DA Press



**Assista à entrevista com o senador Carlos Viana, presidente da CPMI do INSS**

### Como garantir que, em um Congresso polarizado, a CPMI consiga chegar à responsabilização de quem fraudou o sistema?

Tenho experiência como relator da CPI de Brumadinho, que embasou processos no STF e ações de famílias contra a Vale. Lá, pedimos, inclusive, prisão de dirigentes. O que espero agora é o mesmo: se tiver político envolvido, vai ter que aparecer. Há indícios de lavagem de dinheiro em carros e imóveis de luxo. O sigilo bancário pode ser quebrado pela CPMI. Queremos

que os depoimentos revelem como esse esquema funcionou.

### O senhor tem uma meta para concluir os trabalhos?

A CPMI está dividida em duas etapas. Primeiro, vamos investigar os descontos irregulares de associações e sindicatos. Depois, os empréstimos consignados. Bancos e cooperativas também serão chamados. Mas é preciso separar responsabilidades: há sindicatos e instituições que atuaram legalmente. Inicialmente, o prazo é de 90 dias, mas, pela complexidade, o mais provável é que haja prorrogação.

### Houve acordo sobre nomes a serem convocados ou convidados?

O acordo foi apenas de procedimentos, não de nomes. Vamos convidar ex-ministros da Previdência desde o governo Dilma, diretores e superintendentes do INSS. Quanto ao irmão do presidente Lula ou a qualquer outro citado, ninguém está blindado. Se houver nexos causal, será convocado. Requerimentos de quebra de sigilo serão votados um a um, porque não há consenso.

### Além das apurações, a CPMI pode indicar medidas práticas de combate a fraudes?

Sim. A comissão tem poder de indicar ao governo medidas cautelares para evitar novas ações criminosas. Mas, primeiro, precisamos entender como aconteceu a tragédia da Previdência. A prevenção é central, embora crimes sempre evoluam junto com a tecnologia.

### Há preocupação de preservar a credibilidade do INSS, dado o desgaste político de uma CPMI?

Claro. O Tesouro já está ressarcindo aposentados. A questão é: quem vai ressarcir o Tesouro? Temos que identificar os culpados e confiscar bens, inclusive no exterior, onde há acordos internacionais. Não podemos

deixar o prejuízo cair no bolso do contribuinte.

### Avalia que foram fraudes isoladas ou houve uma organização?

Houve uma gênese nos descontos de associações, que existem há décadas. No governo Dilma, começaram a crescer, no final do governo Bolsonaro, houve um boom, e, no governo Lula, o valor chegou a patamares muito altos. Ou seja, atravessa governos. Descobrimos pelo menos 65 associações que surgiram e desapareceram do nada. Precisamos saber para onde foi esse dinheiro.

### Quais serão os próximos passos da CPMI?

Já amanhã (hoje) ouviremos uma servidora da Defensoria Pública e um delegado da Polícia Federal, em reunião reservada. Também buscaremos junto ao ministro André Mendonça o compartilhamento de 14 inquéritos que estão no STF. Se tivermos acesso ao que a PF já levantou, avançaremos muito mais rápido.

### Esses 14 inquéritos podem aumentar?

Sim. Recebemos denúncia de um estado do Norte onde já há cinco inquéritos abertos pelo Ministério Público. Já existe gente presa pelo esquema. Um desses presos, no Nordeste, quer colaborar. Isso pode ajudar bastante nas delações e acelerar os trabalhos.

### A oposição tratou a eleição do comando da CPMI como vitória sobre o governo. Como o senhor pretende conduzir os embates políticos?

O governo sofreu uma derrota porque já estava organizado para eleger outro presidente. Fui eleito por três votos, porque meu nome era o único de centro. Converso com governo e oposição, eu me defino como centro-direita. Durante os trabalhos, cada parlamentar terá direito de falar o que quiser, mas não permitirei quebra de decoro. O objetivo central é investigar os crimes.

### O senhor assegura que a CPMI não vai virar “pizza”?

Exatamente. Não quero que vire pizza nem palanque. Minha meta é entregar respostas à sociedade. Recebo diariamente mensagens de aposentados que confiam no nosso trabalho. Haverá pressões para encerrar rapidamente, mas não é o meu caso. Vamos até o fim, mesmo que seja necessário prorrogar.

### Na sua avaliação, qual será a duração dos trabalhos?

Com o número de depoimentos de ex-ministros, superintendentes, diretores, servidores do Dataprev e da PF, dificilmente concluiremos em 180 dias. Com o recesso de fim de ano e a volta em fevereiro, será preciso prorrogar, inclusive para aprofundar a questão dos empréstimos consignados. O cenário eleitoral pode aumentar a polarização, mas seguiremos firmes. Se essa pizza for comida, será por alguém atrás das grades.

### » Leia mais sobre a CPMI na página 4



# IOF ZERO

A man with a beard and short brown hair, wearing a dark blue jacket, is holding a blue BTGPactual card in his right hand. He is looking directly at the camera with a slight smile. The card is blue with the BTGPactual logo and a Mastercard logo. The background is a solid blue color.

**Sabia que no BTG você  
não paga IOF em compras  
no exterior?**

**Aqui, os cartões têm IOF Zero em compras  
internacionais, sem limite de valor.  
Quem espera mais de um Banco merece o BTG.**

\*Cartão sujeito à análise de crédito. A Campanha IOF Zero é válida exclusivamente para compras internacionais no crédito e débito, por tempo indeterminado, e poderá cessar a qualquer momento sem aviso prévio. Não serão consideradas transações no cartão de débito internacional. Consulte o Regulamento.

CB.PODER

# “Faltou atenção do governo”

Senador Veneziano Vital do Rêgo admite descuido do Executivo ao perder presidência da CPMI do INSS, mas diz que não há o que temer

» CAETANO YAMAMOTO\*

O senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), suplente da CPMI do INSS, reconheceu, ontem, que houve descuido do governo ao perder a presidência da comissão que investigará as fraudes contra aposentados e pensionistas da Previdência Social. O Planalto esperava emplacar o senador Omar Aziz (PSD-AM), mas a oposição conseguiu eleger o senador Carlos Viana (Podemos-MG). Em outro revés para o governo, a relatoria ficou com o deputado deputado Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“Acho que faltou, por parte do governo, uma atenção maior, principalmente quando se avizinhava o momento da sua instalação. E estava bastante claro que não haveria entendimento sobre o nome sugerido por nós, do grupo do governo, que era o do nosso estimado e competente senador Omar Aziz”, disse Vital do Rêgo, aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, no programa *CB.Poder*, parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

O parlamentar destacou, porém, que a escolha de Viana não trará problemas para o Executivo, se o presidente da CPMI cumprir o propósito de investigar as fraudes. “O atual governo, em nenhum momento, quis esconder, escamotear, desconhecer fatos que, preteritamente a este mesmo governo, já existiam”, ressaltou. Vital do Rêgo frisou, no entanto, que o interesse da oposição é usar a comissão como palanque, ante o ano eleitoral que está por vir.

Para Vital do Rêgo, os últimos dois meses melhoraram a imagem

Ed Alves CB/DA Press



**Acho que faltou, por parte do governo, uma atenção maior, principalmente quando se avizinhava o momento da sua instalação. E estava bastante claro que não haveria entendimento sobre o nome sugerido por nós, do grupo do governo, que era o do nosso estimado e competente senador Omar Aziz”**

**Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), senador**

do governo e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o episódio do IOF e a resistência do Executivo ao tarifaço imposto ao Brasil pelo presidente Donald Trump. O senador também comentou a postura do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que, com o aval do pai, foi para os EUA buscar sanções ao país e a autoridades do Executivo e do Judiciário.

“Atentar contra a nossa soberania, atentar contra os nossos

empregos, atentar contra os nossos setores agredidos, abalados violentamente com esse tarifaço. E por qual motivo? Não foi o motivo econômico, evidentemente. E veja que eles nem fazem questão de camuflar ou de dissimular. Eles assumem”, explica o parlamentar.

## Inteligência artificial

O senador defendeu a regulação das redes sociais e alertou para

os riscos do uso negativo da inteligência artificial, especialmente nas disputas eleitorais. “Eu penso que a gente precisa fazer uma regulação. E essa regulação não é, como dizem vozes antagônicas, para impedir a liberdade de expressão, é para colocar uma ordem, estabelecer limites, fazer um regimento. É para proteger, ao final, nós mesmos”, frisou.

Ele também admitiu a dificuldade de regulamentar a IA, que

está em constante evolução. “É uma discussão muito importante, porque nós não acompanhamos. A gente faz o regimento hoje; amanhã ela já vai estar muito mais avançada.”

Vital do Rêgo lamentou a demora do Congresso em agir contra a adultização e a exploração infantil nas plataformas digitais, só se mobilizando após as denúncias feitas pelo influenciador Felca.

“Quanto tempo nós deixamos

de fazer, mesmo sabendo que já era necessário e cabível. Então, vamos aprovar esse projeto de adultização, estabelecer uma mínima proteção às pessoas que são mais suscetíveis, às nossas crianças, aos nossos adolescentes, que estão mais vulneráveis ao uso doentio, criminoso, mercantil desses meios”, disse. Ontem à noite, o Senado aprovou o projeto contra a adultização (**leia reportagem na página 6**)

## PESQUISA

# Caso Marielle é usado como ameaça

» LETÍCIA CORRÊA\*

O Instituto Marielle Franco (IMF) apresentou, ontem, na Câmara, a pesquisa *Regime de ameaça: a violência política de gênero e raça no âmbito digital (2025)*. O estudo mostra que 63% das ameaças analisadas fazem alusão direta ao assassinato da vereadora, ocorrido em 2018. Também revela outros números alarmantes de agressões contra mulheres que trabalham no espaço político.

“Essa menção é um padrão simbólico e violento que usa esse crime como instrumento de controle, ao converter o caso Marielle Franco em uma espécie de advertência brutal dirigida a outras mulheres negras e LGBTQIs que ousam ocupar

o espaço político. Essa ocorrência denuncia como a violência política no âmbito digital pretende ser também pedagógica: ensinar pela ameaça, mobilizando o medo e a memória de uma execução política traumática para nossa democracia”, afirmou o assessor de pesquisa e incidência do Instituto Marielle Franco, Aron Giovanni de Oliveira.

Foram analisados 77 casos registrados entre junho de 2021 e julho de 2025. Dessas ocorrências, 69% das mulheres ameaçadas se autodeclararam pretas, seguidas por pardas (18%), brancas (10%) e não identificadas (3%). Em relação à sexualidade, 61% são heterossexuais, 25% bissexuais e 11% lésbicas. Cerca de 87% das vítimas são negras, trans ou travestis, LGBTQIAP+ e/

Dayane Pires/CMRJ



## A vereadora Marielle Franco foi assassinada em 2018

ou periféricas. Segundo o IMF, não existe democracia sem a força, o corpo e a voz das mulheres negras.

O instituto identificou sete principais formas de violência política de gênero e raça no âmbito digital (VPGR): ameaça e intimidação, desinformação e fake news,

discurso de ódio, violência simbólica e discursiva, exposição indevida de dados, assédio digital e invasão das redes.

Entre as intimidações, a agressão mais frequente (71%) são as ameaças de morte, com 63,6% dos casos, seguidas por ameaças de

estupro (30,9%), de agressão física (3,6%) e de exposição indevida de dados sensíveis (2,2%). O objetivo dos ataques é amedrontar para interromper ou atrapalhar o mandato das vítimas, já que 71% delas são parlamentares ativas.

Em relação às plataformas, 51% das VPGRs ocorreram por e-mails e 49% nas redes sociais, como Instagram, Facebook e Whatsapp.

Brisa de Lima, coordenadora de incidência e pesquisa do IMF, não demoniza as redes sociais e entende que existem pontos positivos no uso delas, porém ressalta a necessidade de mudança dos aplicativos, que estão reproduzindo preconceitos dos agressores.

“Embora também possam ser utilizadas como ferramentas de mobilização e denúncia por defensoras de direitos humanos, as redes sociais têm sido, massivamente, instrumentalizadas para amplificar violências políticas. Casos de xingamentos transfóbicos e racistas proferidos por representantes

da extrema-direita são filmados e disseminados on-line como estratégia para inflamar suas bases. É comum que essas agressões incluam alusões a Marielle Franco, especialmente em ameaças contra mulheres negras que atuam em espaços públicos”, afirmou.

O IMF propôs mudanças para as redes sociais, como criação de canais de denúncia unificados e com mecanismo de tipificação das violências diretamente nas plataformas, com especial atenção às redes de e-mail, para vítimas de violência política digital de gênero e raça; e estabelecimento de critérios para a monetização de conteúdos e engajamento de publicações, nos quais sejam vetados conteúdos violentos, de desinformação e discurso de ódio.

A reportagem entrou em contato com a Meta (Instagram, Facebook e WhatsApp), que enviou links nos quais a empresa afirma já possuir formas de proteger as vítimas.

## INVESTIGAÇÃO

# Reclamações e indiferença no condomínio de Bolsonaro

» RAFAELA BOMFIM\*

A 20 quilômetros do Supremo Tribunal Federal (STF), em uma região nobre da capital, moradores do condomínio Solar de Brasília 2 tentam se adaptar a mais uma mudança na rotina, após o ministro Alexandre de Moraes determinar reforço na vigilância do ex-presidente Jair Bolsonaro, réu na Corte por tentativa de golpe de Estado.

Há meses o condomínio é movimentado pela presença da imprensa e de políticos que visitam o ex-chefe do Executivo, em prisão domiciliar desde 4 de agosto. Nesta semana, o local passou a ser monitorado por policiais penais. Três agentes estão a postos em frente à residência de Bolsonaro. A medida, segundo Moraes, é necessária ante o risco de fuga do ex-presidente.

Fora do condomínio no Jardim Botânico, comerciantes e

moradores perceberam mudanças pontuais. E têm opiniões distintas. Na padaria próxima, Michelle Fontenelle disse que a movimentação chegou a aumentar as vendas durante as manifestações, mas sem tumulto. “O pessoal vinha, comprava água, cerveja e ficava ali. Nunca deu confusão. No dia a dia, não muda muita coisa, só o trânsito, quando tem muita gente”, descreveu.

Para o cabeleireiro Artur Augusto, a situação não gera incômodo, mas ele vê exagero em torno do ex-presidente. “Todo mundo aqui o apoia. Acho desnecessário tanto policiamento, mas os moradores não se sentem pressionados. Só tem mais imprensa mesmo”, comentou. Em outra loja, Carla Araújo observou que as perguntas sobre Bolsonaro são raras. “Tenho 20 dias aqui e só uma moça perguntou. O movimento está normal, só passa carro oficial às vezes”, contou.

Já Uriel Souza, que também trabalha no comércio próximo, considera que o reforço policial e a presença de repórteres causam transtornos. “Logo quando saiu o decreto da prisão, foi tumultuado. Alguns moradores reclamam da bagunça na entrada, do trânsito parado e da demora para entrar. É chato, porque atrapalha a rotina de quem mora aqui”, afirmou.

Dentro do condomínio, a avaliação também é dividida. O morador George Rodrigues vive há quatro anos no local. Segundo ele, a rotina mudou depois que Bolsonaro entrou em prisão domiciliar. “Agora é fila para entrar, os agentes conferem tudo. Para nós, que temos família, é chato. Não tenho nada contra a investigação, mas virou uma exposição desnecessária”, criticou.

**\*Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa**

Ed Alves / CB/ DaPress



## Policiais penais passaram a monitorar residência do ex-presidente

## » Michelle reclama

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro criticou o reforço no monitoramento do condomínio onde o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cumpre prisão domiciliar. Ela afirmou que o “desafio” de lidar com as medidas cautelares tem sido cada vez maior. “A cada dia que passa, o desafio tem sido enorme: resistir à perseguição, lidar com as incertezas e suportar as humilhações. Mas não tem nada, não. Nós vamos vencer”, escreveu Michelle no Instagram, com um fundo que remete às cores da bandeira do Brasil. Na terça-feira, filhos de Bolsonaro também se queixaram do monitoramento ao domicílio do pai.

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Sai, não sai

As pressões no PP e no União Brasil para que seus ministros deixem o governo Lula resultaram na seguinte provocação pelos aliados desses ocupantes do primeiro escalão: vejamos se turma indicada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e outros integrantes do partido, deixará o governo. No rol, estão a Caixa Econômica Federal e a Codevasf, que não foi indicação do senador.

## Um vice...

O ministro dos Transportes, Renan Filho, chamou para si a tarefa de fazer o embate com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Em suas redes sociais, apresentou a fala de Tarcísio no Seminário Brasil Hoje, do think-tank Esfera, e comparou números de investimentos federais do governo Lula no setor de infraestrutura com os de Tarcísio, no governo Bolsonaro. E, ao referir-se ao slogan “40 anos em 4”, disse que Tarcísio ainda precisa comer muito “feijão com arroz” para se comparar a Juscelino Kubitschek.

## ... na área

Muita gente no PT e fora dele viu o gesto de Renan Filho como um gol junto ao presidente Lula, que, aliás, não acharia ruim ter o ministro como seu companheiro de chapa no ano que vem. Renanzinho, porém, é visto no partido como o nome para o governo de Alagoas.

## E o foro, hein?

O ministro decano do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, abriu o seminário econômico do grupo Líderes Empresariais (Lide), capitaneado pelo ex-governador de São Paulo João Doria, com um recado aos que pensam em acabar com o foro privilegiado: “O que está a ocorrer talvez seja um tipo de casuismo: ‘mudando o foro, eu tiro a matéria da competência do Supremo. Daqui a pouco, a gente volta ao Supremo buscando proteção’. Então, é bom que a gente tenha juízo nessas mudanças”. Leia mais sobre o seminário e a posição de Gilmar no *Blog da Denise*, no site do **Correio**.

# O PT que se defende na CPMI

O PT ficará praticamente sozinho na defesa de seu governo dentro da CPMI do INSS. Parlamentares da estatura de Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL) e Eduardo Braga (MDB-AM), que ajudaram e muito os petistas na CPI da Pandemia, no governo Bolsonaro, decidiram não se expor. Renan não quer ir para o confronto contra o relator, Alfredo Gaspar (AL), que é do União Brasil em seu estado. Braga é candidato ao Senado no Amazonas e também não deseja servir de beque na CPMI em defesa do Poder Executivo e das associações, muitas delas ligadas ao PT. Hoje, por exemplo, nem irá à reunião. Disse à coluna que tem compromissos no Amazonas.

**Se não ajudou.../ ... é porque não queria.** O senador Omar Aziz foi presidente da CPI da Pandemia. Atuou de forma contundente. Atualmente, considera-se desprestigiado, uma vez que não houve um trabalho por parte do Executivo para que ele fosse eleito presidente da CPMI do INSS. Agora, entre ficar na planície da comissão para defender um governo que praticamente o largou à própria sorte no dia da votação, e cuidar da própria vida no Amazonas, Aziz ficará com a segunda opção. Ninguém quer se expor a estragos eleitorais em nome de uma seara sindical mais afeita aos petistas e aos pedetistas. Por isso, o PT, que deixou a oposição correr solta na CPMI, que trate de resolver o problema.



## CURTIDAS

**Uma vaga em São Paulo/** Com a atual situação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos, muitos calculam que há uma vaga aberta para o Senado em São Paulo. Até o momento, o secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Guilherme Derrite (PP), e o deputado Ricardo Salles (Novo), anunciaram suas pré-candidaturas. Entretanto, interlocutores dizem que Derrite está repensando essa possibilidade. Ele calculava sair em dobradinha com Eduardo.



**Paternidade/** O senador Eduardo Braga (foto) não virou ministro de Minas e Energia, mas encontrou um jeito ser o “pai da reforma do setor elétrico”, ao assumir a presidência da comissão mista da medida provisória sobre o tema. Ele já foi ministro da área e, a contar pela conversa de bastidores no MDB, vai tratar de tirar esse título do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Para interlocutores, é uma forma de Braga ser o ministro que não foi. O senador foi cotado para o MME numa possível reforma ministerial e, agora, é muito tarde para assumir a pasta.

**Política é feita de gestos/** Durante a votação do projeto da adultização no Senado, o presidente Davi Alcolumbre deixou a mesa para que o autor do projeto, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), presidisse a sessão durante o registro dos votos. Um gesto desses tem muito valor diante do colegiado.

**Correio no palco/** A jornalista Eduarda Esposito, do **Correio Braziliense** e repórter da coluna, foi vencedora da menção honrosa do Prêmio Marco Maciel, da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abriq), na categoria jornalismo. Eduarda foi autora da reportagem *Lobby avança no país mesmo sem regulamentação*, publicada em dezembro de 2024.

## CONGRESSO

# Blindagem une da direita à esquerda

PEC em tramitação deixa congressistas a salvo de punições do Supremo. Nos bastidores, seria uma reação aos inquéritos do orçamento secreto

» ISRAEL MEDEIROS

Os deputados pressionam o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que leve a votação a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das prerrogativas parlamentares — a chamada “PEC da Blindagem”, defendida por parlamentares da direita à esquerda, especialmente aqueles que já enfrentaram ou enfrentarão processos judiciais no Supremo Tribunal Federal. Foi apresentada pelo deputado licenciado Celso Sabino, hoje ministro do Turismo, em 2021.

O texto volta aos holofotes dias depois de o ministro Flávio Dino, do STF, determinar a abertura de inquéritos, pela Polícia Federal (PF), para apurar mais de 900 planos de trabalhos de emendas — que totalizam cerca de R\$ 700 milhões — com cadastro irregular. Um acordo feito entre os líderes, na terça-feira, previa que o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) entregasse parecer sobre a matéria na manhã de ontem. As discussões nos bastidores, no entanto, duraram o dia inteiro. Motta reuniu os líderes de partidos na residência oficial da Presidência da Câmara para conversar sobre o tema.

O principal ponto da PEC limita os poderes do Judiciário sobre os parlamentares. Nos casos de prisões, por exemplo, só poderão ser detidos em caso de flagrante por crime inafiançável — como racismo, terrorismo ou ataques ao Estado Democrático Direito. Nas últimas semanas, deputados também negociaram a inclusão de uma autorização prévia do Congresso para a abertura de processos criminais contra congressistas.

Em um evento na manhã de ontem, Motta defendeu a proposta e negou que outros temas de interesse da sociedade estejam sendo deixados de lado para dar lugar

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



a interesses corporativos do Congresso. “A Câmara tem dado urgência a diversas pautas da sociedade, setores importantes, pautas econômicas. Discutir as prerrogativas parlamentares também é uma prioridade. É um direito do Congresso discutir aquilo que entende ser importante para que os parlamentares tenham independência acerca de suas atividades”, disse.

Motta também negou que a proposta tenha sido pautada como forma de retaliar o STF por processos recentes contra parlamentares. Segundo o deputado, a proposta “atende ao espírito da Casa”, contemplando interesses tanto da oposição quanto de governistas. “É uma medida que o Poder Legislativo entende que deve discutir, pelo menos na

Câmara, sobre essa revisão constitucional, acerca daquilo que a nós é garantido”, observou.

## Incômodo

O presidente da Câmara voltou a falar sobre o assunto na tarde de ontem. “Algumas decisões têm transgredido o limite daquilo que é garantido. Essa instabilidade tem incomodado os parlamentares. Não é uma medida de retaliação de quem quer que seja”, garantiu.

A deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) considera que a PEC abre a porteira à impunidade parlamentar. Para ela, o Congresso deveria focar em pautas mais importantes, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Para a parlamentar, o texto abre margem

para dificultar a punição de deputados que cometerem crimes.

“Os parlamentares estão querendo usar o conceito de imunidade parlamentar, que é para evitar julgamentos arbitrários, para, na verdade, proteger tanto os golpistas quanto os corruptos, que querem dar um troco no Supremo por investigações importantes recentes: a do 8 de Janeiro e, também, a das emendas do orçamento secreto. Isso é grave”, afirmou Sâmia.

Já o senador Fabiano Contarato (PT-ES) disse que o texto é um “retrocesso inaceitável”. “Parlamentar não pode ter proteção especial para escapar da Justiça. Isso afronta o princípio da igualdade, favorece a impunidade e mina a confiança da população nas instituições. Quem não deve, não teme”, afirmou.



**A Câmara tem dado urgência a diversas pautas da sociedade, setores importantes, pautas econômicas. É um direito do Congresso discutir aquilo que entende ser importante para que os parlamentares tenham independência acerca de suas atividades”**

**Deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara**

## Foro deve ficar no STF

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, advertiu que a proposta em discussão na Câmara para a retirada, das mãos do STF, dos julgamentos de autoridades com prerrogativa de foro. Para o decano da Corte, o texto representa um “casuismo”.

Conferencista de um painel do Seminário Econômico Lide, organizado pelo ex-governador de São Paulo João Doria, Gilmar ressaltou que manter o foro no âmbito do Supremo é essencial para evitar abusos nas instâncias inferiores. Ele deu algumas hipóteses para defender sua posição.

“Fico a imaginar, por exemplo, uma busca e apreensão determinada por um juiz de Cabrobó (CE) na Câmara dos Deputados, ou uma ordem de prisão ordenada por um juiz de Diamantina (MG) a um senador. Isso seria a subversão completa da nossa tradição jurídica”, frisou.

A proposta de tirar das mãos do STF os julgamentos para aqueles que desfrutaram de prerrogativa de foro faz parte de um pacote que os bolsonaristas tentam aprovar na Câmara — que inclui a “PEC da Blindagem” e a anistia aos golpistas do 8 de Janeiro. A proposta de emenda constitucional, porém, tem simpatias, inclusive, entre partidos de esquerda.

Indagado sobre o apoio da Corte ao ministro Alexandre de Moraes, o decano do STF assegurou que é “inquestionável”. “Se hoje estamos em um ambiente democrático, devemos muito a Alexandre de Moraes. E tenho certeza de que a história fará justiça a ele”, observou.



SOCIEDADE

# PL da Adultização passa e vai a sanção de Lula

Senadores aprovam matéria sem contagem de votos. Projeto tramitou em quase dois meses — rápido para os padrões do Congresso

» VANILSON OLIVEIRA

O Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) da Adultização, que estabelece novas regras para proteger crianças e adolescentes no ambiente digital. O trâmite da matéria no Congresso ocorreu em quase dois meses, o que é considerado rápido para os padrões do Legislativo. Isso porque, em 1º de agosto, o youtuber Felipe Bressanin Pereira, o Felca, denunciou a exposição precoce de menores nas redes sociais, o que provocou a reação de deputados, senadores e da sociedade civil. Uma das contas mostradas por Felca para explicar a adultização era a do influenciador Hytalo Santos. Ele e o marido, Israel Nata Vicente, foram presos sob a acusação de explorarem menores de idade em vídeos nas postagens nas redes.

O texto segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a votação ocorreu sem contagem de votos dos parlamentares. No entanto, os senadores Carlos Portinho (PL-RJ), Eduardo Girão (Novo-CE) e Luís Carlos Heinze (PP-RS) fizeram questão de registrar que votariam contrariamente ao PL. Para os três, o projeto é uma brecha para propostas de regulação das redes.

O PL da Adultização é de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-ES) e passou a ser chamado de ECA Digital, pois amplia as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente para o universo virtual. A iniciativa impõe às plataformas o “dever de cuidado” no trato com usuários menores de idade, estabelecendo responsabilidades específicas para reduzir riscos de crimes como pedofilia, exploração sexual e abusos relacionados ao uso excessivo da internet.

## “Caixa de saque”

A única alteração significativa do Senado foi proibição de **“caixas de saque”** (loot boxes) em jogos

Waldemir Barreto/Agência Senado



Autor do PL da Adultização, senador Alessandro Vieira, e relator da matéria, senador Flávio Arns, acompanham a decretação do resultado da votação

## Um recurso atraente

As “caixas de saque” são ferramentas inseridas nos jogos que podem ser compradas pelos usuários. Essas “caixas” guardam itens surpresas que podem ser úteis dentro do universo do game. São um recurso comum em muitos videogames, especialmente nos jogos on-line e nos chamados “free-to-play” (gratuitos para jogar). Os jogadores compram esses itens virtuais com dinheiro real (ou, em alguns casos, com moeda do jogo) para ter a chance de receber uma variedade de prêmios aleatórios.

on-line. O dispositivo havia sido proibido na primeira aprovação, mas a regra acabou sendo alterada pelos deputados e os senadores voltaram a proibi-lo.

Na leitura do relatório do PL, o senador Flávio Arns (PSB-PR) afirmou que o mecanismo “possui elementos marcantes de jogos de azar” e ativa mecanismos de recompensa do cérebro. “Não existem limites seguros para que crianças e adolescentes utilizem este tipo de ferramenta”, afirmou.

O texto aprovado pelo Senado determina que as empresas de tecnologia devem oferecer mecanismos para que os pais acompanhem de forma efetiva o que seus

filhos fazem on-line. Entre as medidas previstas estão: restrição de contatos diretos entre adultos e menores, possibilidade de limitar o tempo de uso e de bloquear conteúdos considerados impróprios. As contas de crianças, segundo o PL, só poderão ser criadas se estiverem vinculadas ao perfil de um responsável legal, que terá acesso às configurações e ao histórico de atividades.

No campo da privacidade, o projeto obriga as redes sociais a adotar, como padrão, o nível máximo de proteção de dados de crianças e adolescentes, proibindo a coleta excessiva de informações pessoais. Serviços com

conteúdo adulto deverão adotar sistemas confiáveis de verificação de idade, a fim de impedir o acesso de usuários que não comprovem a maioridade.

A publicidade dirigida também sofrerá mudanças significativas. O projeto veda o uso de perfis comportamentais ou análises emocionais para direcionar anúncios a menores de idade. Além disso, plataformas não poderão criar perfis comerciais voltados a esse público.

A proposta ainda prevê que qualquer conteúdo relacionado à exploração sexual de crianças e adolescentes seja imediatamente removido e comunicado

## » Justiça de SP impõe proibição

A 7ª Vara do Trabalho de São Paulo determinou que o Facebook e o Instagram devem proibir a exploração de trabalho infantil que não tiverem autorização judicial prévia. Caso descumpram a ordem, podem receber multas de R\$ 50 mil por criança ou adolescente em situação irregular, com prazo de cumprimento de cinco dias úteis a partir da intimação. A juíza Juliana Petenate Salles atendeu a uma ação civil do Ministério Público do Trabalho (MPT). “Manter crianças e adolescentes expostos na internet para fins de lucro, sem devida avaliação das condições em que ocorre o trabalho artístico e sem autorização da Justiça, gera riscos sérios e imediatos”, afirmou a juíza na decisão. O MPT juntou, no processo, cópia de inquérito que mostra perfis de menores em atuação comercial nas plataformas, em desacordo com o artigo nº 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

às autoridades competentes. Empresas com mais de 1 milhão de usuários menores de idade terão a obrigação de publicar relatórios semestrais sobre denúncias recebidas e medidas de proteção adotadas.

As punições para quem descumprir as novas normas variam de advertências e multas que podem chegar a R\$ 50 milhões por infração, até a suspensão temporária das atividades no Brasil. O projeto também alcança fabricantes de dispositivos eletrônicos conectados à internet, que deverão incluir alertas nas embalagens sobre riscos digitais para crianças e adolescentes.

## SAÚDE

# Em sessão no Senado, Damares anuncia tratar câncer

» FABIO GRECCHI  
» ALÍCIA BERNARDES

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) anunciou, ontem, na reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que tem câncer de mama, mas deu início ao tratamento faz pouco tempo. Ela teve o diagnóstico da doença há um mês. Na conta do Instagram, por meio de uma postagem, ela comunicou que, apesar do problema, não pretende suspender a atuação no Congresso.

“Deus me deu, aqui em Brasília, os melhores médicos do mundo e, como vocês repararam, não parei de trabalhar. Fiz a cirurgia para retirada do tumor numa quinta-feira (31/7), na segunda (4/8) já estava trabalhando, presidindo uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. Estou bem. Na próxima semana começo as sessões de radioterapia e não vou parar de trabalhar”, salientou na publicação que fez no Instagram.

Ainda na rede social, a senadora citou um projeto de lei que diminui

para 30 anos a idade mínima para realização de mamografia na rede pública de saúde. “Não importa sua idade, se você, no autoexame, detectar qualquer alteração em sua mama procure imediatamente um médico e peça para fazer uma mamografia”, frisou.

## Solidariedade

Entre os que expressaram solidariedade à senadora pela postagem no Instagram, estão a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão; a deputada federal Mayra Pinheiro (PL-CE); e o vereador carioca Leniel Borel (PP), pai do menino Henry Borel — morto em 8 de março de 2021, depois de espancado e torturado pela mãe e pelo padrasto, o ex-vereador carioca Dr. Jairinho.

Na sessão de ontem, na comissão, ela observou que a rotina parlamentar pode sofrer ajustes em razão da condição física devido ao esforço do tratamento. “Hoje (ontem), na reunião mais cedo, fiz um anúncio público na outra comissão e acho justo fazer este anúncio aqui também”, disse.

Andressa Anhollete/Agência Senad



Damares explicou que havia comunicado sobre a doença previamente à equipe do gabinete, mas decidiu tornar público que está em tratamento ao participar da instalação da Subcomissão do Câncer na Comissão de Saúde.

Segundo a senadora, o fato de ter descoberto a doença precocemente fez toda a diferença. “Em 18 dias, consegui fazer a cirurgia e,

com cinco dias, estava trabalhando. Com cinco dias, estava aqui no Senado, depois da cirurgia. Com dor, com um pouquinho de dor, mas com todos os meus cuidados. Só foi difícil não abraçar os colegas nesse período. Mas o diagnóstico precoce foi fundamental para estar como estou”, explicou.

Depois de comunicar o diagnóstico, Damares pediu a compreensão

dos colegas e solicitou o encerramento da sessão. “Na próxima semana, quem sabe, começo a audiência, a sessão, lendo os informes... É porque, realmente, já estou no meu limite físico neste momento”, disse.

A senadora não é a primeira figura pública feminina a anunciar um diagnóstico de câncer. Em 2009, a ex-presidente Dilma Rousseff — então ministra da Casa Civil do segundo

governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — que se submeteria a um tratamento contra câncer no sistema linfático, depois de retirado um tumor de dois centímetros de sua axila.

Dilma tinha um linfoma não Hodgkin e se submeteu a sessões de quimio e radioterapia e teve remissão da doença em dois meses. O tratamento foi encurtado devido ao progresso das sessões.



**Deus me deu os melhores médicos do mundo e não parei de trabalhar. Fiz a cirurgia para retirada do tumor, na segunda (4/8) já estava trabalhando, presidindo uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. Na próxima semana começo as sessões de radioterapia e não vou parar”**

**Senadora Damares Alves (Republicanos-DF)**

|                                  |                                                  |                                 |                                                                          |                                                 |                      |                                          |                                                                                            |
|----------------------------------|--------------------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|----------------------|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Bolsas</b><br>Na quarta-feira | <b>Pontuação B3</b><br>Ibovespa nos últimos dias | <b>Dólar</b><br>Na quarta-feira | <b>Salário mínimo</b><br>Últimos                                         | <b>Euro</b><br>Comercial, venda na quarta-feira | <b>CDI</b><br>Ao ano | <b>CDB</b><br>Prefixado 30 dias (ao ano) | <b>Inflação</b><br>IPCA do IBGE (em %)                                                     |
| 1,04%<br>São Paulo               | 137.968<br>22/8 25/8 26/8 27/8                   | R\$ 5,417<br>(- 0,32%)          | 21/agosto 5,479<br>22/agosto 5,425<br>25/agosto 5,414<br>26/agosto 5,434 | R\$ 1.518                                       | R\$ 6,303            | 14,90%                                   | Março/2025 0,56<br>Abril/2025 0,43<br>Maio/2025 0,26<br>junho/2025 0,24<br>Julho/2025 0,26 |

MERCADO DE TRABALHO

# Gilmar Mendes: “CLT era uma vaca sagrada”

Em evento promovido pelo Lide, o ministro defendeu a flexibilização das relações de trabalho e disse que o modelo atual não corresponde à realidade. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, reagiu afirmando que a pejotização é uma “fraude”

» FERNANDA STRICKLAND  
» ROSANA HESSEL

Brasil e o mundo vivem uma “revolução silenciosa” nas relações de trabalho, impulsionada pela tecnologia, pela globalização e pela mudança no perfil dos trabalhadores. Esse foi o pano de fundo do seminário promovido pelo Lide - Grupo de Líderes Empresariais, ontem, em Brasília. O evento reuniu ministros, empresários e representantes do setor produtivo para debater o futuro do trabalho e da economia nacional.

O encontro ocorreu em uma data simbólica: os 82 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Um dos pontos mais sensíveis discutidos foi a chamada pejotização, termo usado para designar a contratação de profissionais como pessoa jurídica em vez do regime celetista. O tema está diretamente ligado ao Recurso Extraordinário 1.532.603, em análise no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Gilmar Mendes — também presente ao seminário.

Em sua palestra, Gilmar Mendes comentou que a CLT foi, por muito tempo, tratada como intocável no país. Ele defendeu a revisão dos modelos ultrapassados de regulação. “A CLT, de alguma forma, se tornou um pouco de vaca sagrada, que não poderia mexer”, disse o ministro decano do STF. A realidade atual, segundo ele, impõe mudanças e exige que o sistema jurídico dê segurança tanto a trabalhadores quanto a empresas, acompanhando a evolução das formas de trabalho e evitando a insegurança econômica.

O magistrado reforçou que o julgamento não busca extinguir modelos de contratação, mas fixar parâmetros jurídicos. “Não se trata de escolher entre um modelo formal ou informal, mas entre um modelo com trabalho e outro

Evandro Macedo/Lide



Em sua palestra, Gilmar Mendes defendeu que é preciso assegurar coerência institucional diante de fenômenos como terceirização

sem trabalho”, declarou, defendendo flexibilidade regulatória, requalificação profissional e investimentos em educação.

O ex-governador João Doria, criador do Lide, também fez defesa enfática da prática. “É um erro grave querer eliminar a pejotização. Isso é uma visão sindicalista retrógrada. Nada contra os sindicatos ou os trabalhadores celetistas, mas acabar com essa possibilidade é dar um passo perigoso rumo ao passado”, afirmou, elogiando o papel do STF em manter diálogo

com o setor produtivo.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, chamou a atenção para a falta de clareza conceitual nos debates trabalhistas, sobretudo em relação a novas formas de ocupação, como o trabalho por plataformas digitais. “É preciso que nós saibamos do que estamos falando. Sem um consenso conceitual, aumenta-se o risco de disputas judiciais e de insegurança para trabalhadores e empresas”, disse, recorrendo a uma metáfora de Alice Através do Espelho, de Lewis

Carroll, para criticar a elasticidade de definições jurídicas. Gonet defendeu maior precisão na diferenciação entre “trabalho autônomo”, “prestador de serviço” e “vínculo empregatício” para evitar legislar “no escuro”.

### Reação

Mais tarde, durante entrevista na qual detalhou os números da geração de emprego no país, o ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho rebateu as críticas feitas

por Gilmar Mendes à CLT e saiu em defesa da formalização do emprego. Para ele, a pejotização “é uma fraude trabalhista” e um “crime contra a ordem econômica do país”.

“Não ouvi os comentários do ministro Gilmar Mendes. Mas há muitos equívocos sendo cometidos pelo Judiciário, em particular, pelo Supremo Tribunal Federal, em relação à legislação trabalhista, em relação à pejotização”, afirmou afirmou Marinho. “Nós estamos inteiramente à disposição para dialogar e encontrar maneiras

inteligentes, e temos, mas não encaminhar um processo de pejotização. Isso é fraude trabalhista”, acrescentou.

Marinho reconheceu que é preciso olhar o mercado de trabalho e compreender a necessidade de eventuais ajustes. “Isso é uma coisa. Mas caminhar para a pejotização é um desastre. Se o STF bancar um processo amplo de pejotização, é um crime contra a ordem econômica do país”, afirmou.

De acordo com o ministro, a pejotização do mercado de trabalho compromete a arrecadação da Previdência Social, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que são fomentados por meio da CLT. “Isso vai comprometer severamente a Previdência Social, vai comprometer severamente o Fundo de Garantia, o FAT, e, portanto, o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Sistema S, porque tudo isso é alimentado pela folha de pagamento, via CLT”, frisou.

“Espero que o Supremo não venha respaldar a fraude trabalhista, enfraquecer a Previdência, enfraquecer o FGTS, que tem um papel importante de proteção dos trabalhadores, de financiamento de infraestrutura, do Minha Casa Minha Vida”, afirmou Marinho.

O titular do MTE ressaltou que o FAT, tem a tarefa de abastecer o BNDES, que está desempenhando um papel importante no financiamento do processo de reindustrialização, da nova indústria nacional, da indústria verde, voltado para a descarbonização. “Enfim, há um conjunto de questões aqui financiadas com recursos que vem das folhas de pagamento, portanto, do sistema CLT. E você tem o sistema S, tão elogiado por todo mundo, que também vai junto nessa enxurrada. É isso que nós queremos?”, questionou.

## Número de novas vagas com carteira assinada soma 129 mil

Em julho, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) registrou a criação de 129.775 postos com carteira assinada, quantidade 20% inferior ao dado ajustado de junho, de 162.388 novos cargos formais, conforme consta do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado ontem pela pasta.

O saldo de novas vagas é resultado da diferença entre admissões e desligamentos que somaram 2.251.440 e 2.121.665, respectivamente, no mês passado. O dado ficou abaixo das estimativas do mercado, entre 130 mil e 138 mil. No acumulado do ano, foram criados 1,348 milhão de empregos formais, 10,3% abaixo da soma de 1,503 milhão registrada no mesmo período de 2024. A soma móvel de 12 meses atingiu 1,524 milhão de vagas em julho, contra 1,586 milhão na leitura anterior.

Ao comentar a desaceleração na criação de vagas no mercado de trabalho, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, reconheceu que o ritmo de criação de vagas vem diminuindo desde abril,

quando o saldo foi de 237.699. Ele culpou a política monetária do Banco Central, que sinalizou que deverá manter a taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano por um período “bastante prolongado”. Para o titular do MTE, os juros elevados são um problema maior do que o tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aplicado contra os produtos brasileiros.

“Como o ministro Fernando Haddad (da Fazenda), eu peço todo santo dia para o BC baixar os juros. Eu acho que esse é o principal problema, maior do que o tarifaço”, afirmou Marinho. “É evidente que nós estamos trabalhando com toda a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em alguns caminhos. Um caminho é abrir novos mercados”, acrescentou.

Na apresentação dos dados do Caged, Marinho destacou as iniciativas do governo para buscar novos mercados para minimizar os impactos do tarifaço dos EUA, como a viagem do vice-presidente Geraldo Alckmin ao México, nesta semana, acompanhado de

Divulgação/MTE



O ministro Luiz Marinho divulgou os números do Caged de julho

várias autoridades do governo e de 200 empresários. Segundo ele, apesar de a pasta estar aberta para dialogar com os setores que necessitarem de eventual ajuste de mão de obra no mercado, como postergar contribuição do

Fundo de Garantia e da Previdência Social, redução de jornada, férias coletivas, até o momento, não houve demanda. “Na verdade, nenhuma formalização ainda foi pedida ao Ministério do Trabalho e Emprego”, disse.

### Resiliência

Apesar da desaceleração na geração de emprego, o saldo positivo no mercado de trabalho formal confirma a resiliência da formalização, especialmente no setor de serviços, que é o que mais emprega no país, de acordo com especialistas. A taxa de desemprego do país no segundo trimestre de 2025 ficou em 5,8%, o menor percentual da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados na semana passada.

“O mercado de trabalho segue como pilar da demanda doméstica. Os baixos níveis da taxa de desemprego — nossa projeção de 6,0% para o final de 2025 tem viés de baixa — e o avanço contínuo dos salários reais devem persistir nos próximos trimestres, em nossa visão”, destacou o economista Rodolfo Margato, da XP Investimentos.

No acumulado do ano, o setor de serviços segue sendo o principal responsável pelos empregos

formais no país, respondendo por 688,5 mil vagas criadas no ano. A indústria geral respondeu pelo segundo maior saldo de postos criados, de 255,4 mil e, em terceiro lugar, a construção com 177,3 mil vagas. Comércio e agropecuária foram responsáveis por 119,3 mil e 109,2 mil novos cargos, respectivamente.

Conforme os dados do Caged, o estoque de trabalhadores empregados com carteira assinada somou 48.544.64, em julho, novo recorde. Contudo, o salário médio de admissão recuou 0,24% entre junho e julho, passando de R\$ 2.283,15 para R\$ 2.277,51.

Pelas projeções da XP, o saldo de empregos formais deve desacelerar levemente a curto prazo em meio ao cenário de política monetária mais restritiva. Ele prevê que o ritmo médio de geração de vagas formais deve recuar de 155 mil, no primeiro semestre de 2025, para 90 mil, na segunda metade do ano. A instituição projeta a criação líquida de 1,48 milhão de empregos formais até o fim do ano, após 1,68 milhão em 2024 — queda de 10,8%. (RH)

TELECOMUNICAÇÃO

TV interativa chega na Copa

Lula assinou ontem decreto que inicia a mudança da TV aberta para a TV 3.0, prometendo estreia para o ano que vem

» VICTOR CORREIA

Parte do Brasil deve assistir a próxima Copa do Mundo — e os debates eleitorais — com a nova tecnologia de televisão aberta, a TV 3.0. Pelo menos, essa é a promessa do governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, o decreto que dá início à transição para o modelo, que integra internet à transmissão. O telespectador poderá, por exemplo, escolher quais câmeras assistir em um jogo de futebol, comprar produtos usados por personagens de novelas ou interagir com outros usuários. Além disso, o sinal mais moderno permite imagens em resolução de 8K e até dez canais de áudio. Ministros de Lula afirmaram que a cobertura nacional deve levar entre dez e 15 anos, mas que capitais e grandes cidades podem receber as primeiras transmissões no próximo ano. A Copa do Mundo começa em 11 de junho de 2026.

“Estamos dando um passo importante para tornar o Brasil cada vez mais forte e soberano em questão de tecnologia. Até junho próximo, sim, estaremos com a prestação desse serviço para o povo brasileiro”, declarou o ministro das Comunicações, Frederico Siqueira Filho, durante a assinatura, que ocorreu no Salão Nobre do Palácio do Planalto, com a presença de executivos das emissoras de TV. Siqueira Filho destacou que, mesmo com as plataformas digitais, a televisão ainda é o meio de comunicação mais acessado, especialmente o sinal aberto, responsável também por mais de 50% do emprego no setor. “O Brasil possui cerca de 80 milhões de domicílios, mais de 75 milhões têm televisão. Por outro lado, 75 milhões de lares têm internet. Então, vamos integrar digital com a TV, para que a gente possa evoluir na prestação do serviço da cidadania”, justificou o titular.

Ricardo Stuckert / PR



Autoridades e empresários estiveram no lançamento da TV 3.0

A adoção do modelo será gradual, e pode levar 15 anos para chegar a todo o território. Siqueira Filho comparou o processo

com a transição do sinal analógico para o digital que começou em 2007 e ainda não foi totalmente concluído. A transmissão foi



Estamos dando um passo importante para tornar o Brasil cada vez mais forte e soberano em questão de tecnologia. Até junho próximo estaremos com a prestação desse serviço para o povo brasileiro”

Frederico Siqueira Filho, ministro das Comunicações

encerrada em junho deste ano, menos em 74 municípios do Rio Grande do Sul, que pediram mais tempo por conta das enchentes.

Para acessar a TV 3.0, os brasileiros precisarão adaptar seus aparelhos, como ocorreu na transição digital. “Os usuários, já de imediato, caso tenham interesse, precisarão sim adquirir um conversor para que as televisões possam se adaptar à nossa tecnologia”, explicou o ministro das Comunicações. Televisores já adaptados e conversores chegam ao mercado a partir do ano que vem.

A solenidade contou com a presença de executivos dos grandes grupos de televisão, incluindo Paulo Marinho (Globo), Renata Abravanel (Grupo Sílvia Santos), Marcos Vinicius Vieira (Grupo Record), João Carlos Saad (Band), e Amílcar Dalveo (RedeTV), além de presidentes das associações do setor. “Com a assinatura desse novo decreto, damos vida à TV 3.0, a televisão aberta da era digital, onde canais tornam-se aplicativos”, ilustrou o presidente do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), Raymundo Barros.

COMÉRCIO EXTERIOR

Acordo com Efta será assinado em setembro

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta, na sigla em inglês) será assinado no dia 16 de setembro, no Rio de Janeiro, afirmaram fontes ligadas ao bloco de países sul-americanos ao **Correio**. A oficialização do entendimento entre os dois blocos comerciais será mais uma resposta ao tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump a

países integrantes dos dois blocos. O tratado comercial foi finalizado em julho deste ano, durante a Cúpula do Mercosul, realizada em Buenos Aires, na Argentina. As negociações entre os dois blocos se estendiam desde 2017. Participam da Efta Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein. O Mercosul é integrado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. O acordo de livre-comércio será assinado ainda durante o período que o Brasil comanda presidência

temporária do bloco dos países sul-americanos. Esta semana, durante a Conferência Aqua Nor 2025, na Noruega, o chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Pesca e Aquicultura, Eduardo Sfógia, chegou a projetar que o tratado bilateral seria efetivado em setembro. “Temos a intenção de realizar eventos que aproximem os setores da pesca e aquicultura dos dois blocos regionais, para que o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Efta efetivamente contribua à geração de

comércio e investimentos”, declarou Sfógia, na ocasião. O acordo entre Mercosul e o Efta inclui a isenção e redução de impostos para os produtos comercializados entre os países-membros de ambos os blocos, além da modernização de regras sanitárias, reforço no fluxo de investimentos, regras para compras governamentais e um marco normativo para proteger propriedades intelectuais. Quanto ao Brasil, 99% do valor de produtos exportados para

a Efta ficarão livres de impostos. Já no quesito importação, o país vai isentar de impostos 97% do valor importado dos países nórdicos.

Expectativas

A confirmação da assinatura do tratado entre Mercosul e Efta para o próximo mês pode ser encarada como um recado para um possível fechamento do acordo que engloba o Mercado Comum do Sul com a União Europeia. Segundo expectativas do Brasil — manifestadas por discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva —, esse entendimento será assinado ainda neste

ano, durante o período de seu comando no Mercosul, que acaba em dezembro. Outro acordo interpretado como prioridade para a diplomacia brasileira é um tratado de livre-comércio entre o bloco do Mercado Comum do Sul com o Canadá. Ontem, o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, afirmou, no México, ao lado do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, que o próximo destino da comitiva brasileira será o Canadá.

# A SOJA E OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

**O Brasil é líder mundial na produção de soja – mas até quando e a que custo?**

É hora de repensar o modelo agrícola atual e construir caminhos para uma soja aliada à sustentabilidade e à regeneração do solo.

Participe do evento promovido pelo Correio Braziliense, em parceria com o Instituto Escolhas.

**02/09**  
a partir das 8h30  
Auditório do Correio Braziliense  
(SIG Qd. 2 Lt. 340)

**MEDIADORES**

**Denise Rothenburg**  
colunista do Correio Braziliense

**Carlos Alexandre**  
editor de Política, Economia e Brasil do Correio Braziliense

**PAINELISTAS**

**Jaqueline Ferreira**  
diretora de Pesquisa do Instituto Escolhas

**Sérgio Leitão**  
diretor-executivo do Instituto Escolhas

**Juliana Luiz**  
gerente de Pesquisa do Instituto Escolhas

**Luis Barbieri**  
diretor-executivo do Instituto Folio

**Sebastião Pedro da Silva Neto**  
chefe-geral da Embrapa Cerrados

**Maurício Buffon**  
presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil)

**Reginaldo Minaré**  
diretor-executivo da Associação Brasileira de Bioinsumos (ABBINS)

**Eduardo Martins**  
presidente do Grupo Associado de Agricultura Sustentável (GAAS)

**André Nassar**  
presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)

Apoio:

Realização:



Aponte a câmera do celular para o QR Code e veja o momento da agressão a Milei

Editora: Ana Paula Macedo  
anapaula.df@dabr.com.br  
3214-1195 • 3214-1172



ARGENTINA

# Milei é forçado a fugir em meio a pedradas

Presidente participava de ato eleitoral em Lomas de Zamora, ao sul de Buenos Aires, quando caravana foi surpreendida por supostos opositores kirchneristas. Não houve feridos. Especialistas admitem polarização intensa no país

» RODRIGO CRAVEIRO

O clima político na Argentina ganhou contornos ainda mais tensos na tarde de ontem, em Lomas de Zamora, 20km ao sul de Buenos Aires. Javier Milei acenava para a população da caçamba de uma picape, durante carreata que contou com a participação da irmã, Karina Milei, suspeita de envolvimento em um **escândalo de corrupção** envolvendo o repasse de fundos para pessoas com deficiência. O presidente também estava acompanhado do deputado Jose Luis Espert, candidato às eleições legislativas de outubro na província de Buenos Aires. Minutos depois de a caravana alcançar o centro da cidade, por volta das 14h, foi surpreendida por supostos militantes kirchneristas, que arremessaram pedras, garrafas e até plantas arrancadas de canteiros contra Milei e o grupo. O líder ultralibertário argentino e Karina foram forçados a entrar em um carro de cor escura para fugir do local. Espert abandonou a carreata em uma moto.

De acordo com a agência de notícias France-Presse, os manifestantes gritavam ofensas ao chefe de Estado e ostentavam cartazes em que pediam sua saída do poder. “Milei veio provocar. E, bom, teve que ir embora, como deve ser”, reagiu Ramón, um aposentado que preferiu não revelar o sobrenome à AFP, ao garantir que a região é um reduto da oposição. Morador de Lomas de Zamora e militante pró-Milei, Ariel Ferrari contou ao **Correio** que, ao chegar à praça da Prefeitura, encontrou kirchneristas e grupos de esquerda concentrados do outro lado. “Eles não ficaram parados: cada vez que o semáforo ficou vermelho, bloquearam a rua para mostra mensagens contra Milei. Decidimos avançar em coluna por uma rua paralela, até que era impossível continuar. De repente, começaram a voar pedras vindas da frente. A coisa ficou feia. As pedradas e a violência eram cada vez mais fortes, impossível de conter com as mãos e o corpo. A segurança presidencial não teve outra saída, senão desviar”, disse Ariel.

“Atacaram com pedras a caravana onde se encontrava o presidente da nação. Não há feridos entre os funcionários”, escreveu na rede.X o porta-voz da Presidência, Manuel Adorni, a dois meses das eleições legislativas

Juan Mabromata/AFP



Flagrante do momento em que pedra é lançada contra Javier Milei (C) e sua irmã, Karina, que está atrás, de boné roxo: violência política inédita

## Áudios comprometedores

O suposto esquema de corrupção estourou com a divulgação, a partir de 19 de agosto, de vários áudios atribuídos ao então diretor da Agência Nacional para Pessoas com Deficiência (Andis), Diego Spagnuolo, que foi demitido pouco depois do vazamento. Nos áudios, a voz supostamente de Spagnuolo atribui a Karina Milei o recebimento de uma parte das compras da Andis junto à drogaria Suizo Argentina, que distribui os medicamentos e nega as acusações. “A Karina recebe 3% e 1% vai na operação”, diz a voz atribuída ao ex-funcionário, que garante ter avisado o presidente sobre o suposto esquema da irmã. A Justiça ordenou na sexta-feira 16 operações de busca e apreensão e confiscou dois celulares, entre outros bens, mas até o momento não há acusados formais.

que funcionarão como um referendo sobre a popularidade do titular da Casa Rosada. Depois do incidente, Milei posou para foto fazendo o sinal de positivo com os dois polegares, ao lado de Espert e de Karina, em Quinta de Olivos, residência oficial do governo. Assessores do presidente descartam mudanças na campanha eleitoral.

“Do ponto de vista de democracia, é algo totalmente reprovável. Foi uma situação bastante confusa, pois ocorreu contra dirigentes nacionais e candidatos nacionais, como Espert. O contexto do ataque contra Milei,

Karina e Espert se insere no marco da campanha para as eleições legislativas, uma oportunidade de renovar as autoridades da província de Buenos Aires”, afirmou ao **Correio** Fanny Maidana, doutora em ciência política e professora na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Universidad Nacional del Litoral (em Santa Fe). “Além disso, existe uma crise nacional enfrentada pelo governo Milei. Justamente uma das bandeiras de sua gestão — a luta contra a corrupção — viu-se fortemente questionada, ante a saída do diretor da Agência

Juan Mabromata/AFP



O presidente e Karina, antes de serem retirados às pressas do local

Nacional da Pessoa com Deficiência (Andis). Ao longo desta semana, áudios vazados mostram a co-brança de propina para a compra de medicamentos e sustentam que Karina Milei ficava com parte do dinheiro”, observou.

## Pesquisas

De acordo com Maidana, as primeiras sondagens após o escândalo sugerem impacto negativo na opinião pública. “Também é importante destacar como todo esse contexto

aprofundou o discurso da polarização. Existe um argumento, segundo o qual o que ocorreu hoje (ontem) em Lomas de Zamora é parte de uma reação do kirchnerismo à ideia de Milei de combater as negociatas e os vícios da oposição.”

“O ato de violência é lamentável e repreensível. Mas, além das repercussões, não houve vítimas graves. A violência política não é comum em campanhas eleitorais na Argentina”, disse ao **Correio** Miguel De Luca, professor de ciência política da UBA. “Existe uma forte polarização, mas

## Eu acho...

Aquiivo pessoal



“Vale destacar a proteção à figura da irmã de Javier Milei. Até então, Karina não emitiu nenhuma declaração sobre o escândalo de corrupção. Isso mostra a confiança do presidente em sua irmã. Não sabemos o quanto esse escândalo afetará a imagem pública de Milei. Mas as decisões de proteger a irmã e de expor a face são algumas estratégias do governo.”

**Fanny Maidana**, doutora em ciência política e professora na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Universidad Nacional del Litoral (em Santa Fe)

não um clima de violência.” Facundo Cruz, consultor e analista político de Buenos Aires, não acredita que a agressão a Milei não terá grandes impactos eleitorais. “É um evento a mais na campanha. Muito provavelmente o governo nacional tentará usar esse incidente para encobrir o escândalo de subornos envolvendo a Agência Nacional para Pessoas com Deficiência (Andis). Várias pesquisas mostram sinais de alerta para o governo. A desaprovação da gestão presidencial começa a aumentar.”

Facundo interpreta o incidente em Lomas de Zamora como reflexo de um clima eleitoral polarizado. “Cerca de 80% do eleitorado se divide entre o partido governista La Libertad Avanza e o peronismo. Esta deverá ser uma das eleições legislativas mais polarizadas dos últimos tempos”, avaliou o analista político. “Vejo um cenário de disputa aberta, sem favoritos. A polarização, o pessimismo econômico e o escândalo de corrupção seriam fatores que contribuíram para a agressão a Milei.”

## ESTADOS UNIDOS

# Atirador mata duas crianças e fere 17 durante missa

Era apenas o terceiro dia do ano escolar, marcado pelo tema “Um futuro repleto de esperança”, inspirado no *Livro de Jeremias*. Dezenas de estudantes e funcionários da Escola Católica Anunciação, em Minneapolis, no estado de Minnesota (centro-norte dos EUA), participavam da missa anual, na igreja de mesmo nome, localizada ao lado do estabelecimento. A comunidade escolar mantinha a tradição desde 1922. Por volta das 8h45 pelo horário local (9h45 em Brasília), um atirador começou a disparar com o fuzil através das janelas da igreja em direção às crianças, que rezavam no momento do ataque. Pelo menos dois alunos — de oito e de 10 anos — morreram na hora e 17 ficaram feridos, 14 crianças entre 6 e 15 anos e três idosos. O atirador foi identificado como Robin Westman, 23 anos, um ex-estudante da instituição. Depois do ataque, ele se matou, atrás da igreja.

O FBI, a polícia federal dos Estados Unidos, investiga o atentado como ato de terrorismo e de crime de ódio contra católicos. Os agentes esmiuçaram as redes sociais de Westman, em busca de pistas que levem à motivação do tiroteio. O site The Hill informou que o assassino escreveu mensagens sobre o pente de cartuchos do fuzil usado no ataque. Entre elas, as frases “Matem Donald Trump”, “Para as crianças” e “Onde está seu Deus?”. Um manifesto teria sido publicado por Westman na internet horas antes do ataque.

Bill Bienemann, 68 anos, vive a dois quarteirões da escola e da igreja. “Nós frequentamos a igreja por mais de 20 anos. Minha filha caçula estudou do jardim-da-infância ao oitavo grau na escola. Somos muito familiares com a paróquia, os sacerdotes e os professores. Eu participava de uma videoconferência de negócios, às 8h45,

Tom Baker/AFP



Policiais periciam a igreja: tiros de fuzil disparados pela janela

quando escutei um barulho parecido com fogos de artifício. Então, rapidamente percebi que eram tiros, pois sou um ávido caçador”, relatou ao **Correio**. “Os disparos duraram de três a quatro minutos.

Foram entre 40 e 80 tiros. Interrompi a chamada, entrei no carro e cheguei ao local uns sete minutos depois. Quando cheguei lá, deparei-me com uma grande presença de policiais e paramédicos.

Conversei com sobreviventes. Um homem de uns 30 anos descreveu o que viu dentro da igreja. Ele me disse que as balas atingiram as crianças que estavam sentadas. Também contou que os projéteis passaram tão perto dele que pôde sentir lascas de madeira no rosto.”

## Cenas de horror

De acordo com Bienemann, a Paróquia da Anunciação é “um lugar maravilhoso, de gente amigável”. “Vivemos em uma região muito legal de classe média alta. Nunca vimos algo assim. Eu soube que que o atirador disparou através das janelas. Vi muitos pais carregando os filhos, alguns adultos estavam muito ensanguentados e pareciam traumatizados”, acrescentou.

A auxiliar de enfermagem Za'khia Akasha Jones, 29 anos, estava no pronto socorro do Centro Médico do Condado de Hennipen,

acompanhando a noiva, quando os alto-falantes anunciaram que houve um tiroteio em massa e que as vítimas chegariam em breve. “Enfermeiros e médicos começaram a se espalhar por toda parte, empurrando alguns pacientes e seus leitos para os corredores, a fim de cederem lugar às vítimas”, disse ao **Correio**. “O que vi foi de cortar o coração. Todas as vítimas eram crianças. Vi um garoto de no máximo cinco anos com a cabeça arranhada e ensanguentada. Também vi uma garotinha gritando por sua vida. Enquanto entre 15 e 20 enfermeiros e médicos inundavam o seu quarto, ela gritava ‘Eu não quero morrer, por favor, não me deixem morrer, me ajudem, por favor!’”, acrescentou. Jones comentou que as crianças estavam apavoradas. “Foi horrível de ver. Rezo por elas e suas famílias, que não mereciam que crianças se sentissem inseguras na escola.” (**Rodrigo Craveiro**)

VISÃO DO CORREIO

Escola é lugar de aprendizagem e paz

A combinação, pelas redes sociais, de um suposto ataque a escolas públicas do Distrito Federal veio à tona nesta segunda-feira, quando a Polícia Civil cumpriu mandados de busca na casa de dois estudantes da cidade. Os jovens, que compartilhavam vídeos, fotos e mensagens com apologia à violência, planejavam “entrar para a história” com o feito, segundo os investigadores. Mês passado, câmeras de segurança de um colégio estadual de Brumado, na Bahia, flagraram um aluno de 17 anos dando um tapa na cara de uma professora que se recusou a ligar o aparelho de ar-condicionado, respeitando a escolha da maioria da turma. Em maio, uma jovem foi encontrada desacordada no banheiro de uma escola particular de São Paulo com um saco plástico amarrado na cabeça. Ela vinha sendo alvo de ataques racistas havia um ano.

Não faltam exemplos evidenciando que práticas de violência passaram a fazer parte da rotina das escolas brasileiras. Instituições que deveriam ser um espaço exclusivo para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial de jovens têm se tornado palco para agressões de todos os tipos. Dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania indicam um aumento de 667% dos casos de violência escolar em três anos: de 1.710 em 2020 para 13.117 em 2023. Os números englobam lesões autoprovocadas, agressões físicas e verbais. Como os registros referem-se a atendimentos prestados às vítimas em serviços de saúde, não é exagero afirmar que o problema tem dimensões muito maiores.

A escalada nos casos de agressão no ambiente escolar vem acompanhada de outro fenômeno que preocupa pais e professores: a imersão dos jovens nas redes sociais. Ainda que o uso de celulares tenha sido limitado nas escolas em janeiro deste ano, há muito a se avançar para que crianças e adolescentes estabeleçam interações digitais mais saudáveis e controladas. A grande repercussão em torno das práticas de adultização denunciadas pelo influenciador Felca no início deste mês é prova disso: chegaram à SaferNet Brasil

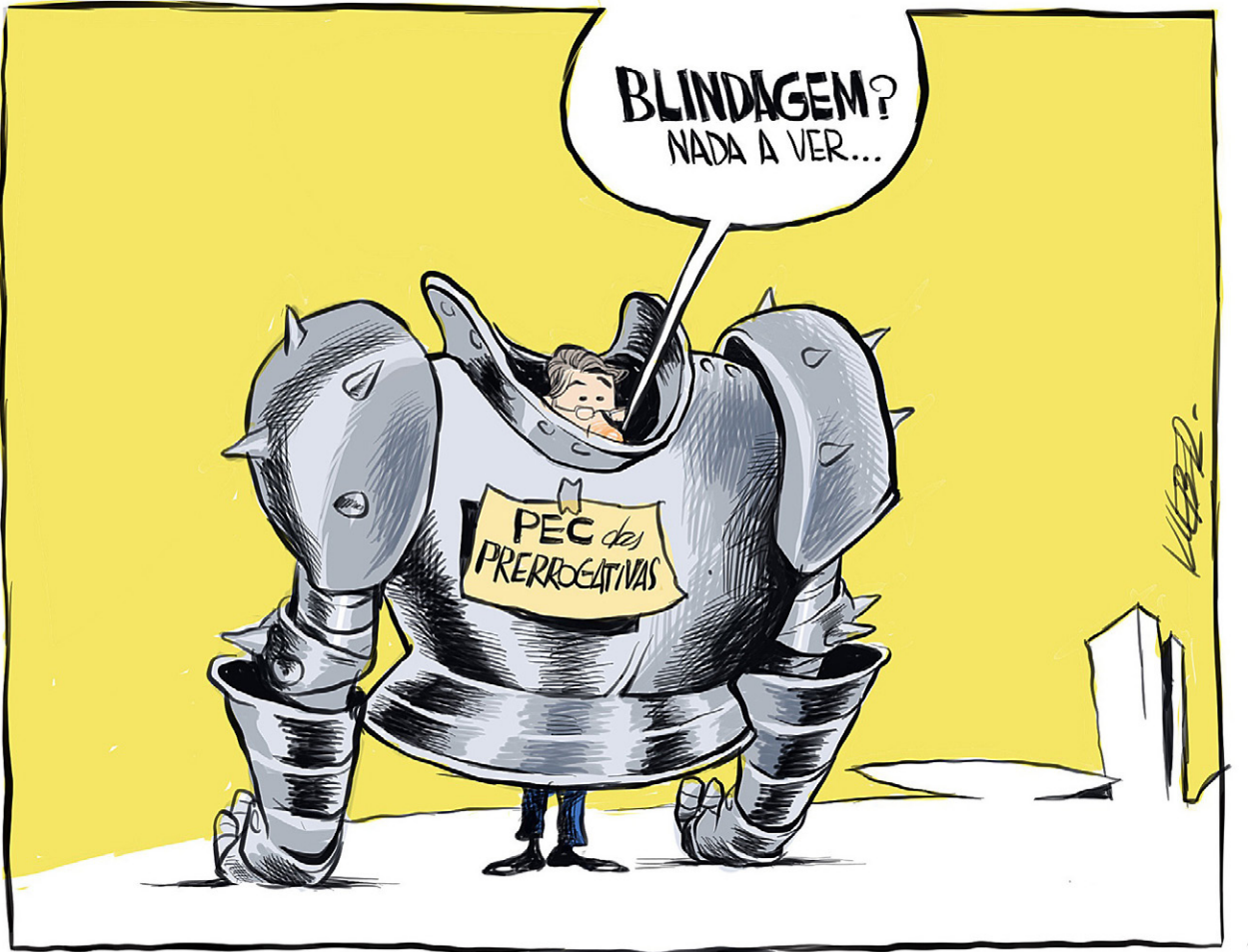
1.651 denúncias em seis dias, 114% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

Além da exposição de crianças e adolescentes em situações constrangedoras, a internet dissemina apologias ao extremismo, à violência de gênero, ao racismo, entre outros discursos de ódio. Estudantes e professores são alvos recorrentes. Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra crescimento de 360% no número de postagens contendo ameaças a escolas entre 2021 e 2025. E o pior: os pesquisadores também observaram uma migração desses conteúdos da chamada Deep Web para a internet comum, evidenciando, no mínimo, uma falta de constrangimento em compartilhar textos e imagens antes restritos ao submundo digital.

Ao **Correio**, Débora Messenberg, professora do programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), explicou que a frustração e a falta de perspectiva de futuro por parte dos jovens os transformam em presas fáceis para criminosos e propagadores de fake news. “É preciso construir uma metodologia de combate à desinformação e de uso da internet para um aprendizado saudável”, defendeu a especialista, que acredita que a escola é espaço estratégico nesse processo de busca por propósitos.

É também na comunidade escolar que se pode construir um ambiente de promoção da cultura de paz, reconhecidamente eficaz na redução de casos de violência, de evasão e de melhoras no desempenho em provas e demais avaliações. Não se pode perder de vista outros fenômenos que contribuem para o cenário de violência, como a desvalorização da docência e a precarização da infraestrutura escolar.

Disseminar o pacifismo em tempos de ódios alastrados é evidentemente tarefa complexa, que ultrapassa os muros das instituições de ensino, mas medida urgente. Os registros da vida real também não deixam dúvidas de que as novas gerações estão se perdendo em meio a post repletos de intolerância e desamor.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.

» E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

Fome

A fome necessita de: a) constância no combate; b) programa permanente em todos continentes, com controle pela Organização das Nações Unidas (ONU); c) evitar desigualdade planetária; d) reconhecer que a covid mundial piorou a forma de combate à fome; e) a desigualdade de renda quanto pior é mais prejudicial. Claro que essas necessidades não excluem outras, pois a fome pode sempre se espalhar e aparecer, notadamente nas guerras, a exemplo atual da guerra de Israel.

» **José de Jesus M. Rêgo**  
Asa Norte

Educação

Conciliar trabalho e escola. Vivi isso. Desde o ensino médio, precisei trabalhar para me manter estudando. Cheguei até o doutorado. Depois, complementei. Mas o preço disso é alto. Não desejo que os jovens precisem disso. Que possam estudar, ter tempo de ler, de assistir a filmes, de namorar e se relacionar. Até porque esses casos são a exceção. Da minha turma do ensino médio, cerca de 50% vivia isso na década de 1990, e eu sou a única com essa trajetória. A maior parte ou abandonou o curso no final ou só foi fazer uma graduação depois de muito tempo. Não romantizem a exaustão e a falta de dinheiro.

» **Rosilene Costa**  
Brasília

Che Guevara 1

O líder do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, surpreendeu a muitos ao declarar que Che Guevara “tinha um carisma como o de Bolsonaro”. A afirmação, quase inacreditável, revela uma notável falta de noção sobre o que a direita supostamente representa. A citação de uma figura tão central à ideologia de esquerda para traçar um paralelo com o ex-presidente é, no mínimo, insólita. Parafraseando o próprio Che, só faltou Valdemar dizer: “hay que bater no Xandão, pero sin perder la ternura”. A “comédia” se completa com a nota oficial do PL, que, em uma tentativa patética de justificar a fala, se limitou a dizer que Che Guevara era cubano. Esse episódio expõe a

confusão ideológica de uma liderança que, para defender seu grupo, parece disposta a citar até mesmo seus supostos inimigos históricos.

» **Gilberto Pereira Tiriba**  
Embaré (SP)

Che Guevara 2

Quando você pensa que já ouviu de tudo dito pelo ex-presidiário Valdemar da Costa Neto, atual presidente do Partido Liberal (PL), lá vem ele em superação. Comparar o argentino Ernesto Guevara de la Serna, Che Guevara, a Jair Bolsonaro é um absurdo sem tamanho. Che Guevara foi um guerreiro, valente, movido por consciência social e que lutou até o fim em defesa de suas convicções. Jair Bolsonaro é o oposto: basta lembrar sua atuação, ou melhor, sua omissão, durante a pandemia de covid-19. Quando poderia colocar sua convicção em discussão, Bolsonaro recuou. Colocar os dois no mesmo patamar é uma distorção que só evidencia o quão baixo pode chegar esse tipo de discurso.

» **Marcus Aurelio de Carvalho**  
Santos (SP)

Vigilância

Uma coisa tem que ser reconhecida: é louvável a criatividade do ministro Alexandre de Moraes em inventar soluções que não estão previstas em lei. Seria ótimo se todo acusado, réu ou condenado que use tornozeleira eletrônica tivesse um policial à sua espreita para monitorar seus passos na própria casa e evitar fuga. Faltaria efetivo pessoal, mas, provavelmente, resolveria o problema dos “saídos” de bandidos já condenados que cumprem pena. Contudo, não estamos falando do mundo ideal nem do mundo irreal criado pelo ministro. Estamos falando de situações que devem ser resolvidas à luz da Constituição. O argumento de que seriam necessários policiais na casa de Bolsonaro porque a tornozeleira pode falhar é risível. Tornar a vida de alguém indigna porque o Estado pode falhar é raciocínio típico de regimes autoritários: o interesse do Estado acima de tudo e de todos.

» **Ricardo Santoro**  
Lago Sul

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Cada lágrima que cai em Gaza é uma denúncia que o mundo insiste em não ouvir. Por outro lado, o silêncio das grandes potências é mais ensurdecedor que qualquer explosão.

**Paccelli M. Zahler** — Sudoeste

Li no inciso 11 do artigo 5º da Carta Magna de 1988: “A casa é asilo inviolável do indivíduo”. Não pareceu-me que colocar um policial dentro de uma residência esteja presente nesse requisito. Estranho, não é?

**Paulo R. Souza** — Brasília

Há uma trama internacional da extrema-direita, partindo dos Estados Unidos, querendo destruir a democracia no Brasil.

**Romualdo Santillo** — Anápolis (GO)

Alegria, alegria! A população de Brasília quer blitz padrão Caetano Veloso. Estamos acostumamos somente com as notícias de truculência e violência policial. É possível tratar a população com carinho, respeito e educação.

**Abraão F. do Nascimento** — Águas Claras

Senado acelera análise de projeto contra adultização. Tem que acelerar também a regulamentação das plataformas de jogos e apostas on-line, que estão destruindo famílias inteiras

**Luciano Lima** — Brasília

Irmão de Lula não será convocado para depor na CPMI do INSS: a direita brigou para ter uma CPMI e não vai levar a cara que eles gritavam ser o principal envolvido.

**Alessandro Amaro** — Brasília



**CIDA BARBOSA**  
[cidadbarbosa.df@dabr.com.br](mailto:cidadbarbosa.df@dabr.com.br)

Vacinação: entre vitórias e desafios

Lembrei-me, nesta semana, de uma entrevista da então ministra da Saúde, Nísia Trindade, em meados do ano passado, na qual ela comentava sobre o empenho da pasta para combater notícias falsas sobre imunizantes, um dos entraves — se não o principal — à ampla cobertura vacinal no país. Nísia também disse que uma das vacinas mais atacadas pelos negacionistas era a contra o HPV. Isso me veio à lembrança porque o Brasil está a comemorar uma vitória nesse enfrentamento aos criminosos disseminadores de fake news sobre imunizantes.

O Ministério da Saúde anunciou que a cobertura vacinal contra o HPV superou os 82% entre meninas de 9 a 14 anos em 2024. Sendo assim, estamos mais próximos de atingir os 90% estipulados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para que os países eliminem o câncer do colo do útero como problema de saúde pública. Entre os meninos da mesma faixa etária, o Brasil atingiu o índice de 67% de cobertura vacinal.

São avanços a celebrar, certamente, mas ainda temos muito a evoluir. Reportagem de *O Globo* mostrou que, na faixa etária de 15 a 19 anos, a vacinação contra o HPV está longe de ser exitosa. Segundo dados do Programa Nacional de Imunizações (PNI), citados pelo jornal, apenas 1,5% desse grupo foi alcançado. Isso significa que, dos 7 milhões de adolescentes, somente 106 mil receberam a dose.

A campanha para esse público-alvo foi lançada em fevereiro e prossegue até dezembro. O objetivo é “resgatar” — como diz o ministério — adolescentes que não

foram imunizados na faixa etária prevista no PNI, de 9 a 14 anos. A pasta afirma que tem fortalecido “parcerias com sociedades científicas, organizações não governamentais e o Ministério da Educação, promovendo ações como vacinação em escolas, campanhas educativas e combate à desinformação”. A baixa adesão, no entanto, mostra que são necessárias novas abordagens para atingir a meta.

A vacina contra o HPV previne diversos tipos de câncer: de colo do útero, vulva, ânus, vagina, pênis, orofaringe. É uma blindagem para a vida adulta. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) — escritório regional da OMS —, no Brasil, o câncer do colo do útero é o terceiro tipo de tumor com maior incidência entre as mulheres. E a entidade enfatiza que a melhor proteção é a imunização, “de preferência antes do início da vida sexual, para que a vacina garanta a proteção antes do contato com o vírus por essa via”.

O Artigo 227 da Constituição determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, uma série de direitos, entre os quais, à saúde. O Estado está disponibilizando a vacina do HPV, cabe a pais ou responsáveis garantir que meninos e meninas recebam a proteção. O imunizante é seguro, eficaz e gratuito. Se há crianças ou adolescentes em sua casa que ainda não receberam a dose, leve-os a uma unidade de saúde. Não deixe que, na vida adulta, eles fiquem expostos a uma doença tão perigosa.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mudo houvera, lá chegara”  
Camões, e, VII e 14

**GUILHERME AUGUSTO MACHADO**  
**Presidente**

**Leonardo Guilherme Lourenço Moisés**  
**Vice-Presidente executivo**

**Ana Dubeux**  
**Diretora de Redação**

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                 |                 |                           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|---------------------------|
| <b>VENDA AVULSA</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                 |                 | <b>ASSINATURAS*</b>       |
| Localidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <b>SEG/SÁB</b>  | <b>DOM</b>      | SEG a DOM                 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                 |                 | <b>R\$ 1.187,88</b>       |
| DF/GO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <b>R\$ 5,00</b> | <b>R\$ 7,00</b> | 360 EDIÇÕES (promocional) |
| <b>Assine</b><br>(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                 |                 |                           |
| *Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ. |                 |                 |                           |
| <b>Anuncie</b><br><b>Publicidade:</b> (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp<br><b>Publicidade legal:</b> (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp<br><b>Classificados:</b> (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp                                                                                                                                                                                                                                                          |                 |                 |                           |

**S.A. CORREIO BRAZILIENSE** – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.

**ANJ WZ**  
Associação Nacional de Jornais

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

**DIÁRIOS ASSOCIADOS** **DA**

**D.A. Press Multimídia**  
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.dapress.com.br](http://www.dapress.com.br)

# Cabos submarinos: a nova infraestrutura do protagonismo brasileiro



» FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO  
Ministro das Comunicações

O fundo do mar, no universo de Júlio Verne em *Vinte mil léguas submarinas*, é um lugar livre de injustiças e das opressões existentes na superfície. É um território novo, seguro. “Nele reina a suprema tranquilidade”.

Se o Nautilus percorresse novamente os nossos oceanos, sua silenciosa tripulação perceberia uma boa nova. O mar, que já cobria sete décimos do globo terrestre, agora conecta todos os continentes por meio de cabos de fibra ótica submersos.

No Atlântico Sul, o Brasil está expandindo cada vez mais sua infraestrutura a fim de garantir sua soberania digital. Em agosto, o Ministério das Comunicações encerra o prazo da consulta pública que vai subsidiar a criação da Política Nacional de Cabos Submarinos, aberta para receber contribuições da sociedade civil.

O objetivo é tornar o nosso país um protagonista em telecomunicações. A internet hoje é um organismo poderoso, a máquina propulsora do desenvolvimento. Com isso, as telecomunicações passaram a ser infraestrutura básica e estratégica para o crescimento da nossa economia. Sendo assim, precisamos fazer com que ela esteja em todos os cantos do nosso território, disponível a todos os brasileiros e brasileiras.

Maurenilson Freire



## O papel do Legislativo no combate à fome e ao desperdício de alimentos



» GEYZE DINIZ  
Cofundadora e presidente do conselho do Instituto Pacto Contra a Fome

O combate à fome deveria ser, antes de tudo, um compromisso coletivo. E, nesse esforço, o Congresso Nacional ocupa um lugar estratégico. São nas Casas Legislativas que se elaboram leis, se fiscalizam políticas públicas e se constroem consensos capazes de moldar o presente e projetar o futuro com foco no que é melhor para a população brasileira.

A recente saída do Brasil do Mapa da Fome, anunciada pela FAO, evidencia a capacidade de reagir diante de cenários críticos de fome e subnutrição. No entanto, esse avanço ainda não pode ser confundido com a garantia de que todos os brasileiros tenham acesso pleno e adequado à alimentação e estejam livres da fome.

De acordo com dados do IBGE, mais de 64,5 milhões de pessoas ainda convivem com algum grau de insegurança alimentar — uma realidade incompatível com a posição do Brasil entre os maiores produtores de alimentos do planeta. A fome traz consequências graves para o país, como baixo desenvolvimento infantil, maiores gastos em saúde e educação, baixa produtividade e alimenta um ciclo vicioso que limita o desenvolvimento econômico e social. É, portanto, uma questão coletiva.

Além disso, conquistas, como a saída do Mapa da

Essa política tem papel essencial na construção de um marco normativo moderno, que garanta previsibilidade regulatória e ambiente favorável a investimentos no setor digital.

A infraestrutura brasileira está concentrada em poucas cidades do Nordeste — principalmente em Fortaleza (CE), na praia do Futuro — e Sudeste. Queremos criar mais zonas de interesse para ancoragem em regiões ainda não contempladas.

Estamos avançando. O sistema Malbec — que conecta Estados Unidos, Brasil e Argentina — aporta somente no Rio de Janeiro e em Praia Grande (SP). Agora, ele chegará também a Porto Alegre (RS), tornando a capital gaúcha um hub tecnológico.

Esse será o primeiro cabo internacional da Região Sul. Ele irá melhorar a conectividade não só no Rio Grande do Sul, mas também em Santa Catarina e no Paraná, além de permitir conexões mais rápidas em cidades da Argentina, do Chile, do Paraguai e do Uruguai.

Além disso, levará novas oportunidades ao nosso país, uma vez que representa mais segurança de dados e velocidade de transmissão. A capacidade disponível do novo cabo é de até 20Tbps por par de fibra.

A Política Nacional de Cabos Submarinos é fundamental para um outro avanço necessário para o Brasil, que é a expansão da implantação de data centers, uma ação estratégica para qualquer nação que deseja protagonismo na economia.

Os data centers são essenciais para a economia do futuro, e o Brasil está se preparando para oferecer a infraestrutura obrigatória para esse avanço, aumentando o número de empresas e de empregos.

A fibra ótica também está atravessando nossas florestas pelo leito dos rios. O programa Norte Conectado tem avançado pelas águas da Região Amazônica para levar conexão a comunidades ribeirinhas, a aldeias indígenas e a municípios isolados digitalmente.

O projeto prevê o lançamento de 12 mil quilômetros de cabos a fim de atender a 10 milhões de pessoas de 59 municípios. Estão sendo interligados hospitais, instituições de pesquisa, escolas, órgãos do sistema judiciário, prefeituras e universidades.

Temos o desafio de ampliar a inclusão digital de Norte a Sul no Brasil e interiorizar a conectividade. Políticas como essas do governo federal são fundamentais para levar o universo digital a áreas hoje desassistidas.

A solução de utilizar nossas águas para levar sinal de internet é uma política social e de redução da desigualdade digital, mas também é caracterizada pela responsabilidade ambiental. Como apreciaria Nemo, protagonista da obra de Verne, ela respeita os limites da natureza ao evitar o desmatamento na instalação de torres e outras estruturas. Estima-se a preservação de cerca de 60 milhões de árvores.

Esses programas, somados a outras iniciativas da esfera pública e do setor privado, buscam expandir a conexão no Brasil e permitir nossa independência tecnológica. Assim, será possível impulsionar a economia digital e, acima de tudo, democratizar conhecimento e reduzir desigualdades.

Diante disso, a Política Nacional de Cabos Submarinos se vislumbra como uma bússola ou um farol, que servirá para proteger e direcionar nossas ações.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## O novelo

Justiça das justiças seria, em tempos menos enevoados, acabar para sempre com a confusão feita, hoje, entre o papel específico da Justiça Eleitoral, com seu ordenamento próprio, muitos deles aplicáveis especificamente apenas em período eleitoral de campanhas e o que entende o Supremo, em nome daquilo que acredita como defesa da democracia. Eis, aqui, o que resume o texto do advogado Nicolau da Rocha Cavalcanti, publicado no *Estadão* (27/8) sob o título *A confusão feita pelo STF*. Talvez esse seja o grande tema a ser levado em consideração nesses dias de judicialização geral do país e num momento em que o atual governo lança e anuncia, publicamente, a abertura da temporada de campanha política rumo a 2026 com o lema: “O Brasil é dos brasileiros”.

A confusão entre a jurisdição eleitoral e a jurisdição constitucional não é apenas técnica; é sintoma de um país vivendo uma campanha permanente, onde tudo vira disputa, inclusive o sentido da lei. A Justiça Eleitoral nasceu para garantir igualdade de condições no jogo, não para arbitrar o jogo inteiro.

O Supremo foi concebido para a guarda da Constituição, e sua intervenção é excepcional, quando há questão constitucional relevante. Entre ambas, a Constituição esculpiu um encaixe delicado: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decide, em última instância, salvo matéria constitucional, quando então cabe extraordinário ao STF. Quando esse encaixe se rompe, a política escorre para os tribunais e os tribunais reagem politizando-se, mesmo sem querer. O resultado é uma dupla erosão: a confiança pública e a previsibilidade das regras.

No ambiente de 2026 à vista, cada ato de governo ou oposição será lido à luz do pleito, e o contencioso vai virar arma retórica. A Justiça Eleitoral tem o poder regulamentar para dar execução fiel às leis, por resoluções, desde que não inovem o ordenamento. Isso é crucial: “regulamentar” não é “legislar”.

Quando resoluções parecem criar obrigações novas, o sistema range e o debate migra ao STF. É nesse vaivém que nascem acusações de “ativismo” de parte a parte. Mas ativismo e judicialização não são sinônimos: judicialização decorre da Constituição generosa em direitos e do deficit de resposta política; ativismo é escolha interpretativa de maior intensidade.

No Brasil, a judicialização aumentou porque a política terceirizou decisões impopulares e a sociedade recorreu aos tribunais para concretizar direitos. O problema é quando a exceção vira regra e o rito eleitoral se confunde com a tutela da democracia como um todo. A tutela da democracia não é um cheque em branco; ela precisa de base normativa clara, motivação estrita e proporcionalidade.

O TSE guarda o processo eleitoral; o STF guarda as cláusulas constitucionais que lhe dão sentido. Quando o debate é sobre “como fazer campanha”, estamos no campo do TSE; quando é sobre “quais liberdades limitam o como”, toca-se o STF.

No regime brasileiro, a propaganda eleitoral tem janela legal definida e limites materiais. A pré-campanha admite manifestações sem pedido explícito de voto, mas não autoriza abuso de meios ou confusão entre Estado e candidatura. Nessa fronteira, o “poder de polícia” eleitoral precisa ser assertivo, e não difuso. A anualidade eleitoral exige que mudanças de regras não valham às vésperas, protegendo a segurança jurídica. Quando a política opera, como se a campanha estivesse em curso, cresce o incentivo a “resolver no tribunal” o que deveria ser resolvido no debate público. E os tribunais, pressionados por desinformação e hostilidade, tendem a ampliar as autodefesas institucionais.

Exemplo eloquente foi a validação do inquérito sobre ataques ao STF, em meio a agressões coordenadas: um remédio duro, que seguiu vivo por emergência institucional. Na esfera eleitoral, decisões de alta repercussão como a inelegibilidade do ex-presidente por abuso de poder e uso indevido de meios de comunicação demonstram a potência e o custo dessas respostas. O custo é político: cada sanção vira narrativa de perseguição para uns, de higiene democrática para outros. O ganho é normativo: o sistema reafirma que há linha divisória entre Estado e projeto eleitoral.

O desafio é calibrar. Calibrar é aplicar regra com proporcionalidade, transparência e deferência democrática. Deferência democrática significa respeitar escolhas políticas legítimas, sem abdicar do controle de constitucionalidade. Proporcionalidade ao escolher a medida menos intrusiva para proteger a igualdade do pleito. Transparência para fundamentar decisões com critérios replicáveis, acessíveis e previamente conhecidos. A confusão atual nasce também da arquitetura da comunicação em redes, que tensiona o tempo do Judiciário. A Justiça decide em meses; a opinião pública move-se em horas.

### A frase que foi pronunciada:

“Não basta que todos sejam iguais perante a lei. É preciso que a lei seja igual perante todos.”

Salvador Allende

### História de Brasília

*Atitude de lucidez e honorabilidade, a das professoras primárias. Suspenderam a greve, porque entenderam que o professor não é profissional para regime de força ou de imposição. Resolveram aguardar as providências do governo com a construção de novas residências.*  
(Publicada em 9/5/1962)

Estudo com 7 mil mulheres, na faixa dos 60 anos, indica que uso de estradiol pode influenciar o desempenho cognitivo e melhorar o raciocínio. A pesquisa aponta que o hormônio ajuda na qualidade de vida feminina, mais testes serão realizados

# "ANTÍDOTO" ativa a memória na menopausa

» RENATA GIRALDI

Muitas mulheres, que passam pela menopausa, queixam-se de falhas e até perda de memória. Pesquisas científicas mostram que a queda na produção de estradiol, durante este período, influencia na cognição, mas é preciso aprofundar algumas análises para verificar exatamente como são esses impactos. Porém, cientistas se dizem convencidos de que o uso adequado do hormônio em doses específicas independentemente da forma — se via oral ou com aplicação na pele — melhoram a qualidade de vida feminina nesse período.

Publicado na revista médica *Neurology*, o estudo constatou que, em comparação com pessoas que não tomam hormônios, aquelas que usam adesivos ou géis hormonais apresentam melhor memória episódica, a capacidade de recordar experiências passadas, e aquelas que tomam pílulas hormonais apresentam melhor memória prospectiva, a capacidade de se lembrar de tarefas futuras.

Mulheres que usaram estradiol transdérmico tiveram melhores resultados em testes de memória episódica — como lembrar de eventos passados — em comparação com aqueles que nunca usaram terapia hormonal. Já que tomaram pílulas de estradiol tiveram melhores resultados em testes de memória prospectiva — como lembrar de marcar um compromisso ou tomar um medicamento — em comparação com aqueles que nunca usaram terapia hormonal.

## Mais testes

O estudo encontrou associações, mas não provou que a terapia hormonal causa alterações na memória. “A terapia hormonal é frequentemente considerada como auxiliar no controle dos sintomas da menopausa, mas decidir se deve ou não usá-la — e qual tipo usar — pode ser uma decisão complexa e pessoal”, disse a autora do estudo, Liisa AM Galea, do Centro de Dependência e Saúde Mental em Toronto, Canadá.

Galea explicou que esse estudo mostra que o tipo de terapia com estradiol utilizada pode influenciar o desempenho cognitivo de forma diferente em distintos aspectos da memória. A pesquisa analisou 7.251 — mulheres saudáveis, cuja idade média era de 61 anos, e sem queixas embora na pós-menopausa. Foram utilizados dados do Estudo Longitudinal Canadense do Envelhecimento.

Para os testes, foram feitos diferentes tipos de exames para verificação de habilidades de memória e raciocínio, detalhando lembranças de palavras e eventos.

Freepik



Foram analisadas mulheres que fazem uso do hormônio por via oral e na forma de adesiva, mostrando eficiência

## Palavra de especialista

### Avaliação ampla e respeito

*A menopausa marca uma queda significativa dos níveis de estrogênio, hormônio que tem papel fundamental na modulação de neurotransmissores e na plasticidade sináptica em áreas como hipocampo e córtex pré-frontal. Essa redução pode impactar circuitos cerebrais ligados à memória e à atenção, levando a queixas frequentes de lapsos de memória, dificuldade de concentração e menor velocidade de raciocínio. Para o tratamento, faça uma avaliação ampla para excluir causas comuns e*

*reversíveis, como distúrbios do sono, depressão, ansiedade, alterações da tireoide ou deficiência de vitamina B12. Em seguida, analise a possibilidade de terapia hormonal, sempre considerando critérios de segurança e perfil clínico da paciente. Recomendando, ainda, medidas não farmacológicas que comprovadamente ajudam na saúde cerebral, como prática regular de atividade física, alimentação balanceada, estímulo cognitivo e controle rigoroso de fatores de risco cardiovascular.*

Outra análise foi realizada para observar a memória prospectiva, como agendamentos de compromissos, além de resolução de problemas.

## Distinção

No grupo de 7.251 observadas, 4% usava estradiol transdérmico na forma de adesivos ou géis aplicados na pele ou anéis

Arquivo pessoal



Caio Couto Gonçalves, coordenador de ginecologia e obstetria do Hospital Anchieta

vaginais, cremes ou comprimidos, e 2% tomando pílulas. Já 94% das participantes não usavam terapia hormonal. “Nossas descobertas sugerem que o tipo de terapia com estradiol importa, com diferentes formas associadas a diferentes tipos de memória”, disse Galea. “Embora não possamos afirmar que a terapia hormonal causa esses efeitos, ela contribui para a discussão sobre a melhor forma de promover a saúde

cerebral após a menopausa.” Uma limitação do estudo foi que a maioria dos participantes era branca e tinha renda mais alta, o que significa que os resultados podem não ser os mesmos para pessoas de outras origens raciais, étnicas ou socioeconômicas. Os dados também não examinaram como a dosagem, a duração ou o momento da terapia hormonal influenciam a cognição.

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS

# Aumenta o risco de tubarões desdentados

As mudanças climáticas interferem, inclusive na dentição dos tubarões. As feras caçadoras dos oceanos estão perdendo os dentes por causa do aumento da acidez da água dos oceanos. Cientistas da Universidade Heinrich Heine de Düsseldorf (HHU), da Alemanha, descobriram que, à medida que o fenômeno ocorre, os dentes desses animais ficam mais fracos e mais propensos a quebrar. Um estudo sobre o assunto foi publicado na revista *Frontiers in Marine Science*.

Os tubarões são famosos por substituírem seus dentes, com novos dentes sempre crescendo à medida que consomem o conjunto atual. Como dependem das presas para capturar seus alvos, isso é vital para a sobrevivência de um dos maiores predadores dos oceanos. Mas a capacidade de regeneração pode não ser suficiente para garantir que eles resistam às pressões de um mundo em aquecimento, em que os oceanos estão se tornando mais ácidos, segundo uma nova pesquisa.

A pesquisa se concentrou apenas nos efeitos químicos da acidificação dos oceanos em tecidos não vivos. Estudos futuros devem examinar as alterações nos dentes, sua estrutura química e a resiliência mecânica em tubarões vivos, disseram os pesquisadores. O experimento mostra, no

entanto, que danos microscópicos podem ser suficientes para representar um problema sério para os animais que dependem dos dentes para sobreviver.

“Os dentes de tubarão, apesar de serem compostos de fosfatos altamente mineralizados, ainda são vulneráveis à corrosão em cenários futuros de acidificação dos oceanos”, disse o primeiro autor do artigo, Maximilian Baum, biólogo da Universidade Heinrich Heine de Düsseldorf (HHU). “São armas altamente desenvolvidas, construídas para cortar carne, não para resistir à acidez do oceano. Nossos resultados mostram o quão vulneráveis até mesmo as armas mais afiadas da natureza podem ser.”

## Acidificação

A acidificação dos oceanos é um processo em que o pH diminui, resultando em águas mais ácidas. Isso é impulsionado principalmente pela liberação de CO2 gerado pelo homem. Atualmente, o pH médio dos oceanos do mundo é de 8,1. Em 2300, espera-se que caia para 7,3, tornando-o quase 10 vezes mais ácido do que é atualmente.

No estudo, os cientistas usaram esses dois valores de pH para examinar os efeitos

Max Baum HHU



Tubarão-de-pontas-pretas-de-recife estão entre as espécies que sofrem alterações

de água mais ou menos ácida nos dentes de tubarões-de-pontas-pretas-de-recife. Mergulhadores coletaram mais de 600 dentes descartados de um aquário que abrigava os tubarões. Dezesseis dentes — aqueles que estavam completamente intactos e sem danos — foram usados para o experimento de pH, enquanto outros 36 dentes foram usados para medir a circunferência antes e depois. Os dentes foram incubados por oito semanas em tanques separados de 20 litros.

“Este estudo começou como um projeto de bacharelado e se transformou em uma publicação revisada por pares. É um ótimo

exemplo do potencial da pesquisa estudantil”, disse o autor sênior do estudo, Prof. Sebastian Fraune, que dirige o Instituto de Zoologia e Interações Organísmicas da HHU. “Curiosidade e iniciativa podem desencadear verdadeiras descobertas científicas.”

Em comparação com os dentes incubados a pH 8,1, os dentes expostos a água mais ácida foram significativamente mais danificados. “Observamos danos visíveis na superfície, como rachaduras e buracos, aumento da corrosão radicular e degradação estrutural”, disse Fraune. Os dentes não cresceram e a estrutura da superfície ficou

## Duas perguntas para

**BRUNA HEINEN**, MÉDICA GINECOLOGISTA E ENDOCRINOLOGISTA DO HOSPITAL SANTA LÚCIA, EM BRASÍLIA

**Como acontece esse processo no organismo feminino, durante a menopausa, que acaba afetando a atividade cerebral?**

A menopausa é marcada por uma redução natural na produção de estrogênio pelos ovários, é sabido que esse hormônio tem papel no tecido cerebral, mas o impacto real da menopausa nas funções cognitivas e na memória ainda é bastante incerto. Vários estudos foram realizados até o momento para avaliar esse impacto, entre eles o SWAN (SWAN Study: Menopause and Midlife Health), um estudo longitudinal realizado no EUA com um número grande de mulheres, observando ao longo dos anos os impactos do climatério e da menopausa em vários aspectos da vida das mulheres. Esse estudo mostrou uma redução transitória na memória e na cognição (medidos por testes cognitivos) durante o período do climatério e menopausa inicial. Portanto, apesar de ser uma queixa comum da menopausa, não se sabe ao certo se essas alterações são relacionadas apenas a redução do estrogênio, se tem relação com outros sintomas da menopausa (fogachos, mudanças de humor, distúrbios do sono) ou o avançar da idade cronológica.

**A senhora defende a terapia hormonal como solução para essas queixas?**

A terapia hormonal não deve ser indicada apenas para melhora da memória e cognição em mulheres no climatério. Mas mulheres que têm outras indicações de uso da terapia hormonal (fogachos, alterações de humor, distúrbios de sono, alterações ósseas) e estão na janela de oportunidade de uso (os primeiros 10 anos da menopausa), a reposição pode ter algum benefício na memória. Importante lembrarmos que os estudos até o momento ainda são muito controversos sobre o real efeito da TH na memória e na cognição e essa informação deve ser repassada para as pacientes de forma clara. É importante na consulta de uma mulher com queixa de falhas de memória entender o contexto, avaliando se ela se beneficiaria de uma consulta com neurologista para avaliar mais a fundo essa falha de memória e se a terapia de reposição hormonal seria uma boa indicação. **(RG)**

mais irregular, dando a impressão de imagens 2D. Embora uma superfície dentária alterada possa melhorar a eficiência do corte, ela também pode tornar os dentes estruturalmente mais fracos e mais propensos a fraturas.

## Efeitos

O estudo analisou apenas dentes descartados de tecido mineralizado não vivo, o que significa que processos de reparo que podem ocorrer em organismos vivos não puderam ser considerados. “Em tubarões vivos, a situação pode ser mais complexa. Eles poderiam potencialmente remineralizar ou substituir dentes danificados mais rapidamente, mas os custos energéticos disso seriam provavelmente maiores em águas acidificadas”, ressaltou Fraune.

Os tubarões-de-pontas-pretas-de-recife precisam nadar com a boca permanentemente aberta para conseguir respirar, de modo que os dentes ficam constantemente expostos à água. Se a água for muito ácida, os dentes automaticamente sofrem danos, especialmente se a acidificação se intensificar, disseram os pesquisadores. “Mesmo quedas moderadas no pH podem afetar espécies mais sensíveis com ciclos de replicação dentária lentos ou ter impactos cumulativos ao longo do tempo”, destacou Baum. “Manter o pH do oceano próximo à média atual de 8,1 pode ser crucial para a integridade física das ferramentas dos predadores.”

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Agressões lideram casos na Defensoria Pública

Segundo levantamento, os crimes cometidos por companheiros e ex em ambiente familiar foram os mais atendidos pelo órgão em audiências de custódia no primeiro semestre de 2025

» MILA FERREIRA

Relatório

Audiências de custódia dos presos provisórios

Os processos de criminalização envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher atendidos pela Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) aumentaram no primeiro semestre de 2025 em comparação com o mesmo período do ano passado, liderando a lista de crimes atendidos pelo órgão em audiências de custódia (veja tabela). As oitivas consistem na rápida apresentação a um juiz da pessoa que foi presa. Também são ouvidos o Ministério Público e a Defensoria Pública ou advogado do preso.

Nos primeiros seis meses do ano passado, 879 crimes contra a mulher foram atendidos pela DPDF, representando 33,89% dos tipos de imputação que passaram por audiência de custódia. No primeiro semestre de 2025, o número subiu para 1.145, representando 38,47% dos crimes atendidos pela DPDF (confira tabela). A quantidade de autores reincidentes e o valor da fiança também aumentaram.

Segundo o coordenador do Núcleo de Audiências de Custódia e Tutela Coletiva da DPDF, Alexandre Fernandes Silva, os levantamentos são feitos semestralmente desde 2023 para domínio público e suporte à formulação de políticas públicas. “Nosso objetivo principal é fazer um mapeamento do que se passa na defensoria e converter em dados para servir como base para políticas de prevenção de crimes em cada localidade do DF”, explicou.

“O aumento do volume de pessoas que passaram por audiência de custódia acusadas de violência doméstica pode refletir uma maior efetividade das políticas públicas, mais pessoas denunciando, mais repressão aos crimes contra a mulher e ação mais efetiva da polícia”, destacou Alexandre.

Apoio

Defensora pública do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Rafaela Mitre acompanha mulheres durante processos judiciais de casos de violência doméstica e familiar e observa que ter uma rede de apoio contribui para que a mulher se encoraje e denuncie. “Quando a mulher tem com quem contar e tem uma boa rede de suporte ao redor, é mais fácil ela denunciar os autores de violência. Nunca é demais ressaltar a importância da denúncia e da rede de apoio”, frisa.

O aumento do número de autores reincidentes em casos de violência doméstica remete a um padrão de comportamento masculino ainda enraizado na sociedade, segundo a defensora. “É preciso que as políticas públicas sejam mais voltadas ao agressor em si, para que haja uma mudança de mentalidade. Ainda há muito sentimento de posse que acaba levando a atos extremos”, comentou Rafaela.

Ações

Lançado em 2019, o projeto “RenovAÇÃO - Homens autores de violência doméstica” tem como objeti-



|                                     | 1º semestre de 2024 | 1º semestre de 2025 | Variação        |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------|
| Violência doméstica contra a mulher | 879<br>(33,89%)     | 1.145<br>(38,47%)   | 266<br>↑ 30,2%  |
| Autor reincidente                   | 1.016<br>(39,17%)   | 1.180<br>(39,65%)   | 164<br>↑ 16,14% |

|                               |              |              |                       |
|-------------------------------|--------------|--------------|-----------------------|
| Valor médio da fiança cobrada | R\$ 2.825,19 | R\$ 2.977,62 | R\$ 152,43<br>↑ 5,39% |
|-------------------------------|--------------|--------------|-----------------------|

Perfil social dos atendidos (2025)

|                                                               |
|---------------------------------------------------------------|
| 49,5% com ensino fundamental incompleto;                      |
| 39,10% com idade entre 18 e 29 anos;                          |
| 19,91% preto (a) — 65,59% pardo (a)                           |
| totalizando 85,5% de negros(as), segundo os critérios do IBGE |
| 91,69% homens                                                 |
| 61,59% solteiros                                              |
| 60,91% com renda mensal até aproximadamente um salário mínimo |
| 88,06% sem carteira assinada                                  |

des de forma que contribua para a construção de relações mais passivas, não violentas e igualitárias. Além disso, o grupo se constitui como um espaço que acolhe a subjetividade dos participantes, incentivando a expressão de sentimentos e a reflexão conjunta. Essa abordagem possibilita a redução de tensões, o fortalecimento da rede de proteção e o incentivo a formas descentralizadas e não repressivas de resolução de conflitos.

Dentro das comemorações do Agosto Lilás, campanha nacional de conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher, a Defensoria Pública do DF levantou 50 questões vivenciadas pela

instituição envolvendo o direito feminino e consolidou em uma cartilha que traz dúvidas comuns da população sobre a temática. Além disso, o material apresenta contextos que configuram violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, explicando as medidas de proteção. Acesse o QR Code e confira o material na íntegra.

Denúncias

Advogada criminalista do Kolbe Advogados, Jéssica Marques atribui o crescimento do número de denúncias de casos de violência a um maior letramento delas. “Além da acessibilidade facilitada à infor-

mação sobre as leis que protegem as mulheres, o aprimoramento dos canais de denúncia, de pedido de ajuda e de acolhimento à mulher também são encorajadores”, elencou. “Além disso, a modificação da mentalidade da sociedade ao se deparar com situações de violência contra a mulher também tem incentivado as denúncias; a garantia fixada em jurisprudência de que a palavra da vítima tem credibilidade e especial relevância, situação que acaba por incentivar ainda mais as denúncias de violência”, completou.

A especialista ressaltou ainda a importância do acompanhamento psicológico das mulheres que sofrem violência doméstica. “Sabemos que este tipo de crime está enraizado em um ciclo de violência psicológica e dependência financeira. Para que haja o rompimento definitivo do vínculo existente entre a vítima e seu agressor, extirpando a possibilidade de reincidência, deve haver um trabalho psicológico e jurídico em torno da ofendida, no sentido de acompanhá-la e direcioná-la para uma rede de apoio, e um trabalho de conscientização do agressor sobre violência doméstica”, destacou Jéssica. “Unir proteção efetiva, punição rigorosa e um bom e direcionado trabalho psicológico de conscientização gerará resultados cada vez mais efetivos”, finalizou.

Onde pedir ajuda?

» **Ligue 190:** Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Serviço disponível 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita

» **Ligue 197:** Polícia Civil do DF (PCDF).E-mail: denuncia197@pcdf.df.gov.br  
WhatsApp: (61) 98626-1197. Site: www.pcdf.df.gov.br/servicos/197/violencia-contra-mulher

» **Ligue 180:** Central de Atendimento à Mulher, canal da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. A denúncia pode ser feita de forma anônima, 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita

» **Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam):** funcionamento 24 horas por dia, todos os dias.

**Deam 1:** previne, reprime e investiga os crimes praticados contra a mulher em todo o DF, à exceção de Ceilândia. Endereço: EQS 204/205, Asa Sul. Telefones: 3207-6172 / 3207-6195 / 98362-5673. E-mail: deam\_sa@pcdf.df.gov.br.

**Deam 2:** previne, reprime e investiga crimes contra a mulher praticados em Ceilândia. Endereço: St. M QNM 2, Ceilândia. Telefones: 3207-7391 / 3207-7408 / 3207-7438

» **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:** Whatsapp: (61) 99656-5008 — Canal 24h

» **Secretaria da Mulher do DF — Subsecretaria de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (Subev)**

Telefone: 3330- 3109.

Assessoria: 3330-3118/3105.

Subsecretaria de Promoção das Mulheres (SUBPM): 3330-3116 / 3148

» **Casa da Mulher Brasileira**

Recepção, térreo: 3371-2897.

Acolhimento e Triagem, 1º andar: 3371-2637

Empreende Mais Mulher, 2º andar: 3373-1120/ 98199-1146

Coordenação da Casa da Mulher Brasileira, 3º andar: 3371-0212

» **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) —** Promotorias nas regiões administrativas do DF

» **Defensoria Pública do DF:** canal 129 — dígito 2 (atendimento específico à mulher)



Acesse o QR Code e confira cartilha explicativa sobre leis que protegem mulheres



ANA MARIA CAMPOS  
anacampos.df@dabr.com.br

Arthur Menescal/Esp.CB/DA.Press



## Sem pausa do mandato

Na próxima semana, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) começa as sessões de radioterapia para tratar um câncer de mama e não pretende parar de trabalhar. Damares, inclusive, é integrante da CPMI do INSS, comissão iniciada com base em requerimento que apresentou. Ontem, ela divulgou, no plenário da Comissão de Direitos Humanos, o diagnóstico da doença, emocionou-se, mas logo depois estava em plenário em articulações para a aprovação do PL contra a adultização das crianças nas redes sociais.

### Recado para os “inimigos”

Damares mandou um recado para quem lhe deseja mal: “E para aqueles que se autodeclararam inimigos, para aqueles que não gostam de mim e que estão fazendo os comentários mais maldosos me desejando muita dor, sofrimento e morte, lamento informar, mas não será desta vez!”.

### Milhares de apoios

Ao divulgar o diagnóstico pelas redes sociais, Damares recebeu milhares de mensagens. A senadora Leila do Vôlei (PDT-DF) escreveu: “Querida Senadora Damares, sei da sua imensa força e da fé inabalável que sempre a guiou. Tenho certeza de que esses valores serão fundamentais para vencer mais este desafio”. A vice-governadora Celina Leão (PP) registrou: “Força, querida. Vai ficar bem”.

Divulgação/Lide Brasília



### Intensas transformações no contrato de trabalho

Na abertura do Seminário Econômico Lide, no Hotel Royal Tulip, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), destacou que o país enfrenta um tempo de “intensas transformações” no mundo do trabalho e que o desafio é adaptar a legislação às novas formas de contratação. Ele lembrou que mais de 15 milhões de brasileiros atuam como microempreendedores individuais e que o fenômeno da digitalização e da automação deve modificar ou eliminar cerca de um quinto das ocupações atuais até 2027. O encontro, promovido em parceria com o Lide Brasília, reuniu ministros de Cortes superiores, políticos, autoridades e especialistas de diferentes setores e teve como tema central “O futuro do trabalho e os novos modelos regulatórios”.

#### Inovação sem retrocesso

“Nossa tarefa é compreender como a inovação pode ser incorporada sem retrocesso, mas também sem ilusões de que a legislação ou decisões judiciais pontuais possam deter o curso da história. É essencial garantir transições justas, com políticas de requalificação e investimentos em educação e inovação, para que a automação e a livre iniciativa libertem o ser humano, em vez de condená-lo à dependência e à exclusão”, afirmou Gilmar Mendes. O ministro é relator da ação que discute a legalidade da pejotização no país. Uma audiência pública no STF marcada para ocorrer em outubro vai debater o tema.

#### Legislação desatualizada

O presidente do Lide Brasília, Paulo Octávio, destacou a necessidade de modernizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943, para acompanhar as mudanças da sociedade e dar segurança jurídica às empresas. “O tempo passou, e hoje ela encontra-se desatualizada. As transformações sociais e tecnológicas avançaram demais. O que vivemos hoje no Brasil, e no mundo todo, é uma dificuldade da interpretação das leis e da forma de contratar”, afirmou. Segundo o ex-governador do DF, a falta de clareza jurídica afeta diretamente a confiança dos empresários e prejudica a geração de empregos. “Cada vez teremos menos empresas e mais empresários mudando para fora do país, se não enfrentarmos essas inseguranças”, completou.

Divulgação/Lide Brasília



### Proteção aos vulneráveis com desenvolvimento econômico

Ao participar ontem do Seminário Econômico Lide, que teve como tema central “O futuro do trabalho e os novos modelos regulatórios”, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, chamou atenção para a necessidade de ajustar conceitos normativos à realidade atual. Ele afirmou que a CLT, com mais de 80 anos, precisa ser reinterpretada diante das inovações tecnológicas e destacou que a legislação deve proteger os mais vulneráveis, mas sem impedir o desenvolvimento econômico.

Divulgação/Lide Brasília



### Mudanças legislativas e novos desafios

Ao participar do debate, a senadora Tereza Cristina (PP-MS) defendeu que o Congresso avance em uma nova rodada de reformas trabalhistas, considerando as mudanças no perfil do trabalhador e a influência da tecnologia. Ela citou pesquisas que apontam que 59% dos brasileiros preferem trabalhar por conta própria, mas ressaltou que 70% dos autônomos gostariam de voltar a ter carteira assinada. “Essa nova realidade ainda está longe de ser um mar de rosas e não se pode naturalizar o fato de trabalhadores estarem mais expostos à precarização e à perda de direitos”, afirmou.

### Fórum de Direito Público e boas praticas administrativas

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), em parceria com a Advocacia-Geral da União (AGU), realiza hoje, das 18h às 21h30, o I Fórum de Direito Público e Boas Práticas Administrativas, com o tema “Controle, Desjudicialização e Precedentes”. Entre os nomes confirmados estão o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes; o presidente do TCDF, conselheiro Manoel de Andrade; o ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius Marques; o advogado-geral da União, Jorge Messias; a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi; e o desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do DF Guilherme Pupe, além de outros especialistas.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**EXTREMISMO/** Adolescentes que estariam planejando ataques a duas escolas públicas do DF eram tidos como estudantes comuns. Após o caso, um deles foi expulso. Diretor comunicou o afastamento aos discentes por meio de aplicativo de mensagens

# Acima de qualquer suspeita

» DARCIANNE DIOGO

Tidos como estudantes comuns no convívio escolar, os dois adolescentes suspeitos de planejar um ataque a duas escolas públicas do Distrito Federal não despertavam desconfiança em colegas e professores. O **Correio** conversou com estudantes matriculados na mesma instituição de um dos menores, de 17 anos.

Um aluno relatou que, mesmo não sendo da mesma sala, via o suspeito frequentemente nos corredores. “Ele era um menino de boa, falava com muita gente, via ele sorrindo, brincando. Não sei o que teria causado revolta. Na verdade, ninguém sabe”, contou ele, relatando que, no dia da propagação da notícia sobre o suposto atentado, muitos estudantes deixaram de ir à escola. “Ficou todo mundo com medo. Os pais mesmos que não deixaram.”

Após a operação da Polícia Civil, deflagrada na segunda-feira, que cumpriu mandados de busca e apreensão nas casas dos suspeitos, o diretor comunicou a expulsão do aluno da instituição. Em um áudio repassado aos grupos de WhatsApp de todas as salas, o gestor dá a notícia. “Estamos informando que o aluno já foi expulso e está em tra-



tamento psiquiátrico. Com relação ao outro, comunicamos sobre o ocorrido aos diretores da escola onde ele está matriculado”, falou.

### Investigação

A operação da Divisão de Prevenção e Combate ao Extremismo Violento da Polícia Civil (DPCEV) resultou na apreensão de objetos e eletrônicos ligados aos menores. Os celulares e computadores passarão por perícia para tentar identificar outros possíveis envolvidos nas ameaças.

Os materiais produzidos pelos dois menores incluíam fotos, vídeos e mensagens trocadas com outras pessoas, nas quais eles afirmavam planejar um atentado às escolas nas quais estudavam. Nas redes sociais, usavam nomes em referência a atradores responsáveis por um massacre nos Estados Unidos.

### Discurso de ódio

Pelas falas dos suspeitos, o suposto ataque ocorreria em meados de setembro. Numa das filmagens, um deles diz ao outro que a data inicial não seria possível, pois alguns itens não estavam prontos. Um dos menores sugere: “Eu estava pensando em outra data. Que tal no seu aniversário? Até lá, vai estar tu-

do pronto. O presente vai ser atirar, matar gente”. O outro reage: “Vou virar maior de idade, aí já posso ir preso”. “Já pode ir para o inferno”, acrescenta o outro. Em seguida, um deles afirma que planejava comprar uma arma de fogo ilegalmente.

A polícia identificou um site mantido pelos jovens, contendo discursos de ódio contra mulheres, negros e pessoas LGBTQIAPN, além de fazer apologia ao nazismo. Para ampliar o alcance, utilizavam o TikTok, onde algumas contas foram derrubadas pela plataforma, devido ao conteúdo extremista.

No material apreendido, havia transmissões, vídeos e mensagens em fóruns digitais com ameaças e símbolos nazistas. Em um áudio enviado via WhatsApp, um deles afirma: “Se eu pudesse, faria uma espécie de nazismo no Brasil”.

Em nota, a Secretaria de Educação informou que encaminhou o caso às autoridades competentes e destacou que a Diretoria de Apoio à Saúde dos Estudantes (Diase) prestará assistência aos envolvidos e às escolas afetadas. “A pasta reafirma seu compromisso com a segurança, o bem-estar e o acompanhamento integral de todos os estudantes, adotando todas as providências necessárias para o esclarecimento e resolução da situação”, concluiu.



# Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

## Blindagem acima de todos

Algumas Excelências articulam uma PEC das Prerrogativas para autoblindar-se contra as investigações do STF. Como se não bastassem os superpoderes e as superproteções da quais gozam, eles querem se proteger mais e tornar a prisão de deputados e senadores ainda mais difícil. A PEC amplia a imunidade parlamentar e barra investigações criminais sem autorização do Congresso.

Claro que trata-se de uma retaliação às investigações ordenadas pelo ministro Flávio Dino, sobre as irregularidades nas emendas parlamentares. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, está armando

uma bomba institucional, pois trata-se de uma proposta claramente inconstitucional, que será rechaçada pelo STF, pois ameaça o equilíbrio entre os poderes da República.

A política deveria ser a eleição dos melhores cidadãos, imbuídos de consciência coletiva, de qualificação intelectual e de compromisso com a democracia. No entanto, particularmente depois do advento da internet, parece que as eleições se tornaram um concurso para escolher os piores elementos da sociedade.

É impressionante o número de Excelências despreparadas, ignorantes, tolas e venais. Elas rebaixaram o parlamento e a atividade política. A audácia da infâmia chegou ao ponto de o PL, Partido Liberal, indicar Darcy Alves, assassino confesso de Chico Mendes, como presidente do diretório de Mencilândia.

A figura da imunidade parlamentar precisa ser discutida. Ela foi criada com a Constituição Cidadã de 1988 para garantir o pleno exercício das funções dos

representantes do mandato popular em um contexto de cerceamento das liberdades imposto pelo regime militar.

No entanto, a imunidade parlamentar foi totalmente deturpada. Ela virou um chamariz para pessoas enroladas com a Justiça, envolvidas em atividades suspeitas ou francamente delituosas, ainda à espera de veredito dos tribunais. Os meliantes viram no mandato democrático um escudo para protegê-los de ações escusas. Eles se consideram cidadãos acima da lei e, mesmo quando flagrados em delitos, ficam irritados e se sentem perseguidos.

É claro que a atividade parlamentar tem as prerrogativas. E que elas sejam respeitadas. Mas, com certeza, a imunidade não contempla nem isenta ações criminosas, nas quais algumas Excelências têm incorrido, tais como propagação de notícias falsas, incitação à desordem social, falta de transparência das emendas parlamentares ou a tentativa de golpe de Estado.

Pelo que se lê nas notícias sobre os

bastidores da Câmara dos Deputados, algumas Excelências pretendem forjar uma PEC absurda de blindagem dos seus atos, exigindo que os mandados de busca e apreensão da Polícia Federal nas dependências do Congresso Nacional só possam ser cumpridos mediante autorização prévia do Parlamento. É uma exigência estapafúrdia que pode ser entendida, em si mesma, como uma tentativa de obstrução da Justiça e de se colocar na condição de cidadãos acima das lei, o que é vedado pela Constituição.

Não existe nenhuma justificativa razoável para a estratégia disparatada. Os processos contra parlamentares têm sido conduzidos pelo STF dentro do mais estrito respeito pelos trâmites da Justiça. Se não querem ser incomodados, basta não cometerem crimes. E se forem acusados, injustamente, que se defendam e provem que são inocentes. Como não podem negar as infrações apontadas nas investigações, eles querem virar a mesa e mudar as

regras do jogo. Na verdade, o que tentam é aplicar um golpe parlamentar dentro da tentativa do golpe.

As Excelências já são blindadas pela imunidade parlamentar para o exercício de suas atividades. Os políticos pretendem ser semideuses inimputáveis. Mas o fato de ser votado por milhões de eleitores não confere a nenhum parlamentar o direito de pairar acima das leis e cometer crimes. A soberania do voto é um requisito essencial, mas não absoluto.

Essa pretensão de flunar acima da lei é abuso de poder e precisa ser repelida com veemência, pois é imoral, antirrepblicana e anticonstitucional. A maioria só cuida dos interesses pessoais, transgride a lei e ainda deseja ser condecorada. Almejam um processo sem investigação. Isso piora ainda mais a imagem do Congresso Nacional. No fundo, o que querem é uma anistia para os crimes que cometeram e para os que, porventura, cometerão. Ninguém pode pairar acima da lei.

**INVESTIGAÇÃO /** Ao menos cinco casos foram registrados em diferentes pontos da região administrativa. Duas vítimas morreram. Polícia suspeita que os crimes foram cometidos pelas mesmas pessoas

# Latrocínios aterrorizam Ceilândia

» CARLOS SILVA

A Polícia Civil do Distrito Federal apura uma série de crimes violentos ocorridos entre a madrugada e a manhã de ontem em Ceilândia. Ao menos cinco casos, com características semelhantes, foram registrados em diferentes pontos da região administrativa. As vítimas — em sua maioria moradores de rua e um usuário de drogas — foram atacadas com golpes de faca durante tentativas de assalto.

Na noite de ontem, a polícia prendeu Jonathan Bruno Dias Santos, 30 anos, apontado como um dos autores da série de crimes. O segundo envolvido está foragido.

O caso mais recente ocorreu por volta das 8h20, na QNN 1, próximo à 15ª Delegacia de Polícia (Ceilândia Centro). Um morador em situação de rua contou aos

agentes que foi abordado por dois homens, quando ia a um restaurante comunitário. Armado com uma faca, um deles exigiu dinheiro. Ao recusar-se, a vítima foi golpeada na cabeça. O ataque só foi interrompido graças à intervenção de um popular, que conseguiu dispersar os agressores.

Por volta das 7h, um novo homicídio foi registrado na QNN 12. Um homem em situação de rua foi encontrado morto, também vítima de agressões com arma branca. Horas antes, no Hospital Regional de Ceilândia (HRC), por volta das 3h, um usuário de drogas foi atendido com ferimentos graves no pescoço e no abdômen. Segundo testemunhas, ele foi surpreendido por dois homens armados com facas que anunciaram um assalto e o esfaquearam, quando ele reagiu. Ele foi submetido a

Reprodução/TV Brasília



Um dos latrocínios foi cometido na QNN 12. Suspeito de envolvimento nos crimes foi preso ontem

cirurgia e permanece internado.

Ainda durante a madrugada, outra pessoa em situação de rua foi alvo de violência na QNN 18 e morreu. A vítima chegou ao hospital com aproximadamente 15 perfurações no corpo. O caso está sob investigação da 23ª DP (Setor “P” Sul).

Também nas primeiras horas do dia, outro morador de rua foi atacado próximo à 15ª DP. Ele relatou que dois homens tentaram roubá-lo e, diante da resistência, desferiram golpes de faca. O Corpo de Bombeiros prestou socorro, e a vítima segue hospitalizada.

## Investigação

O delegado João Ataliba Neto, responsável pelas investigações na área da 15ª DP, classificou a quarta-feira como “atípica”. Segundo ele, a Polícia Civil trabalha com a hipótese de latrocínio. “Acreditamos que se trate dos mesmos autores, já que os crimes ocorreram em regiões limítrofes e com o mesmo modus operandi”, afirmou em entrevista exclusiva para a TV Brasília.

De acordo com o delegado, as vítimas que sobreviveram relataram que os suspeitos aparentavam estar sob efeito de drogas. “Eles se

aproximavam, anunciavam assalto e exigiam dinheiro ou cigarro. Em seguida, revistavam as vítimas e partiam para os golpes de faca. Algumas foram atingidas na região torácica e abdominal, outras na cabeça, o que demonstra uma intenção clara de exterminar essas pessoas”, explicou.

Ataliba Neto destacou ainda que a maior parte das vítimas não possuía antecedentes criminais. As equipes da Polícia Civil seguem em campo para identificar e localizar o segundo suspeito. “Quem tiver informações sobre o paradeiro do agressor pode ajudar muito a investigação”, ressaltou o delegado.

## VIOLÊNCIA

# Policial reage e mata assaltante

» DAVI CRUZ  
» BRUNA TEIXEIRA

Um policial civil matou um suspeito durante uma tentativa de assalto, na madrugada de ontem, na Quadra 103 do Recanto das Emas. O homem pilotava uma motocicleta e abordou uma mulher, que voltava do trabalho, para roubar os pertences dela. A vítima correu pedindo ajuda e bateu no portão da casa do agente, que atirou contra o suspeito.

De acordo com o delegado-chefe da 27ª Delegacia de Polícia (Recanto das Emas), Alexandre Godinho, a mulher se recusou a entregar os pertences. “O homem pediu o celular, bolsas e itens pessoais dela. A vítima não quis entregar e saiu correndo, batendo nas portas e gritando”, relatou.

O policial civil, que atua na 33ª DP de Santa Maria e estava de folga, saiu de casa e teria avistado um homem em uma motocicleta, apontando um objeto em direção a ele. “Como o local estava mal iluminado e o objeto parecia ser uma arma de fogo, ele fez quatro disparos e atingiu o suspeito, que morreu no local”, afirmou Godinho, completando que, em seguida, o agente pediu apoio à Polícia Militar. O caso foi registrado como roubo a transeunte e morte por intervenção de agente do Estado, na 27ª DP.

## Antecedentes

A perícia constatou que o suspeito utilizava uma motocicleta roubada, que foi apreendida pelos agentes. A PCDF informou que havia um mandado de prisão preventiva em aberto contra o homem, por tentativa de homicídio, em 2024. O caso será acompanhado pela Corregedoria-Geral da Polícia Civil. De acordo com Godinho, o resultado da apuração deve sair em 60 dias.

## ACIDENTE

# Adolescentes são atropelados em patinete elétrico

» NATHÁLIA QUEIROZ

Dois adolescentes de 16 anos ficaram feridos, na tarde de ontem, após serem atropelados por um carro enquanto andavam juntos em um patinete elétrico, na W3 Sul, altura da 505/705. Eles foram socorridos pelo Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) e levados ao Instituto Hospital de Base do Distrito Federal (IHBDF).

Uma das vítimas apresentava fratura na perna esquerda e sangramento na cabeça. A outra foi encontrada consciente, mas desorientada, com suspeita de traumatismo cranioencefálico. A motorista do Ford Ka branco, de 31 anos, não se feriu. O local ficou aos cuidados da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

Segundo informações do Instituto de Gestão Estratégica de

Saúde (Iges-DF), apenas em agosto, o Hospital de Base recebeu 36 pacientes vítimas de acidentes envolvendo patinetes elétricos. O número reforça a preocupação sobre o uso inadequado do equipamento.

## Legislação

O Departamento de Trânsito do DF (Detran-DF) explicou ao **Correio** que os patinetes não são classificados como veículos, mas, sim, como equipamentos de mobilidade individual autopropeledos. Atualmente, a legislação de trânsito prevê que cada equipamento deve ser utilizado por apenas uma pessoa.

Apesar de não haver obrigatoriedade legal, o Detran recomenda o uso de capacete ciclístico e de equipamentos de proteção ao conduzir um patinete elétrico. No DF, não há

Divulgação/CBMDF



Os dois jovens, de 16 anos, estavam no mesmo patinete

previsão de multa para quem descumpra as regras de circulação com patinetes, mas o órgão afirma que pode apreendê-los, quando utilizados de forma indevida.

A autarquia reforça que o uso de patinetes não é permitido nas faixas de rolamento das vias urbanas arteriais e de trânsito rápido, nem em rodovias e estradas rurais, onde

os limites de velocidade são superiores a 40 km/h.

## Morte no Park Way

Na noite de ontem, uma idosa de 68 anos morreu após ser atropelada na Quadra 7 do Setor de Mansões Park Way (SMPW). O motorista envolvido fugiu do local do acidente e até o fechamento desta edição não havia sido localizado.

A vítima, identificada como L. I. F, foi encontrada caída ao solo com lesões incompatíveis com a vida e teve o óbito constatado no local após verificação médica.

Durante o atendimento, duas faixas da via precisaram ser interditadas. A Polícia Civil foi acionada e a PMDF ficou responsável pela preservação da cena. Ainda não há informações sobre a dinâmica do acidente.

## Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: [cidades.dfg@dabr.com.br](mailto:cidades.dfg@dabr.com.br)

### Sepultamentos realizados em 27/08/2025

#### » Campo da Esperança

Agmar Elias Barbosa, 57 anos  
Antônio Manoel Rodrigues Magalhães, 76 anos  
Carlos Roberto Stuckert, 61 anos  
Dulcinea Alves Araújo, 89 anos  
Gabriel Lutz Pinheiro Pitta, 22 anos  
Isabel Pereira de Moura, 81 anos  
Josefa Queijada de Souza, 92 anos  
Karla Thanyzia Oliveira Maciel, 42 anos  
Lourival Martins de Lima, 67 anos  
Manoel de Souza Lima, 73 anos  
Marco Antônio Santos de Amorim, 67 anos  
Maria Betânia Ribeiro Pires, 35 anos

Maria da Paixão Ferreira Galeno, 70 anos  
Maria Eduarda da Silva Rocha, 25 anos  
Natan Paula da Silva Lima, menos de 1 ano  
Nilo Sérgio Ribeiro, 68 anos  
Oswaldina Pereira de Queiroz, 89 anos  
Raimundo Alves de Melo, 66 anos  
Reginaldo de Holanda e Albuquerque, 85 anos  
Sebastião Alves da Silva, 88 anos  
Telmo Coelho Cruvinel, 76 anos  
Wilmington Luiz de Souza, 76 anos

#### » Taguatinga

Antônia Lúcia Pereira, 67 anos  
Antônio dos Santos Lima, 67 anos

Antônio Fernandes da Silva, 91 anos  
Everardo da Silva Amaral, 64 anos  
Francisco Alves de Paiva, 90 anos  
Maria de Oliveira Alcântara, 66 anos  
Miguel Felix da Silva, menos de 1 ano  
Nédio de Mello, 87 anos  
Santa Lira da Silva, 59 anos  
Sinval Pinto Coelho, 85 anos

#### » Gama

Antônio Pereira dos Santos, 90 anos  
Crispiano Evangelista Rocha, 83 anos  
Elza Sabino Mendes, 84 anos  
Maria de Lourdes Farias, 74 anos

Soraia Rodrigues Moreira, 38 anos

#### » Planaltina

José Ribamar Divino, 77 anos  
Marcos de Almeida Campos, 48 anos  
Tiago Estrela Alves, 39 anos

#### » Sobradinho

Adilson Adriano Figueiredo, 52 anos

#### » Jardim Metropolitano

Eudes Santos de Almeida, 94 anos (cremação)  
Marlene da Costa Almeida, 88 anos (cremação)

# Capital S/A

ROBERTO FONSECA  
robertovfonseca@gmail.com



A soma de um milhão de zeros não chega a gerar um

Carl G. Jung (1875-1961), psiquiatra suíço, pioneiro da psicanálise

## DF como polo de negócios e de prospecção de talentos na tecnologia

O setor de tecnologia está empenhado em transformar o Distrito Federal num polo de negócios e talentos. A ideia é divulgar as necessidades das empresas e as oportunidades para os profissionais brasileiros. Um exemplo é a expansão da área de dados e inteligência artificial (IA) da Cielo, a gigante em meios de pagamentos. Ela vai abrir 12 vagas para especialistas no assunto para melhorar produtos, serviços e a experiência dos clientes.

Entre os avanços recentes da área estão soluções voltadas às finanças do negócio, como a oferta digital de produtos de antecipação, e melhorias nas operações logísticas, com modelos inteligentes que monitoram remotamente os terminais e agilizam o suporte técnico. A inteligência artificial também passou a apoiar diretamente a força comercial: os gerentes contam

Divulgação



com uma assistente de vendas que recomenda, com base em IA, ofertas, condições e contratos personalizados conforme o perfil

de cada cliente. Essa aplicação estratégica da tecnologia tem impulsionado a excelência no atendimento e fortalecido a

conquista e retenção de clientes.

“Este movimento representa um passo fundamental na Cielo. Com ele, a companhia adota uma abordagem holística para transformar a forma como opera e interage com o mercado”, diz Carlos Alves, vice-presidente da Cielo. “Ao integrar soluções de IA e fomentar uma cultura de inovação, a Cielo se posiciona para oferecer produtos e serviços de alta qualidade e manter a competitividade em um cenário dinâmico.”

De acordo com o executivo, as soluções desenvolvidas por este setor têm potencial de otimizar processos internos e alcançar centenas de milhares de negócios e milhões de consumidores finais. De olho em oportunidades como essa, o Sindicato da Indústria da Informação do Distrito Federal, o Sinfor-DF, vai fornecer um banco de currículos de profissionais da área. A plataforma está em teste.

### Motos nas passagens na Asa Norte

Os casos de furtos estão entre as principais preocupações dos comerciantes da Asa Norte, principalmente nas quadras 200 e 400. Duas semanas atrás, por exemplo, a PM prendeu um homem em um supermercado na 402 Norte. Ele tinha sido flagrado com produtos subtraídos no valor de R\$ 42,46.

Levado à 5ª DP, os policiais descobriram que ele tinha sido detido pelo mesmo crime mais duas vezes em um período de um mês. Acabou liberado em ambas. “A gente vê que é um trabalho de enxugar gelo, a PM prende, mas dias depois a mesma pessoa está circulando de novo na região, em meio à crescente população de rua”, diz um comerciante da 404 Norte.

A PM tem colocado patrulhas nos balões das quadras comerciais e mantém um grupo de WhatsApp com moradores e comerciantes para acelerar o atendimento das ocorrências. E, agora, é feito também o policiamento com motos nas passagens subterrâneas do Eixão e eixinhos.



Material cedido ao Correio

### 800 vagas com bolsas integrais

Fazer um curso de qualificação ainda neste ano sem gastar nada com um selo de qualidade reconhecido pelo MEC é uma realidade, mas o tempo está correndo. O Senac-DF está com inscrições abertas para mais de 800 vagas em cursos livres totalmente gratuitos, e o prazo para garantir uma delas vai somente até a quarta-feira da semana que vem.

As bolsas fazem parte do Programa Senac de Gratuidade (PSG), destinado a pessoas com renda familiar per capita de até dois salários mínimos. A seleção segue a ordem de inscrição e os pré-requisitos de cada curso. Ou seja, quem se inscreve primeiro tem mais chances de conquistar a vaga.

Os cursos abrangem setores estratégicos para o mercado de trabalho, como beleza, gastronomia, moda, saúde, tecnologia, turismo e gestão. A proposta é unir teoria e prática em laboratórios equipados, garantindo que o aluno esteja pronto para atuar profissionalmente logo após a formação. Os interessados devem acessar o site [df.senac.br](http://df.senac.br) para consultar a lista completa de cursos por unidade e realizar a inscrição.

### Empreendedorismo em foco

O VOGA Conference vai reunir amanhã, a partir das 8h, no Royal Tulip, líderes, empreendedores, investidores e profissionais de diversas áreas para discutir temas estratégicos como empreendedorismo, economia, política, investimentos e muito mais. Com palestras e painéis que ampliam a visão sobre os desafios e oportunidades do Brasil e do mundo, serão discutidos temas como planejamento patrimonial e sucessório; inflação, juros e riscos ocultos; perspectivas para o setor imobiliário; bolsa brasileira diante do novo ciclo político; oportunidades no mercado de ações; entre outros.

1.567

Quantidade de luminárias que serão instaladas no Lago Sul, em investimento anunciado pela CEB IPes. Todas são de LED, tecnologia que garante mais eficiência, economia de energia e segurança para a população. Nesta etapa, 577 novas luminárias serão instaladas nas quadras QI 27 e QI 29. Além disso, outras 825 unidades serão implantadas nas quadras QI 9, 11, 15 e 16, além da QL 19. A modernização também alcançará as quadras QL 1, 2, 4 e 6, que receberão 165 novos pontos de luz.

ARRAIÁ SOCIAL

E SÉMPRE TEMPO DE FESTEJAR!

29 E 30 AGOSTO

Todo o valor arrecadado será revertido para nossas obras sociais

VALOR SOCIAL

R\$ 35,00

SEXTA 17H ÀS 22H

SABÁDO 11H ÀS 22H

COMIDAS TÍPICAS, ARTESANATO E BAZAR

ATRAÇÕES MUSICAIS

\*\*O VALOR DA ENTRADA SERÁ CONVERTIDO EM FICHAS PARA COMPRA DE PRODUTOS NAS BARRACAS

INGRESSOS: [VEM.FEDF.ORG.BR/ARRAIASOCIAL](http://VEM.FEDF.ORG.BR/ARRAIASOCIAL)

Endereço do evento:

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO DISTRITO FEDERAL  
QMSW 5 LOTE 5 SUDOESTE/DF

Realização:

FEDF Cepas

## INFRAESTRUTURA

Ao entregar obras de abastecimento de água, Ibaneis Rocha destacou que o DF é referência em saneamento básico

# “Não teremos mais crises hídricas”

» DAVI CRUZ

Cerca de 500 mil famílias do Distrito Federal serão beneficiadas com a inauguração de três obras de abastecimento de água: a Elevatória do Lago Norte e a Adutora do Taquari; a Adutora Corumbá-Jardim Botânico; e o novo sistema que atenderá Nova Colina, Dorothy Stang e Nova Petrópolis. A entrega foi feita ontem pelo governador Ibaneis Rocha (MDB). “Não teremos mais crises hídricas no DF”, afirmou, na solenidade.

Ao todo, foram destinados R\$ 200 milhões para os serviços executados pela Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb). Para Ibaneis, o conjunto de inaugurações representa um marco para a segurança hídrica da capital. “São três sistemas que estão interligando todo o Distrito Federal. Isso nos deixa muito felizes, porque, hoje, nós estamos garantindo água de qualidade para toda essa população”, destacou.

Os investimentos fazem parte de um planejamento de longo prazo. “Com essas entregas que estão sendo feitas hoje, nós estamos beneficiando 500 mil famílias do Distrito Federal que terão acesso à água de qualidade. Com um investimento de R\$ 4 bilhões pelos próximos cinco anos, nós vamos garantir a água para toda a população do Distrito Federal pelos próximos 50 anos. São obras que muitas vezes não aparecem, mas que marcam a história do DF”, disse o governador.

Ibaneis também lembrou a crise hídrica vivida na capital entre 2017 e 2018 e afirmou que o cenário não se repetirá. “Nós não podemos esquecer que, naquela

Renato Alves/Agência Brasília



Novo sistema levará água tratada para mais de 500 mil pessoas

época, tivemos a maior crise hídrica do Distrito Federal, com racionamento de água e produtores rurais passando dificuldades. Hoje, graças a Deus, nós temos água para todas as famílias. O DF é referência em saneamento, com mais de 95% de abastecimento de água potável e aproximadamente 98% de coleta de esgoto. Isso garante qualidade de vida para esta e para as futuras gerações”, assegurou.

### Nova licitação

O presidente da Caesb, Luiz Antônio Reis ressaltou a dimensão dos investimentos. “Essas três obras foram lançadas pelo governador e hoje já entregam resultados concretos. Só aqui, na Elevatória do Lago Norte, nós estamos disponibilizando água para 350 mil pessoas, na região norte. Em Nova Colina, Dorothy Stang e Nova Petrópolis já fizemos 2,8 mil ligações de água na torneira das famílias. Com o sistema Corumbá-Jardim Botânico, estamos

levando 700 litros por segundo para a região, cumprindo a determinação de atender 100% da população do DF com água de qualidade, a melhor do Brasil, sem dúvida”, afirmou.

Morador do Lago Norte, Gabriel Pereira, 38 anos, servidor público, contou que as obras eram um desejo antigo da comunidade. “Sofremos muito com o desabastecimento de água há alguns anos. Então, ficamos mais seguros de ter uma qualidade de vida melhor, afinal, a água é essencial todos os dias”, reforçou. Para ele, o racionamento enfrentado na capital em 2017, foi “algo meio surreal”.

De investimentos previstos, o bairro Santa Luzia, na região da Estrutural, será o próximo a receber as obras de infraestrutura da Caesb. Para atender a demanda, o investimento será de R\$ 80 milhões. A expectativa é que seja lançada nos próximos dias a licitação para contratar a empresa responsável pelas obras.

3º BRASÍLIA SUMMIT

L I D E – CORREIO BRAZILIENSE

30 DE SETEMBRO – 8h-12h

HOTEL BRASÍLIA PALACE

BRASÍLIA – DF

“INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E DATACENTERS”

|                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  <div><b>LUIS ROBERTO BARROSO</b><br/>—<br/>MINISTRO E PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DO BRASIL - STF</div>          |  <div><b>LUCIANA SANTOS</b><br/>—<br/>MINISTRA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</div>                                                                                          |  <div><b>IBANEIS ROCHA</b><br/>—<br/>GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL</div>                                                          |  <div><b>RONALDO CAIADO</b><br/>—<br/>GOVERNADOR DE GOIÁS</div>                                                                  |  <div><b>EDUARDO GOMES</b><br/>—<br/>SENADOR (PL-TO) TITULAR DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL</div>                                                             |  <div><b>EUDÓCIA CALDAS</b><br/>—<br/>SENADORA (PL-AL) TITULAR DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA</div> |  <div><b>MARCOS PONTES</b><br/>—<br/>SENADOR (PL-SP) MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (2019-2022) TITULAR DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA</div> |
|  <div><b>JULIO LOPES</b><br/>—<br/>DEPUTADO FEDERAL (PP-RJ) TITULAR DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL</div> |  <div><b>RICARDO BARROS</b><br/>—<br/>DEPUTADO FEDERAL (PP-PR) TITULAR DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL</div> |  <div><b>AGUINALDO RIBEIRO</b><br/>—<br/>DEPUTADO FEDERAL (PP-RN) TITULAR DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL</div> |  <div><b>LUISA CANZIANI</b><br/>—<br/>DEPUTADA FEDERAL (PSD-PR) TITULAR DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL</div> |  <div><b>VITOR LIPPI</b><br/>—<br/>DEPUTADO FEDERAL (PSDB-SP) TITULAR DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL</div> |  <div><b>MARCO ANTÔNIO COSTA JR.</b><br/>—<br/>SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL</div> |  <div><b>PAULO HENRIQUE COSTA</b><br/>—<br/>PRESIDENTE DO BRB</div>                                                                                                                  |
|  <div><b>MARCOS FERRARI</b><br/>—<br/>PRESIDENTE DA CONEXIS BRASIL DIGITAL</div>                                             |  <div><b>EDUARDO CARVALHO</b><br/>—<br/>DIRETOR GERAL DA EQUINIX LATAM</div>                                                                                                    |  <div><b>LAURA MENDES</b><br/>—<br/>ADVOGADA ESPECIALISTA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL</div>                                         |  <div><b>LUDHMILLA HAJJAR</b><br/>—<br/>MÉDICA CARDIOLOGISTA DA REDE D'OR</div>                                                  |  <div><b>PAULO OCTÁVIO</b><br/>—<br/>PRESIDENTE DO LIDE BRASÍLIA</div>                                                                                                      |  <div><b>GUILHERME MACHADO</b><br/>—<br/>PRESIDENTE DO CORREIO BRAZILIENSE</div>                                                |  <div><b>DENISE ROTHENBURG</b><br/>—<br/>COLUNISTA NO CORREIO BRAZILIENSE</div>                                                                                                      |

PATROCÍNIO



MÍDIA PARTNERS



CORREIO BRAZILIENSE



cb.dooh  
MÍDIA DIGITAL



REVISTA  
L I D E

FORNECEDORES OFICIAIS

ambipar®

Natural  
one



INICIATIVA

L I D E

CORREIO BRAZILIENSE

L I D E  
BRASÍLIA

Inscreva-se:  
CONFIRME.LIDE.COM.BR

Encontro presencial  
VAGAS LIMITADAS



Minervino Júnior/CB/D.A.Press

# O PEQUENO matemático

O brasiliense Rafael Kessler, de 11 anos, criou uma fórmula reconhecida por dois doutores da UnB e foi homenageado pela Câmara Legislativa

» LUIZ FELLIPPE ALVES

O estudante Rafael Kessler Ferreira, de 11 anos, movimentou o meio acadêmico criando uma fórmula matemática. Apesar da pouca idade, Rafael faz parte de um grupo de pessoas que possuem altas habilidades, também conhecidas como superdotados. Inspirado em uma pergunta feita pelo pai, Windy Kessler da Silva Ferreira, a partir de um exercício da Olimpíada Brasileira de Matemática (OBMEP), a criança foi capaz de elaborar uma complexa fórmula para cálculos com grandes números de forma mais fácil. A nova fórmula —  $[(x^2+x) + (y^2+y)] - (y-x)^2$  — levou seu sobrenome, ficando conhecida como Kessler.

O feito de Rafael foi reconhecido por Igor dos Santos de Lima e Rui Seimetz, doutores em matemática da Universidade de Brasília (UnB). Santos afirmou que o pensamento que Rafael teve é raro para um menino de 11 anos. “Se você mostrar esse raciocínio para outra pessoa superdotada ou para alguém com formação na área, eles podem afirmar que conseguem acompanhar o raciocínio. Criar uma fórmula ampla como ele fez é difícil até para alguns alunos da graduação”, disse.

Para o professor, a fórmula pode ser aplicada no dia a dia. “Como o Rafael utilizou um modelo retangular para formular a equação, podemos utilizar isso na construção civil, por exemplo. Para facilitar a conta de quantos azulejos serão necessários para revestir uma parede, por exemplo”, ressaltou. Santos acrescentou que o episódio servirá de inspiração para mais pessoas. “Com certeza, outras crianças e até alunos mais velhos vão se sentir mais motivados para estudar as áreas da matemática”, concluiu.

Durante a entrevista, Rafael estava entretido com um novo projeto de programação. Em meio aos barulhos de cliques e teclas, o menino celebrou por ter criado algo tão importante. “Fiquei muito feliz quando desenvolvi algo que pode ser usado por outras pessoas”, disse o menino, que está no espectro autista.

Como forma de reconhecimento pela contribuição na área, Rafael recebeu uma moção de louvor, concedida pela Câmara Legislativa (CLDF), na última segunda-feira, proposta pelo deputado distrital Gabriel Magno (PT). Para ele, essa visibilidade pode contribuir para abrir portas a outros estudantes. “Acredito que outras crianças podem receber mais atenção para as ideias que têm”, acrescentou.

Acervo pessoal

Anexo: Representação visual do problema e resolução feita pelo autor:

**Fórmula matemática - Fórmula de Kessler**

2. Marcelo usa palitos para fazer quadrículos como na figura. Para fazer um quadrículo 1 × 1, ele usa 4 palitos; para fazer um quadrículo 2 × 2 ele usa 12 palitos, e assim por diante. Quantos palitos ele precisará para fazer um quadrículo 5 × 5?

(A) 50  
(B) 55  
(C) 60  
(D) 80  
(E) 100

Prova OBMEP 2022 Nível 1 Questão 2

Declaro ainda que tal criação é de autoria exclusiva de Rafael Kessler Ferreira, constituindo manifestação de sua capacidade intelectual original e inêdita, passível de proteção moral e patrimonial nos termos da legislação vigente.

Local e data: Brasília, DF, 16 de abril de 2025.

O registro em cartório da fórmula, que pode ser usada para calcular quantas subdivisões iguais podem ser feitas em um retângulo

Andressa Anholette/Agência CLDF



Augusto Hung e Igor Lima, doutores em matemática; Roberta; Rafael; deputado Gabriel Magno; e o pai do menino, Windy Kessler

## Infância

Robertha Munique Oliveira, mãe de Rafael, contou como a família percebeu as altas habilidades do filho. “Ele tinha uma curiosidade muito incomum para uma criança de 3 anos. Procurava assistir vídeos em inglês e tinha muita curiosidade em números”, afirmou. Ainda segundo a mãe, o menino começou a falar inglês sem fazer nenhuma aula do idioma. “Às vezes, ele pedia para a gente ler as instruções de um jogo e, pela correria do dia-a-dia, a gente não conseguia. En-

tão, ele começou a falar sozinho”, complementou.

O ponto de virada ocorreu após a pandemia. Robertha procurou médicos em 2022 para determinar o diagnóstico do filho. “Conseguimos realizar alguns exames e o diagnóstico veio da passagem dos 9 para os 10 anos. Foi uma grande surpresa”, relembrou. A família passou a procurar maneiras de atender aos pedidos do filho, com recursos que pudessem ampliar os horizontes de Rafael.

A superdotação é definida como um desempenho excepcionalmente eleva-

do em uma ou mais áreas. Apesar das altas habilidades que Rafael possui, a mãe comenta sobre alguns desafios. “A característica de assincronia é muito recorrente em pessoas superdotadas. Apesar de conseguir fazer cálculos muito avançados para a idade, o Rafael possui uma idade emocional de uma criança de 8 anos”, explicou.

“Não cobramos ele para que invente algo revolucionário ou que precise ser o melhor da turma. Até por isso, ele mesmo não tem uma ideia do que irá fazer ou da carreira que irá seguir”, prosseguiu.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Marília Pereira (E), diretora do colégio Ideal; Rafael e a mãe, Robertha

## Falta de incentivo

Apesar da conquista de Rafael, a mãe enxerga um mundo pouco preparado para seres humanos com altas habilidades. Robertha comenta que em Brasília, principalmente, faltam iniciativas que saibam direcionar o potencial dessas pessoas. “Eu acredito fortemente que a falta de programas voltados para essa questão (superdotação) possa atrasar tanto o Rafael quanto outras crianças. O ideal seria tutores e investimentos para que essas pessoas consigam se desenvolver adequadamente”, avaliou.

Marília Pereira, diretora do Colégio Ideal, onde Rafael cursa o 6º ano, afirmou que o menino inspirou a escola a criar mais projetos para expandir os conhecimentos de sala de aula. “Iniciamos o movimento inspirado no Rafael, quando ele veio estudar aqui no início do ano. Outros alunos, da mesma idade, perceberam a grandiosidade das possibilidades”, ressaltou.

Feliz pela conquista do filho, Robertha avalia que ainda há muito a ser feito por uma educação mais inclusiva. “Conhecemos pais que possuem mais condições financeiras e que matricularam os filhos em universidades do exterior. Acredito que seria importante uma visão para acolher esse conhecimento no Brasil. Precisamos de políticas públicas que garantam essa educação”, enfatizou.

Focado no presente, Rafael não tem muitos planos para o futuro, mas pensa em ajudar pessoas. “Ainda não sei o que quero cursar. Atualmente, tenho projetos que podem ajudar as pessoas, como a fórmula (Kessler) e um aplicativo para saber como está o tempo em qualquer lugar”, explicou.

# ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: [esportes.df@dabr.com.br](mailto:esportes.df@dabr.com.br) Telefone: (61) 3214-1176

## Champions League

A Champions League definiu, ontem, os 36 clubes que participarão da fase de liga. O sorteio dos duelos da fase classificatória para os playoffs e mata-mata será hoje, às 13h. Os times serão divididos em quatro potes, de acordo com ranking da Uefa. Cada equipe enfrenta dois adversários de cada divisão. Os oito primeiros colocados desse estágio avançam às oitavas. Do nono ao 24º, haverá necessidade de uma repescagem. A final será em Budapeste, na Hungria.

**COPA DO BRASIL** Inspirado no Milan do pai, Davide Ancelotti usa dois centroavantes e vê Arthur Cabral marcar para o Botafogo. Xodó de Fernando Diniz, Pablo Vegetti atrai marcação e deixa Jair livre para salvar o Vasco e manter equilíbrio nas quartas de final

# Empate ideológico

MARCOS PAULO LIMA

Como diz a canção de Cazuza, “ideologia, eu quero uma pra viver”. No caso do futebol, para vencer. Davide Ancelotti segue conceitos do pai. Em 2023, Carlo Ancelotti levou o Milan ao título da Champions League contra a Juventus usando dois centroavantes: Inzaghi e Shevchenko. Dois anos depois, perdeu para o Liverpool com Hernán Crespo e Shevchenko. O que fez o filho, ontem, na primeira partida contra o Vasco pelas quartas de final da Copa do Brasil? Surpreendeu Fernando Diniz ao escalar Arthur Cabral e Chris Ramos juntos. Dois novos raiz. Savarino iniciou no banco, explorou a fragilidade cruzmaltina na bola aérea e abriu o placar no cruzamento de Alex Telles para Arthur Cabral, de 1,86m, desviar de cabeça para o fundo da rede do goleiro Léo Jardim.

Fernando Diniz também é fiel aos princípios de jogo. Até demais. Goleou o Santos por 6 x 0 com Philippe Coutinho e Nuno Moreira se alternando no papel de falso nove e os pontas David e Rayan azucrinando a defesa adversária com ações em diagonal. Ontem, o técnico deixou David no banco e não abriu mão do centroavante Pablo Vegetti. O argentino teve participação fundamental no gol de empate do Vasco ao atrair a marcação no cruzamento de Nuno Moreira. O volante Jair aproveitou e igualou o resultado, em São Januário.

A ideologia de Diniz pilhou o Vasco no início do segundo tempo. Philippe Coutinho viu o goleiro John operar milagre em uma finalização dele. Depois, foi salvo pelo travessão na tentativa de Rayan. A blitz ainda reclamou de um pênalti no mesmo lance. Rayan novamente tentou e a bola tocou no braço de Marlon Freitas. O árbitro Anderson Daronco mandou o jogo seguir.

Enquanto o Vasco pressionava — e encurralava — o

Vitor Silva/Botafogo



O experiente centroavante botafoguense Arthur Cabral e o jovem meio-campista vascaíno Cauan Barros travaram um dos duelos intensos no gramado do Estádio de São Januário

Botafogo na defesa, o Botafogo buscava uma maneira de reforçar o meio de campo. Um choque de Chris Ramos forçou a mudança. O risco de concussão levou Diniz a sacar o espanhol e mandar o camisa 10 Savarino a campo. Estava desfeita a dupla

de dois centroavantes de Davide Ancelotti inspirada nos alfarrábios do papai Carletto.

A entrada do venezuelano reequilibró a partida e diminuiu o ímpeto do Vasco. O Glorioso avançou as linhas e passou a ter mais posse de bola, na tentativa de

retomar o controle da partida. As belas atuações de Barros e de Jair encurtavam o espaço do Botafogo. O zagueiro Kaio Pantaleão saiu lá de trás e quase fez o segundo. Léo Jardim espalmou para escanteio.

O cansaço começou a baixar o nível do clássico. As substituições

não causaram efeito imediato, e o jogo foi se arrastando para um placar satisfatório aos dois times. O Vasco saiu de São Januário vivo depois de duas derrotas consecutivas para o Juventude e o Corinthians, ambas pelo Campeonato Brasileiro. O Botafogo conduz a

decisão para o Nilton Santos, onde tem o gramado sintético como aliado, embora o adversário conheça bem o piso por mandar alguns jogos lá. O duelo de volta será no próximo dia 11. O Vasco anunciou, ontem, a contratação do zagueiro Cuesta.

## Gui Negão dá vitória ao Corinthians fora

VICTOR PARRINI

O ataque está longe de ser o maior dos problemas do técnico Dorival Júnior à frente do Corinthians. Dos 23 jogos do ex-Seleção Brasileira com o Corinthians, apenas em quatro não conseguiu levar a equipe ao gol. Ontem, na Ligga Arena, em Curitiba, ele viu a equipe flertar com a falta de eficiência, mas foi salvo pelo talento e o oportunismo da joia Gui Negão, responsável por decretar a vitória por 1 x 0.

Talento da geração 2006, Gui Negão estava no lugar certo na hora certa, quando Matheuzinho chegou à linha de fundo e cruzou. Livre de marcação, o jovem teve apenas o trabalho de empurrar para o fundo das redes do goleiro Santos. O atacante desabrocha no momento de maior necessidade do Corinthians. O time não tem disponível o artilheiro Yuri Alberto, lesionado e com expectativa de retorno para setembro.

Gui Negão chega ao terceiro gol consecutivo em quatro partidas como titular do Corinthians. Antes, marcou contra Bahia e Vasco, pelo Brasileirão. Hoje, ele está à frente de Talles Magno e Ángel Romero na briga pela titularidade.

“É um garoto que vem crescendo. Nos mostrou, em treinamentos, uma condição importante, que nós não tínhamos. Uma característica um pouco diferente, principalmente do Yuri, que ocupa a função”, elogiou Dorival Júnior após o triunfo contra o Vasco.

O desempenho faz com que a diretoria acelere uma renovação de contrato. Hoje, o vínculo do jogador de 18 anos e de 1,79m de altura com o clube alvinegro vai até 10 de junho de 2027.

O Corinthians está apalavrado com o estafe de Gui Negão para a extensão de um vínculo por cinco temporadas, com valorização salarial. O intuito maior é blindá-lo do assédio e gerar maior proteção com multa rescisória elevada para times do Brasil.

Embora o gol de Gui Negão tenha colocado o Corinthians em vantagem para o jogo de volta contra o Athletico-PR, em 10 de setembro, a equipe flertou com o empate. Aos 23 minutos, o paranaenses igualaram o marcador com Benavidez. No entanto, a arbitragem de vídeo flagrou mão na bola do centroavante Viveros no início da jogada.

O Corinthians comemora defensivamente. O time não saía

JOÃO HEIM/ESTÁDIO CONTEÚDO



Gui Negão chegou ao terceiro gol seguido pelo Corinthians em quatro jogos

ileso havia três jogos. O último tinha sido na vitória por 2 x 0 contra o Palmeiras, pelo jogo de volta das oitavas da Copa do Brasil, no Allianz Parque. Hugo Souza ajudou a manter o placar ao operar milagre após cabeçada de Patrick.

A retaguarda alvinegra deve ser modificada nas próximas partidas. Pilar no lado direito da defesa, Matheuzinho deixou o gramado após indicar problema no músculo da coxa, depois de arrancada. O clube não tem peça de reposição à altura para o setor. Ontem, o zagueiro Félix Torres foi improvisado.

Outro ponto positivo é o ímpe-

to alvinegro fora de casa. Dos últimos cinco jogos lnde de Itaquera, o Corinthians venceu três, sob a pressão de Allianz Parque, São Januário e, agora, Ligga Arena.

O próximo compromisso do Corinthians será no clássico contra o Palmeiras, no domingo, às 18h30, na Neo Química Arena, pelo Campeonato Brasileiro. O Athletico-PR volta as atenções para a Série B. No sábado, às 20h30, a equipe comandada por Odair Hellmann recebe o Novorizontino. O Furacão é o 12º colocado da segundona, com 30 pontos, a seis do quarto colocado Criciúma.

## Bahia x Flu: choque tricolor na Fonte Nova

Com a expectativa de um jogo equilibrado, Bahia e Fluminense se enfrentam em Salvador, hoje, pelo jogo de ida das quartas de final da Copa do Brasil. O duelo começa às 19h30, com a promessa de uma Arena Fonte Nova lotada.

Os tricolores mediram forças pela 19ª rodada do Brasileirão, na mesma Fonte Nova, com um eletrizante empate por 3 x 3. Na Copa do Brasil, o time baiano eliminou, nas oitavas, o modesto Retrô-PE. O Fluminense derubou o Internacional.

O técnico Renato Gaúcho, que tem fama de ‘copeiro’, está de olho na competição, tanto que poupou vários titulares diante do Bragantino, no sábado passado, em Bragança Paulista, onde o time carioca sucumbiu por 4 x 2.

O Flu perdeu uma série invicta de sete jogos, com três vitórias seguidas. A nona posição, com 27 pontos, é um motivo a mais para o clube mirar a Copa do Brasil. Nesta competição, o Fluminense levantou a taça somente em 2007, por coincidência, com Renato Gaúcho no comando.

A principal novidade é o retorno do zagueiro Thiago Silva, que estava afastado dos gramados desde o início do mês por conta de uma lesão na coxa

Letícia Martins/EC Bahia



Jean Lucas atuará pela primeira vez como jogador de Seleção

direita. Totalmente recuperado, ele está à disposição da comissão técnica e deve aparecer ao lado de Freytes para emprestar experiência ao grupo.

Invicto há oito jogos, o Bahia vem de duas vitórias consecutivas. O clube baiano está em evidência pela convocação do volante Jean Lucas à Seleção Brasileira. O jogador foi chamado por Carlo Ancelotti para substituir Joelinton, lesionado em compromisso pelo Newcastle. O lateral-esquerdo Alex Sandro, do Flamengo, também foi cortado, mas sem substituto.

O Bahia volta a ter um representante na Seleção após 34 anos. O último chamado foi o meia Luis Henrique, na Copa América de 1991.

ESPORTES

COPA DO BRASIL Cruzeiro bate o Atlético-MG na casa do rival com brilho de Fabrício Bruno e Kaio Jorge

Convocados resplandecem

LUCAS BRETAS

**B**elo Horizonte — Letal nas oportunidades criadas, o Cruzeiro contou com o brilho da dupla de convocados à Seleção Brasileira para vencer o Atlético-MG, por 2 x 0, ontem, na Arena MRV. No segundo tempo do duelo de ida das quartas de final da Copa do Brasil entre os arquirrivals mineiros, Fabrício Bruno (com golaço) e Kaio Jorge balançaram as redes da casa do Galo, abrindo vantagem celeste no torneio mata-mata.

O primeiro tempo foi marcado pelo equilíbrio na Arena MRV, com ritmo intenso desde os minutos iniciais. Na etapa complementar, o Cruzeiro se fez amplamente superior dentro da proposta de jogo: anulou as principais valências ofensivas do Atlético-MG e aproveitou as chances que teve para marcar.

Na quinta-feira, a Raposa pode até perder o confronto de volta no Mineirão por um gol de diferença que se classifica para as semifinais da Copa do Brasil. O Galo, para avançar, precisa vencer por três de vantagem ou de dois para levar a decisão da vaga à disputa de pênaltis.

Ambas equipes voltam a campo no fim de semana para compromissos pela 22ª rodada da Série A do Campeonato Brasileiro. O Atlético-MG enfrentará o Vitória no Barradão, em Salvador, a partir das 18h30 de domingo. O Cruzeiro medirá forças com o São Paulo no Mineirão, a partir das 21h do sábado.

A vitória de ontem encerrou o jejum do Cruzeiro em clássico, com quatro empates e três derrotas nos últimos encontros. O último triunfo celeste sobre o arquirival havia sido em fevereiro do

Gustavo Aleixo/Cruzeiro



Kaio Jorge e Fabrício Bruno vivem semana perfeita, com convocação para a Seleção Brasileira de Ancelotti e gol no clássico na casa do arquirrival

“Uma das semanas mais felizes da minha vida, convocação para a Seleção, primeiro gol no clássico. Eu vinha buscando isso, queria muito”

**Kaio Jorge,**  
atacante do Cruzeiro

ano passado, pela primeira fase do Campeonato Mineiro.

O jogo começou a ser resolvido pelo Cruzeiro no início do segundo tempo. Aos quatro minutos, Fabrício Bruno teve muita liberdade para conduzir a bola desde a intermediária após troca de passes celeste e finalizou de fora da área, acertando lindo chute cruzado no ângulo direito de Everson.

Instantes depois, em lance de escanteio, a Raposa encontrou Fabrício Bruno na segunda trave. O defensor achou Kaio Jorge com passe de cabeça. Livre na grande

área, o artilheiro celeste dominou, girou e finalizou para ampliar o placar na Arena MRV.

Observado e recompensado por Carlo Ancelotti com a convocação para os jogos contra Chile e Bolívia pelo Brasil em setembro, Kaio Jorge está em lua de mel com a bola. “Uma das semanas mais felizes da minha vida, convocação para a Seleção, primeiro gol no clássico. Eu vinha buscando isso, queria muito. Fizemos uma excelente partida aqui. A equipe do Atlético-MG é muito boa, mas a gente hoje sai com a vantagem”, discursou ao Prime Video.

“O que podemos fazer é trabalhar e tentar virar o jogo no Mineirão. É uma diferença não muito grande, temos a segurança de que lutaremos até o fim”

**Junior Alonso,**  
zagueiro do Atlético-MG

FLAMENGO

Foram marcados os julgamentos de Bruno Henrique. Na esfera esportiva, o caso será apreciado pelo STJD em 4 de setembro. Dois dias antes, o STJ analisará o pedido de recurso para anular a investigação em que o atacante é réu por ter tomado cartão amarelo para beneficiar apostadores.

SÃO PAULO

Com o departamento médico lotado, o São Paulo busca peças de reposição para alguns setores, principalmente para o ataque. Sem poder contar com Calleri e André Silva, o clube consultou Marcos Leonardo no Al-Hilal, da Arábia Saudita. O alto salário, porém, é um entrave.

ESTÊVÃO

Estêvão é o brasileiro mais promissor do mundo, segundo o Observatório do Futebol. O atacante do Chelsea está na quarta posição dentre os jogadores sub-20 com maior potencial. Ele é acompanhado dos compatriotas Rayan (Vasco) e Pedrinho (Zenit). Lamine Yamal (Barcelona) lidera.

BASQUETE

Classificada para as quartas de final, a Seleção Brasileira masculina de basquete perdeu pela primeira vez na Americup, para os Estados Unidos, por 90 x 78, em Manágua, na Nicarágua. O Brasil volta à quadra amanhã, contra a República Dominicana, às 16h10, em busca de uma vaga na semifinal do torneio.

TÊNIS

Fonseca cai para o 22º do mundo no US Open



ESA/AF

Apesar da queda, Fonseca celebra participação em todos os Grand Slams

MEL KAROLINE\*

Com oscilação durante o confronto, João Fonseca deu adeus ao US Open 2025, após ser batido por 3 sets a 0 (parciais de 7/6 (4), 6/2 e 6/3), pelo tenista tcheco Tomas Machac, em uma partida com quase duas horas de duração. O jovem iniciou bem a disputa, levando a primeira parcial para o tie-break. Porém, do segundo set em diante, assistiu ao adversário dominar o jogo e, sem sustos, confirmar a classificação para a terceira rodada do torneio. Machac enfrentará o francês Ugo Blanchet, alzo do tcheco Jakub Mensik por 3 sets a 2.

Após a eliminação na segunda rodada, João repetiu a campanha feita no Australia Open, quando disputou pela primeira vez a chave principal do Grand Slam. Agora, o brasileiro aguarda a Copa Davis, de 12 e 14 de setembro. O Brasil enfrentará a Grécia na disputa por vaga à classificatória de 2026. Entre os dias 19 e 21, João se exibirá na Laver Cup, torneio com idealização de Roger Federer.

O carioca também fica na expectativa do término do

US Open para saber se ficará acima do 44º lugar no ranking mundial, melhor colocação dele na carreira. No momento, o prodígio brasileiro ocupa a 45ª posição.

Bia Haddad

O Brasil segue na chave de simples. Beatriz Haddad Maia busca, hoje, por volta do meio-dia, classificação à terceira fase do US Open. Depois de desbancar a britânica Sonay Kartal, a melhor brasileira do circuito, dona da 18ª posição do ranking, encara a suíça Viktorija Golubic (72ª). SporTV3 e ESPN2 transmitem o duelo.

Bia e Golubic se enfrentaram cinco vezes em jogos oficiais. O retrospecto é favorável à europeia, com quatro triunfos. No entanto, a brasileira levou a melhor no último encontro, pelo WTA de Cleveland, também nos Estados Unidos.

A brasileira de 29 anos busca repetir a melhor campanha no torneio em Nova York. Em 2024, avançou até as quartas de final.

\*Estagiária sob a supervisão de Victor Parrini

4ª EDIÇÃO

CIRCUITO encontro Delas

A corrida feminina mais charmosa do Brasil

INSCRIÇÕES ABERTAS

21 de setembro

Park Shopping - Brasília/DF





» MARIANA REGINATO

Após vencer o Urso de Prata no Festival de Berlim, *O último azul*, dirigido por Gabriel Mascaro chega aos cinemas brasileiros. Na trama, o Brasil vive uma realidade na qual uma política de exílio é forçada sobre os idosos para que os jovens possam viver sem preocupações com os mais velhos. Os idosos são transferidos para colônias habitacionais e chegou a vez de Tereza.

Com 77 anos, Tereza mora em uma cidade industrializada na Amazônia e recebe o chamado do governo para morar nas colônias. Porém, ela ainda não se sente pronta para abandonar sua vida e embarca em uma viagem pelas águas amazônicas em busca de realizar um último desejo. *O último azul* traz uma reflexão sobre envelhecimento e mostra que nunca é tarde para se entregar à vida e tem o protagonismo de Denise Weinberg e a participação de Rodrigo Santoro.

Gabriel Mascaro quis abordar o corpo feminino idoso em uma jornada de pulsão e desejo e teve algumas dificuldades em achar como contaria essa história. “A gente começa a perceber que é muito difícil porque é como se as tradições narrativas de gênero não dessem conta desse corpo idoso. O corpo idoso no cinema é um corpo dissidente, as narrativas não abraçam esse corpo como abraçam os corpos jovens”, comenta o diretor.

O cineasta quis brincar com o gênero *coming of age*, conhecido no cinema por falar de jovens na flor da idade. “Ele caminha para uma distopia, depois vira uma coisa meio surreal e, de repente, cai num filme de jornada, no boat movie amazônico, na qual a estrada é o rio. Essa personagem se conecta com esse gênero do *coming of age*, a diferença é que é um *coming of late age*, da idade avançada. É um florescer na maturidade. O filme tenta passar essa mensagem de que nunca é tarde para ressignificar a vida”, ressalta.

Denise Weinberg, protagonista do filme, comenta que acha a

personagem de Tereza muito rica. “É um brinde para uma atriz, um presentão. Claro que eu me identifiquei, estou na terceira idade, tenho 69 anos, sou mais nova que a Tereza, mas eu tenho o mesmo espírito dela. Isso vai me ajudar a atravessar, a fazer a travessia e para isso que a gente é atriz, para ajudar a entender um pouco essa vida louca e breve. Eu mergulhei, e ainda tinha o brinde extra de ser na Amazônia, era naquela loucura toda, era uma jornada pesada. Mas quando você faz o que gosta, você esquece a hora”, destaca a atriz sobre o processo de gravação.

A Amazônia se torna uma personagem pulsante dentro da narrativa e recebe um arco de transformação, assim como Tereza. “O filme começa com a linha de produção de jacarés, é pensar a Amazônia enquanto personagem próprio com transformação e arco”, comenta o diretor. Gabriel destaca que a jornada da personagem se conecta à floresta. “Começa com o jacaré e termina com ele, mas, no final, solto nadando no rio. Acho que a gente também cria esse arco amazônico para falar sobre liberdade desse corpo que começa domesticado”, afirma.

Denise destaca que gravar na Amazônia modificou completamente sua experiência. “A Amazônia tem uma pulsação que te contamina. Você não cansa, teu físico cansa de trabalhar 10 horas, mas você não se sente cansado. Eu voltei morrendo

de saudade de lá. Voltei ainda querendo mais, ainda não satisfeita com dois meses. Foi tão bom ter o privilégio de ver o nascer do sol e o pôr do sol todos os dias na Amazônia, é para poucos, acho que é para muito poucos”, destaca. Além disso, a atriz enfatiza que a Amazônia não foi retratada de forma romântica, mas de forma real. “É uma Amazônia que é real, onde tem coisas terríveis: indústrias, tráfico, prostituição fortíssima, tem as populações ribeirinhas, uma vida sofrida. O Gabriel retratou uma Amazônia sem pena. Eu tirei qualquer possibilidade de sonho, coisas oníricas. A Amazônia é linda, mas é assustadora também”, reflete a protagonista.

*O último azul* levou para casa o segundo maior prêmio do Festival de Berlim, o Urso de Prata, concedido pelo grande júri. “A gente teve uma alegria imensa de estrear no Festival de Berlim, que já consagrou filmes como *Central do Brasil*, *Tropa de Elite* e fomos confirmar essa força do cinema brasileiro ganhando o Urso de Prata no ano que a gente ganha um Oscar. É muito bonito estar em um ano tão potente para o cinema brasileiro. Eu espero que as

pessoas vão celebrar o cinema brasileiro dentro do cinema”, destaca o diretor sobre as expectativas para o lançamento no Brasil.

Denise Weinberg deseja que o longa leve os brasileiros aos cinemas. “Eu insisto muito que as pessoas não fiquem esperando o cinema chegar na casa delas. A gente precisa das pessoas nas telas de cinema. A gente faz cinema para isso. Uma coisa é ver *O último azul*, no telão, no escurinho do cinema. Outra coisa é ver no sofá da casa mexendo no celular. Você fica na sua vida cotidiana e, de vez em quando, dá uma olhada no filme. Eu acho que esse filme merece uma atenção, não porque a gente fez, mas porque é uma observação sobre o panorama atual na Amazônia, que pode ser visto como distópico, mas acho que é completamente real”, finaliza a atriz.

## TRAVESSIA DO

## ENVELHECIMENTO

Fotos: Divulgação



Denise Weinberg percebeu as gravações na Amazônia como um grande privilégio

O ÚLTIMO AZUL, DE GABRIEL MASCARO, PREMIADO COM O URSO DE PRATA EM BERLIM, CHEGA AOS CINEMAS COM PROTAGONISMO DE DENISE WEINBERG E RETRATO SOBRE ENVELHECIMENTO NO BRASIL

### TRÊS PERGUNTAS PARA RODRIGO SANTORO

Como esse convite chegou até você e o que te interessou no projeto inicialmente?

Na verdade, a minha história com o Gabriel começa quando ele fez *Boi Neon*. Eu vi o filme e fiquei fascinado com o trabalho dele. Procurei o Gabriel e disse que eu queria trabalhar com ele. Conversamos quando o Gabriel foi fazer o *Divino Amor*, mas eu estava trabalhando, não funcionou e aí ele me procurou com esse roteiro e falou: “Olha, agora escrevi uma personagem para você. Eu queria ver o que você sente, uma participação. Me diga o que você acha.” E eu fui arrebatado pelo roteiro, pela personagem, pela temática do filme, sobre o tipo de reflexão que ele propõe. É uma protagonista idosa que vive numa pulsão de vida, que tem vontade de viver, que resiste a um ponto final, que no caso do nosso filme, o governo está querendo colocar na vida dela, mas é uma grande metáfora para dizer como nós nos relacionamos com o envelhecimento, com os idosos.

Como foi a sua preparação para esse personagem?

O que me chamou atenção no Cadu foi justamente o olhar na contramão do que a gente



É uma protagonista idosa que vive numa pulsão de vida, que tem vontade de viver, que resiste a um ponto final"

Rodrigo Santoro

está acostumado a ver a figura do masculino, especialmente num barco. Um homem num barco é uma figura livre e o barco para o Cadu é justamente o contrário, é uma prisão. O Cadu sofre a dor de estar distante do grande amor da vida dele. É um homem que começa embrutecido com o coração nu, e que por meio do encontro com a Teresa, e de uma experiência com os encantos da floresta amazônica, ele toma coragem e toma a rédea da própria vida, vai lidar com as suas próprias fragilidades, assumir elas. Eu acho uma forma de falar de um homem solitário muito interessante,

especialmente contemporânea. No mundo de hoje, é uma grande sacada lançar esse olhar sobre o masculino. E aí, eu fui para a locação uma semana antes. Fiz a preparação ali com o barco, navegando. E, essencialmente, entendendo como funciona o tempo daquele lugar. Eu, como um homem urbano que vive na cidade, que tem celular, cheguei lá e a primeira sensação que eu tive foi de ficar ansioso quando eu entrei no Igarapé e senti aquele silêncio. Quando eu vi, eu estava tomado por um ritmo, que não é o ritmo do Cadu, é o ritmo da das pessoas que vivem imersas na natureza. Esse

já foi o primeiro tapa na cara e eu vi que precisava começar por aí. Eu comecei sintonizando meu instrumento, que é meu corpo com minhas emoções, minha mente, com aquela com a professora que é a mãe natureza.

Quais as expectativas com a chegada do filme nos cinemas brasileiros?

A expectativa é maior possível, porque o filme, por onde passou, encantou as pessoas. Foi agraciado com o Urso de Prata, um festival tão importante. Mas, além do reconhecimento internacional, eu acho que o que mais me emociona de verdade, é o que aconteceu, por exemplo, que *Ainda estou aqui*, a gente viu as pessoas voltando aos cinemas, prestigiando o cinema nacional. Acho que é uma forma do público participar ativamente e fomentar o audiovisual brasileiro, porque o cinema depende desse resultado, senão o filme entra em cartaz e desaparece na segunda semana. Foi lindo ver o orgulho do brasileiro pelas produções nacionais, que isso se converta em presença nas salas, que a gente possa pegar esse esse movimento e solidificar ele, que isso seja concreto para que a gente consiga continuar contando as nossas histórias e a nossa identidade. A maior expectativa é de ver isso acontecer.



# Entenda como será o julgamento de Bolsonaro e do núcleo 1 do golpe

**Maria Eduarda Lavocat**  
**Ana Maria Campos**

**N**a próxima terça-feira, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) dará início ao julgamento da Ação Penal (AP) 2668, que tem como réus o ex-presidente Jair Bolsonaro e sete ex-integrantes de seu governo. Eles compõem o chamado “Núcleo 1” ou “Núcleo Crucial”, apontado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) como responsável por uma tentativa de golpe de Estado.

O julgamento será presencial e está previsto para cinco datas: 2, 3, 9, 10 e 12 de setembro. A fase processual preparatória foi concluída, incluindo a coleta de provas, oitivas de testemunhas de acusação e defesa, interrogatórios dos réus e cumprimento de diligências autorizadas pelo relator, ministro Alexandre de Moraes.

Os acusados respondem por tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. No caso do deputado federal Alexandre Ramagem, parte da denúncia está suspensa até o término de seu mandato. Além do “Núcleo Crucial”, a investigação envolve outros 24 acusados, distribuídos em três núcleos distintos.

De acordo com Marco Aurélio de Carvalho, advogado especializado em direito público e coordenador do grupo Prerrogativas, o processo vem sendo conduzido com absoluto respeito ao devido processo legal, ao direito de defesa e à presunção de inocência. “Todos os ritos estão sendo cumpridos com rigor. É importante reconhecer a condução do ministro Alexandre de Moraes e de seus colegas no Supremo, pela forma regular, lícita e republicana com que o caso

**“Todos os ritos estão sendo cumpridos com rigor. É importante reconhecer a condução do ministro Alexandre de Moraes e de seus colegas no Supremo, pela forma regular, lícita e republicana com que o caso vem sendo tratado”, Marco Aurélio de Carvalho, advogado especializado em direito público e coordenador do grupo Prerrogativas”**

vem sendo tratado”, afirmou.

Ele também elogiou a atuação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, a quem atribuiu equilíbrio e serenidade: “A lisura, a integridade e a agilidade do julgamento são, sem dúvida, um diferencial, além de contribuírem para a recuperação da credibilidade do Ministério Público após os excessos da Lava-Jato”.

Já o advogado Bruno Gimes Di Lascio faz críticas à condução do processo. Para ele, o STF alterou sua própria jurisprudência para viabilizar o julgamento da chamada “trama golpista”. A primeira mudança relevante foi a forma de julgamento: antes, as ações penais eram analisadas pelo plenário e agora passaram a ser apreciadas por turmas, o que, em sua visão, reduz as possibilidades de recurso e de debate entre um número maior de ministros. A outra mudança foi a ampliação do alcance do foro privilegiado como estratégia

para manter o caso no STF e evitar o envio à primeira instância.

Para o advogado, entretanto, a diferença mais marcante está no ritmo do processo. “O Supremo levou anos para julgar o ex-presidente Fernando Collor, mas PRETENDE analisar a cúpula do governo anterior em menos de seis meses. A pressa, embora inimiga da perfeição, parece ser amiga da eleição”, criticou.

A sessão começará com a leitura do relatório do ministro Alexandre de Moraes. Em seguida, o procurador-geral Paulo Gonet terá até duas horas para sua manifestação. Depois, as defesas apresentarão sustentações orais, cada uma com o tempo de uma hora. Como Mauro Cid celebrou acordo de colaboração premiada, sua defesa falará primeiro, seguida das demais em ordem alfabética.

Encerradas as manifestações, Moraes apresentará seu voto, analisando fatos, provas e argumentos, e se pronunciando pela

condenação ou absolvição. Os demais ministros votarão em ordem de antiguidade: Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e, por último, Cristiano Zanin, presidente da Turma. A decisão será tomada por maioria simples. Em caso de condenação, o relator proporá as penas e os demais ministros também votarão sobre sua fixação.

Nas alegações finais, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, sustentou que a acusação se baseou em amplo conjunto probatório como manuscritos, arquivos digitais, trocas de mensagens e planilhas que indicam a trama conspiratória contra as instituições democráticas.

Segundo Gonet, a investigação apontou envolvimento dos réus em uma organização criminosa com o objetivo de impedir o funcionamento dos poderes da República e depor um governo legitimamente eleito, além da depredação de prédios públicos. “A denúncia,

## A acusação

**A denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e os demais integrantes da núcleo 1 envolve os seguintes crimes:**

**Organização criminosa armada**  
**Pena:** três a oito anos.

**Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.**  
**Pena:** quatro a oito anos.

**Golpe de Estado**  
**Pena:** quatro a 12 anos.

**Dano qualificado pela violência e grave ameaça**  
**Pena:** seis meses a três anos.

**Deterioração de patrimônio tombado:**  
**Pena:** um ano a três anos.

por isso mesmo, não pode ser analisada como narrativa de fatos isolados, mas, antes, há de ser contemplada como relato de uma sequência significativa de ações voltadas para finalidade malsã, aptas, na soma em que se integram, para provocar o resultado que a legislação penal pune”, afirma Gonet.

Entre aliados de Bolsonaro, não há dúvidas de que o processo se encaminha para uma condenação. Pelos crimes de tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e Organização Criminosa, Bolsonaro poderá pega uma pena de até 43 anos de prisão, de acordo com o que estabelece a legislação.

Na dosimetria da pena, os ministros ainda deverão levar em conta a idade, antecedentes criminais, as circunstâncias judiciais do crime (como culpabilidade e motivos).

**Leia mais na página 2**



# Um processo que caminha para a condenação

Ana Maria Campos

Maria Eduarda Lavocat

**A**liados do ex-presidente Jair Bolsonaro apostam em dois benefícios que podem amenizar o iminente desfecho de condenação no julgamento da chamada trama golpista: uma pena mais leve e a manutenção da prisão domiciliar.

Caso seja considerado culpado dos crimes a que foi denunciado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, Bolsonaro pode ser levado a cumprir pena no complexo penitenciário da Papuda, onde estiveram, por exemplo, o empresário e ex-senador Luiz Estevão, o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu e outros condenados no processo do mensalão.

Mas ministros podem levar em conta a idade de Bolsonaro — ele tem 70 anos — e a saúde. Por conta da facada que sofreu na campanha de 2018, o ex-presidente tem uma série de sequelas.

Para Bruno Di Lascio, o julgamento tende a se limitar ao cumprimento de um “mero protocolo”, servindo apenas para formalizar aquilo que, em sua avaliação, já estaria previamente definido desde o recebimento da denúncia e nas reiteradas manifestações públicas dos ministros. “A tendência é de ampla condenação de todos os réus, com a rejeição das preliminares processuais apresentadas pelas defesas”, declarou.

Com base em sua experiência, Di Lascio avalia que o ex-presidente Jair Bolsonaro deverá ser condenado, e que a Primeira Turma do STF fixará contra ele uma pena privativa de liberdade que pode variar entre 25 e 32 anos de reclusão.

Ele ressalta, no entanto, que não é contra ou a favor de condenações em processos que considera “recheados de nulidades”, mas contesta os fundamentos da acusação. Para o advogado, o episódio de 8 de janeiro não configurou uma tentativa de golpe de Estado, mas sim uma “sublevação que pedia um golpe, o qual não ocorreu”. Segundo ele, o próprio STF reconhece que aqueles que se refugiaram nos quartéis não cometeram crime de golpe, mas de incitação ao crime (artigo 286 do Código Penal), cuja pena máxima é de seis meses de detenção. A diferença em relação aos que invadiram prédios públicos estaria apenas no crime de dano ao patrimônio. “Se não houve golpe em 8 de janeiro, Bolsonaro e seus aliados não poderiam ter cogitado, organizado e executado um ato que não existiu”, afirma.

Da mesma forma, o advogado Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do grupo Prerrogativas, considera inevitável a condenação de Bolsonaro e

Minervino Júnior/CB/D.A Press



**“O julgamento tende a se limitar ao cumprimento de um “mero protocolo”, servindo apenas para formalizar aquilo que, em sua avaliação, já estaria previamente definido desde o recebimento da denúncia e nas reiteradas manifestações públicas dos ministros”**

**Bruno Di Lascio**

**“A eventual condenação deve cumprir dupla função: punitiva-repressiva, para reparar os danos causados à sociedade, e pedagógica, como exemplo para evitar que episódios semelhantes voltem a ocorrer. A pena precisa ser dura e firme, por essa razão”**

**Marco Aurélio de Carvalho**

do chamado “Núcleo 1”. Para ele, nunca houve na história do país uma tentativa de golpe tão amplamente documentada. “Eles atentaram contra as instituições, tentaram abolir de forma violenta o Estado de Direito e deixaram provas inequívocas de suas responsabilidades. O caminho natural é a condenação”, afirma.

Na visão de Carvalho, a pena contra o ex-presidente deve ultrapassar 20 anos de prisão. “Não poderia ser diferente, considerando que pessoas com participação de menor relevância já receberam 15, 16, 17 e até 18 anos. Espera-se que Bolsonaro seja condenado à pena máxima”, explica.

O advogado destaca que a eventual condenação deve cumprir dupla função: punitiva-repressiva, para reparar os danos causados à sociedade, e pedagógica, como exemplo para evitar que episódios semelhantes voltem a ocorrer. “A pena precisa ser dura e firme”, defende.

Ele também afirma que é favorável à condenação de Bolsonaro e de todos os demais réus envolvidos no 8 de janeiro, mas que defende, para todos eles e para qualquer cidadão, os direitos e garantias individuais: presunção de inocência, direito de defesa e devido processo legal. “Não poderia ser diferente. Espero que sejam condenados, mas também que tenham seus direitos rigorosamente respeitados”, diz.

Além de Bolsonaro, são réus: o deputado federal Alexandre Ramagem; o almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça; o general da reserva Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional; o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro; o general Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; e o general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil.

Como consequência do julgamento, Everardo Gueiros, advogado especialista em direito eleitoral, direito processual civil e direito empresarial, afirma que uma eventual condenação poderá levar à retirada de membros da direita do jogo político imediato, deslocando-os para o campo jurídico. “Isso representa um desafio para o debate democrático, já que a democracia se fortalece com a apresentação de propostas, o debate amplo e a escolha popular por meio do voto”, aponta.

Já Marco Aurélio declara que o desdobramento esperado é o recolhimento imediato dos réus condenados ao sistema prisional, após o devido processo legal e o trânsito em julgado. Para ele, a suspensão dos direitos políticos e a inabilitação eleitoral são consequências naturais. “Não há nada mais grave, numa democracia, do que atentar contra suas instituições e contra o Estado de Direito. Por isso, espera-se a aplicação de penas rigorosas, privativas e restritivas de liberdade”, destaca.

# Data Venia



Ana Maria Campos  
camposanamaria5@gmail.com

Rosinei Coutinho/STF



**“Não faz muito tempo tivemos episódios lamentáveis de uso e abuso desse foro em todas as instâncias. Eu fico a imaginar, por exemplo, uma busca e apreensão determinada por um juiz de Cabrobó ou uma ordem de prisão determinada por um juiz de Diamantina — minha cidade — contra um senador ou presidente do Senado. Isso seria a subversão completa da nossa tradição jurídica e da nossa cultura jurídica”**

**Ministro Gilmar Mendes, decano do STF**

Rosinei Coutinho/SCO/STF



## Segundo mandato para Gonet

O presidente Lula anunciou ontem a recondução do procurador-geral da República, Paulo Gustavo Gonet Branco. O mandato termina em 18 de dezembro, mas Lula decidiu antecipar a indicação que precisa ainda ser submetida ao crivo do Senado. Defensora da lista tríplice para escolha do PGR, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) abriu mão de lançar nomes para restringir a escolha do presidente. Na nomeação de Gonet, Lula usou a prerrogativa da escolha sem submeter a seleção a uma lista eleita pela classe.

## Caminho aberto contra devedores contumazes

Decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a validade de lei que prevê a divulgação, pela Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, dos nomes de devedores contumazes de ICMS, representa a formação de um precedente importante e que poderá estimular que outros estados instituem e apliquem regras semelhantes. Por unanimidade, os ministros entenderam que o Regime Especial de Fiscalização (REF) para contribuintes considerados devedores contumazes, instituído pela Lei nº 13.711, de 2011, e regulamentada pelo Decreto nº 48.494, de 2011, é constitucional. A decisão rejeitou uma ação proposta pelo Partido Social Liberal (PSL), que alegava que a norma violava o princípio constitucional da livre iniciativa.



EBG/Reprodução

## Setor saudável contra sonegação

Parte interessada na ADI como “amicus curiae”, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) defendeu a constitucionalidade do REF como instrumento para combater práticas empresariais que se utilizam da inadimplência reiterada como vantagem competitiva. Segundo a entidade, a divulgação da condição fiscal de contribuintes contumazes favorece a transparência, estimula a regularização e protege a concorrência leal. No STF, o voto do ministro Nunes Marques (foto), relator do caso, foi acompanhado, por unanimidade. O Sindicom foi representado por Luciano Godoy, sócio e advogado na LUC Advogados. Para ele, a decisão do STF é importante para manter o setor saudável contra a sonegação tributária.

## Gilmar defende Alexandre de Moraes

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou a defender ontem o colega Alexandre de Moraes, alvo de sanções aplicadas governo Trump como retaliação à atuação nos inquéritos que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). “Não conheço todos os detalhes [das sanções], mas apoio o ministro Alexandre de Moraes de maneira inquestionável.

O Brasil deve muito ao ministro Alexandre, e sei que a história lhe fará justiça. Se estamos hoje em um ambiente democrático, devemos isso a ele”, destacou Gilmar Mendes, ao participar do Fórum Econômico Lide.

Maria Eduarda Lavocat/CB/D.A Press



## Conciliação em propaganda eleitoral

A Biblioteca do Supremo Tribunal Federal (STF) sediou ontem o lançamento do primeiro livro de José Henrique Lavocat Galvão Vieira de Carvalho, filho da ex-procuradora-geral do Distrito Federal Ludmila Lavocat Galvão e do ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Tarcísio Vieira de Carvalho Neto. Intitulada *Conciliação em matéria de propaganda eleitoral: uma articulação possível na práxis?*, a obra aborda a temática da propaganda eleitoral irregular e tem origem em seu trabalho de conclusão de curso. O livro conta ainda com apresentação escrita por seu avô, o ministro aposentado do STF Ilmar Galvão, e prefácio assinado por seu orientador na Universidade de Brasília (UnB), o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca.

## IDP vence disputa acadêmica no STF

O IDP foi a instituição vencedora da primeira edição do I STF Moot, competição acadêmica destinada a estudantes de direito promovida pelo STF. Participaram da disputa 382 universidades e faculdades de todos os estados brasileiros. Na fase final, disputavam o IDP e Ceub. A prova final foi uma simulação de julgamento da constitucionalidade de uma lei estadual fictícia que previa a cassação da inscrição no cadastro de ICMS de empresas que prestem apoio à prática de suicídio assistido no exterior. A banca era integrada pelos ministros Luis Roberto Barroso e Flávio Dino. Os estudantes do IDP Marília Nunes, Manuela Rabello, Eduardo Romano, Juliana Alves, Camila Narici e Lucas Bayard foram orientados pelos professores Guilherme Pupe (desembargador eleitoral do TRE-DF) e Paulo Mendes (foto).



Arquivo Pessoal

## Posse marcada no STJ

Em sessão solene marcada para 18h de 4 de setembro, Maria Marluce Caldas Bezerra e Carlos Augusto Pires Brandão tomarão posse como ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A cerimônia é restrita a convidados e imprensa, mas poderá ser acompanhada ao vivo pelo canal do STJ no YouTube.

## ENTREVISTA — LAURA SANTOIANNI LYRA PINTO, especialista em direito de família

Divulgação

# Lei da Alienação parental: 15 anos em vigor

Ana Maria Campos

**E**ditada em 26 de agosto de 2010, a Lei de Alienação Parental completa 15 anos nesta semana em meio a controvérsias. Criada para proteger o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar, a norma busca coibir práticas em que um dos responsáveis — pai, mãe, avós ou outros — interfere na relação com o outro, seja por meio de críticas, desqualificação ou indução de sentimentos negativos, especialmente em casos de separação ou falecimento.

Criticos defendem sua revogação sob o argumento de que a norma tem sido usada por pais e mães abusivos ou violentos com o propósito de afastar da criança ou adolescente quem denuncia e protege. Para a advogada Laura Santoianni Lyra Pinto, especialista em planejamento patrimonial e sucessório, direito de família e sucessões no escritório Briganti Advogados, o caminho não é eliminar a lei e, sim, fortalecer o sistema de Justiça.

A Lei de Alienação Parental (LAP) completa 15 anos nesta

semana com alguns questionamentos. Parlamentares de diferentes visões políticas querem revogá-la por acreditar que a lei vem sendo deturpada. Como vê essa questão? A Lei da Alienação Parental já passou por alterações desde sua criação, mas ainda gera debates entre juristas, psicólogos, movimentos sociais e parlamentares. Os críticos afirmam que, em alguns casos, a norma tem sido usada por agressores para desacreditar denúncias de abuso sexual e violência doméstica. Também questionam a falta de comprovação científica da chamada Síndrome da Alienação Parental, que inspirou a lei. Por outro lado, não se pode ignorar que a LAP é um importante instrumento de proteção a crianças e adolescentes, pois trouxe para o ordenamento jurídico situações antes tratadas apenas como conflitos de guarda comuns. Revogar a lei significaria deixar menores desprotegidos diante de condutas que fragilizam vínculos familiares e afetam sua saúde emocional. A lei não foi criada para favorecer os pais, mas para resguardar o interesse da criança. O mau uso por alguns não pode justificar a perda de uma proteção essencial para tantas famílias.

**Pais e mães abusivos ou violentos vêm usando a lei para acusar de alienação parental o pai ou mãe que denuncia o abuso. Como saber quem está com a razão?**

Esse é, de fato, um dos maiores desafios na aplicação da lei. Diferenciar uma denúncia legítima de uma acusação estratégica exige análise técnica aprofundada. O Judiciário deve adotar uma postura preventiva, seja advertindo as partes sobre a gravidade da conduta e suas consequências jurídicas, seja determinando acompanhamento psicológico ou psicossocial do suposto alienador e da criança ou adolescente, até que se possa verificar a existência — ou não — da alienação parental. Além disso, os laudos de psicólogos e assistentes

sociais têm papel essencial, pois permitem investigar a dinâmica familiar, observar a criança em ambiente protegido e identificar sinais de violência ou de manipulação. Dessa forma, a decisão judicial deve se ancorar em evidências concretas, evitando tanto a revitimização de crianças e adolescentes vítimas de abuso quanto o uso indevido da lei em disputas entre os pais.

**Como identificar os casos de alienação parental?**

Os sinais podem variar, mas alguns comportamentos são recorrentes. A criança ou adolescente pode começar a rejeitar um dos pais sem motivo aparente, repetir frases negativas, demonstrar ansiedade ou medo antes das visitas, recusar carinho,



presentes ou cuidados, além de apresentar queda no rendimento escolar e isolamento social. Do lado do alienador, as atitudes incluem omitir informações médicas ou escolares relevantes, descumprir acordos judiciais, mudar de domicílio de forma constante para dificultar o convívio e até apresentar falsas denúncias contra o outro genitor. É importante destacar que a alienação parental não se caracteriza por um ato isolado, mas por condutas reiteradas que comprometem a relação da criança e/ou adolescente com o outro genitor e afetam diretamente seu equilíbrio emocional e psicológico.

**O poder de econômico e político pode influenciar e afastar quem é mais fraco nessa relação. A Justiça e o Ministério Público têm instrumentos para identificar esse tipo de abuso?**

A produção de provas é elemento central para a correta aplicação da Lei de Alienação Parental. Não basta a simples alegação: é necessário reunir elementos concretos que permitam ao Judiciário compreender a dinâmica familiar e identificar eventuais abusos. Nesse contexto, os laudos psicológicos e psicossociais têm papel essencial, pois oferecem uma avaliação técnica da criança, do adolescente e dos próprios pais. Uma vez constatada a alienação parental, o juiz, com o auxílio e a fiscalização do Ministério Público, pode adotar diversas medidas previstas na lei, que variam em gravidade e podem ser aplicadas cumulativamente. Além

disso, o alienador pode ser condenado a indenizar o outro genitor por danos morais e materiais.

**Qual é o lado positivo da lei?**

O principal ponto positivo é justamente oferecer instrumentos para identificar e coibir práticas de afastamento injustificado entre pais e filhos, garantindo a preservação dos vínculos familiares. Antes de sua edição, situações de alienação parental, muitas vezes, ficavam sem resposta adequada do Judiciário. A lei trouxe maior visibilidade ao problema. Entre os avanços, destaca-se a possibilidade de criação de espaços de convivência supervisionada nos fóruns judiciais com salas adaptadas com brinquedos, mesas de pintura ou parques, acompanhados por equipes multidisciplinares. Esses ambientes permitem uma interação mais leve e segura entre pais e filhos, especialmente em contextos de alta conflituosidade. Outro aspecto relevante trazido pela LAP é a possibilidade de indicação de peritos particulares, seja pelas partes ou pelo juiz, quando não há equipes psicossociais disponíveis no Judiciário. Essa medida ajuda a reduzir a sobrecarga do sistema, amplia o acesso das famílias que não têm condições de arcar com altos custos dos peritos e evita atrasos processuais decorrentes da escassez desses profissionais.

**O que aconteceria se a LAP fosse revogada hoje?**

Se a Lei de Alienação Parental fosse simplesmente revogada, abrir-se-ia um vácuo na proteção jurídica das crianças e adolescentes.

Condutas de alienação voltariam a ser analisadas apenas como parte de disputas de guarda, sem uma proteção jurídica que permita investigá-las e puni-las de maneira adequada. Isso aumentaria a instabilidade nas decisões judiciais e enfraqueceria a rede de proteção destinada aos menores. Além disso, revogar a LAP não resolveria imediatamente problemas, como a violência doméstica ou os casos de abuso infantil, e pior, paradoxalmente, prejudicaria os direitos das crianças e dos adolescentes ainda, como também daqueles genitores ou familiares que dependem dela para denunciar atos de alienação parental. A solução não está em eliminar a lei, mas em fortalecer o sistema de Justiça, investindo na capacitação de profissionais e na disponibilização de recursos adequados, para que seja possível distinguir de forma precisa casos de alienação parental de denúncias legítimas de violência. Cabe destacar que a alienação parental não configura crime, mas sim, ilícito civil, cuja eficácia depende de provas consistentes e de uma atuação interdisciplinar qualificada. Por isso, a resposta adequada não é revogar a lei, mas aprimorá-la continuamente, por meio de debates legislativos responsáveis e orientados pelo melhor interesse da criança e do adolescente.

**Vê outros pontos da lei que precisam ser aprimorados?**

Um dos principais pontos que exigem avanço é a criação de critérios mais claros na lei para diferenciar situações de alienação parental de acusações legítimas de violência ou abuso. Nos casos em que coexistem alegações de violência doméstica contra a mãe e os filhos e, ao mesmo tempo, acusações de alienação parental, é essencial que todas sejam investigadas com a mesma seriedade, evitando que a lei seja instrumentalizada como estratégia em disputas de guarda. Outro eixo importante é o fortalecimento das equipes interdisciplinares, com padronização dos procedimentos periciais, evitando que crianças e adolescentes passem por processos de revitimização, como a repetição de entrevistas e exames em diferentes varas (família, infância e violência doméstica). No âmbito Legislativo e Executivo, a realização de audiências públicas é fundamental para ouvir especialistas, órgãos públicos e sociedade civil, criando soluções coletivas. O debate precisa estar sempre centrado no interesse da criança e do adolescente, com base em dados concretos.

## Visão do Direito



**Paulo Maurício Siqueira, Poli**  
Presidente da Seccional do Distrito Federal da  
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF)



**Nildete Santana de Oliveira**  
Diretora da Mulher da OAB/DF

# A coragem de recomeçar: um novo caminho para a advocacia feminina

A trajetória das advogadas muitas vezes é trilhada por desafios que a sociedade e o mercado de trabalho ainda não conseguiram entender por completo. Para além da dedicação exigida pela profissão, muitas mulheres enfrentam interrupções em suas carreiras por razões que a vida impõe, como a gravidez, a maternidade, o cuidado com a família e a responsabilidade de zelar por pais doentes ou pelo lar. Essas pausas, embora nobres e essenciais, paradoxalmente se tornam barreiras invisíveis que dificultam a reinserção profissional, minando a confiança e impedindo que talentos notáveis voltem a brilhar.

Foi a partir da escuta ativa e atenta, em diálogos francos com diversas advogadas, que a ideia de um projeto transformador

começou a tomar forma. Mais do que ouvir relatos de desafios, a observação direta revelou quadro de competência inexplorada. Mulheres advogadas, plenas de conhecimento e dedicação, viam-se à margem do mercado, incapazes de conquistar colocação após período de afastamento.

Com a clareza de que essa não era uma questão de falta de capacidade, mas de oportunidade, surgiu a iniciativa de criar um projeto que fosse além da teoria, oferecendo caminho concreto para a retomada profissional. A proposta foi apresentada a diversas empresas, ancorada não apenas na necessidade urgente de ação, mas também em fundamento sólido e global: a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. O projeto se alinha diretamente com o Objetivo de

Desenvolvimento Sustentável número 5, que prevê o estabelecimento de mecanismos para promover a igualdade de gênero e a equidade de oportunidades no ambiente de trabalho.

Assim nasceu o projeto “Recomeçar com Direito”, que se inicia com uma parceria pioneira entre a OAB/DF e o Sest Senat e que se propõe a ser catalisador de talentos. A iniciativa oferece completo arcabouço para a reinserção de profissionais: curso de pós-graduação gratuito, ministrado pela respeitada Escola Superior da Advocacia (ESA) da OAB/DF, complementado por estágio supervisionado de prática jurídica em ambiente institucional de excelência.

Contemplando as interseccionalidades e os múltiplos desafios que atravessam a vida das mulheres, o programa reafirma

o compromisso com a inclusão e a Justiça social. Mais do que capacitação técnica e o desenvolvimento de networking qualificado, “Recomeçar com Direito” busca devolver a advogadas a autonomia e a possibilidade de uma nova jornada. A inclusão de percentual mínimo de 30% das vagas para mulheres negras, pessoas com deficiência e mulheres trans reforça a convicção de que o desenvolvimento profissional e a diversidade caminham juntos.

Em sua essência, essa ação materializa oportunidades de aprendizado e de crescimento e gera renda e a retomada de vidas profissionais. É, fundamentalmente, a criação de novas possibilidades de futuro, reafirmando o compromisso da OAB/DF com uma advocacia cada vez mais forte, inclusiva e representativa e com o país que desejamos construir.

## Visão do Direito



**Viviane dos Reis Ferreira**  
Sócia e diretora do Parada Advogados.  
Membro da comissão de direito bancário  
e direito do consumidor da OAB/SP



**Luciana Buchmann Freire**  
Especialista em direito empresarial e diretora jurídica  
do Banco BMG e subsidiárias. Membro dos Comitês de  
Produtos, Aceitação de Clientes, PLD e Ética

## Litigância abusiva e o papel do Estado: o que mudar para proteger o Judiciário

A litigância abusiva não deve ser compreendida como um problema episódico ou uma falha isolada; ao contrário, ela se manifesta como um desafio estrutural que assola o sistema de Justiça brasileiro. Sua presença constante e onipresente nos tribunais acarreta uma série de consequências deletérias, comprometendo fundamentalmente a isonomia entre as partes, esgotando de forma inaceitável os recursos públicos já escassos e, em última instância, distorcendo o papel essencial do Poder Judiciário. Para enfrentar a magnitude desse fenômeno complexo e multifacetado, é imperativo ir além das respostas meramente judiciais.

A solução exige uma combinação de decisões políticas assertivas e mudanças legislativas corajosas, capazes de restabelecer a integridade do processo judicial e, consequentemente, a confiança institucional da sociedade na capacidade do Judiciário de cumprir sua função. Nos últimos anos, algumas iniciativas importantes e pontuais surgiram como um prenúncio de que o problema está sendo reconhecido. Entre elas, destacam-se a criação dos Centros de Inteligência

nos tribunais, que visam mapear e monitorar litígios de massa; a edição da Recomendação CNJ nº 159/2023, que propõe diretrizes claras e operacionais para o enfrentamento da judicialização abusiva; e o significativo julgamento do Tema 1198 no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que firmou o entendimento sobre a premente necessidade de racionalizar o tratamento das demandas em massa.

Embora esses passos representem avanços meritórios, é preciso reconhecer que ainda são insuficientes para conter a maré crescente da litigância abusiva e enfrentar a complexidade intrínseca do problema em sua escala atual. A dimensão do desafio impõe a necessidade de ações mais coordenadas e abrangentes.

O Brasil, de fato, carece de uma legislação clara e específica que aborde a litigância abusiva de forma institucionalizada, em especial no contexto das demandas repetitivas que sobrecarregam o sistema. A ausência de tipificação adequada para condutas fraudulentas facilita sua proliferação. Atos como o ajuizamento de ações em nome de autores falecidos, o uso indiscriminado de procurações genéricas sem

a devida individualização da vontade ou o fracionamento artificial de ações — em que uma única relação jurídica é desmembrada em múltiplos processos — precisam ser urgentemente tipificados e penalizados com um rigor muito maior do que o atual.

Embora o Código de Processo Civil (CPC) já preveja a figura da litigância de má-fé, seu tratamento é predominantemente individualizado e demonstra-se manifestamente insuficiente diante da escala e sofisticação dos abusos observados na realidade atual, incapaz de dissuadir as práticas abusivas em larga escala.

Além da necessidade premente de aprimoramento legislativo, é igualmente crucial fortalecer os canais de responsabilização administrativa e ética. Isso inclui dar maior poder de atuação e estrutura a entidades como as OABs e as corregedorias, para que possam investigar e punir de forma mais efetiva os profissionais e as condutas que extrapolam os limites da boa-fé processual.

Paralelamente, é imperativo criar cadastros de litigantes contumazes que sejam de acesso irrestrito aos tribunais, permitindo a identificação rápida de padrões abusivos

e a adoção de medidas preventivas antes mesmo da fase de julgamento.

Por fim, mas não menos importante, é fundamental estimular a adoção de soluções consensuais e extrajudiciais antes da própria propositura da ação, como a mediação e a conciliação, promovendo uma cultura de resolução de conflitos que evite o uso desnecessário da máquina judicial. A litigância abusiva não será, e não poderá ser vencida apenas com a prolação de sentenças judiciais isoladas. Ela exige um verdadeiro novo pacto institucional, que transcenda os limites tradicionais das atribuições de cada poder.

Nesse pacto, Legislativo, Judiciário, a advocacia, em seu papel fundamental de guarda da justiça, e a sociedade civil como um todo, devem reconhecer de forma inequívoca que o mau uso e a distorção do direito de ação representam um risco direto à solidez da democracia e ao acesso real e efetivo à Justiça para todos os cidadãos. Trata-se, portanto, de uma escolha que vai além do campo jurídico, configurando-se como uma decisão profundamente política: proteger a integridade do processo judicial é, em sua essência mais pura, proteger o próprio Estado de Direito.

## Visão do Direito



Karina Macedo Marra Leal

Sócia do escritório Deborah Toni Advocacia. Advogada com formação em direito administrativo, pós-graduada em direito público e em licitações e contratos

## Sistema S, deferência administrativa e o direito sancionador do medo: um chamado à coragem institucional

O Sistema S é, por excelência, um exemplo vivo de inovação institucional. Sua autonomia, reconhecida, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), confere às suas entidades a liberdade de atuarem de forma estratégica e eficiente, por meio de regulamentos próprios. Trata-se de uma das mais sólidas parcerias entre o Estado e a sociedade, construída ao longo de gerações. Essa prerrogativa não é um privilégio, mas sim um legado institucional.

Ainda assim, observa-se certa hesitação das próprias entidades em exercer essa autonomia, motivada pelo receio de responsabilizações futuras, o chamado “direito sancionador do medo”.

Para se ter ideia da relevância do Sistema S, segundo a Agência Brasil, suas entidades já formaram mais de 70 milhões de trabalhadores, contribuindo diretamente para o aumento da produtividade e da empregabilidade no país.

Na prática, o que tem minado o potencial dos regulamentos internos é a adoção, por parte de gestores, de modelos próprios da Administração Pública direta, mesmo quando incompatíveis com a natureza do

Sistema S. Trata-se, muitas vezes, de uma renúncia velada à identidade institucional, em troca de uma falsa sensação de proteção.

Nesse contexto, ganha relevância o princípio da deferência administrativa, o reconhecimento do mérito das decisões legítimas dos gestores, considerando seus fundamentos técnicos, os contextos e os obstáculos enfrentados. Não se trata de tolerância com irregularidades, mas de um sinal de maturidade institucional.

Manter a excelência que distingue o Sistema S no cenário nacional exige coragem para reafirmar sua autonomia. Isso inclui formar quadros técnicos capacitados para decidir com base nos regulamentos próprios e, sobretudo, romper com o ciclo de insegurança.

Para que essas entidades sigam exercendo seu papel transformador, não basta contar com boas normas: é preciso ter bravura para aplicá-las. Liderar em um ambiente institucional complexo exige ousadia para afirmar a autonomia sem ceder ao medo de interpretações punitivistas. Essa é a liderança que o momento histórico exige daqueles que conduzem a inovação no setor público de forma ampliada.

Esse caminho, no entanto, só será viável

com uma mudança no relacionamento com os órgãos de controle. É hora de substituir a lógica da fiscalização intimidadora por uma visão de controle voltada ao aperfeiçoamento. Um modelo em que a atuação técnica dos gestores seja respeitada e em que o controle externo atue como parceiro na construção de soluções.

Superar o paradigma punitivista é essencial para criar um ecossistema institucional onde inovação e conformidade coexistam de forma virtuosa, gerando benefícios concretos à sociedade.

Cabe também às lideranças do Sistema S assumirem um papel pedagógico, tanto internamente quanto externamente. No âmbito interno, investindo na formação de quadros conscientes da extensão e dos limites da sua autonomia decisória. No externo, comunicando com clareza à sociedade e aos órgãos fiscalizadores que a autonomia regulatória não é um cheque em branco para desvios, mas sim, um instrumento estratégico para entregas mais ágeis, eficazes e alinhadas às demandas contemporâneas. Esse esforço de comunicação é fundamental para desconstruir narrativas que ainda confundem

inovação com risco institucional.

A advocacia institucional, por sua vez, precisa deixar de lado o papel meramente defensivo e adotar uma postura propositiva. Mais do que blindar decisões, os departamentos jurídicos devem atuar como parceiros estratégicos, capazes de mapear riscos e construir fundamentações robustas que deem segurança aos gestores. Essa mudança de mentalidade jurídica é fundamental para romper o ciclo de autocensura que ainda paralisa tantas iniciativas inovadoras no âmbito do Sistema S.

Por fim, é preciso compreender que a verdadeira proteção contra responsabilizações indevidas não reside na inércia nem no excesso de cautela, mas na construção de decisões sólidas, bem documentadas e juridicamente alinhadas com a missão institucional e com a visão do Sistema S. A determinação, aqui, não é apenas uma virtude desejável: é uma necessidade vital para que essas entidades continuem sendo agentes de desenvolvimento econômico e social no país.

É nesse equilíbrio entre autonomia e deferência que reside o futuro do Sistema S e, por consequência, os rumos da inovação e do progresso nacional.

## Visão do Direito



Glauco dos Reis da Silva advogado

Pós-graduado em direito eleitoral e em direito penal e processo penal. Membro atuante da Sociedade dos Advogados Trabalhistas do Estado do Rio Grande do Sul (SATERGS)

## Multa automática e mais poder ao trabalhador: o que muda nas férias com a nova lei trabalhista

Em 2025, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passou por mais uma atualização relevante. Embora os 30 dias de férias remuneradas tenham sido mantidos, a nova legislação trouxe mudanças significativas que alteram a dinâmica entre empregadores e empregados. O objetivo é claro: garantir mais previsibilidade, transparência e equilíbrio nas relações de trabalho.

Uma das principais novidades é a obrigatoriedade de comunicação antecipada. A partir de agora, as empresas precisam informar o período de férias do trabalhador com pelo menos 30 dias de antecedência, e esse aviso deve ser feito por escrito. Essa formalidade corrige distorções comuns na prática, em que muitos empregados eram

surpreendidos com notificações de última hora — ou até mesmo com períodos determinados sem o devido diálogo.

Outra mudança de grande impacto é a criação da multa automática para os casos em que as férias não são concedidas dentro do prazo legal. Antes, o trabalhador precisava recorrer à Justiça para exigir seus direitos, o que tornava o processo moroso e desgastante. Agora, a penalidade é aplicada de forma imediata, fortalecendo o poder fiscalizador da norma e ampliando a proteção ao empregado.

O fracionamento das férias também foi mantido, mas com regras mais rígidas. O primeiro período deve ter, no mínimo, 14 dias, enquanto os demais precisam ser de ao menos 10 dias cada. Não são mais aceitos

períodos inferiores a uma semana. Além disso, a empresa precisa justificar formalmente a divisão, e o trabalhador tem o direito de recusar a proposta.

Na prática, esse modelo busca preservar o real objetivo das férias: proporcionar descanso adequado e recuperação da saúde física e mental.

Essas alterações também dialogam com outros direitos já consolidados, como o 13º salário integral, o depósito regular do FGTS e o direito à desconexão — esse último, essencial para limitar exigências e demandas fora do expediente de trabalho. Trata-se de um movimento de modernização da CLT, alinhando-a a práticas internacionais sem abrir mão da proteção social que caracteriza

a legislação brasileira.

Em minha visão, o novo modelo traz um avanço relevante: ao exigir aviso formal, prever multa automática e permitir maior poder de decisão ao trabalhador, cria-se um ambiente mais transparente e juridicamente seguro para ambas as partes. O empregador, ao seguir as regras, ganha clareza e reduz riscos de litígio; o empregado, por sua vez, conquista maior autonomia e a garantia de que seu direito ao descanso será respeitado.

Em um cenário de transformações rápidas no mercado de trabalho, legislações que reforçam o equilíbrio entre produtividade e dignidade laboral não apenas corrigem distorções, mas também constroem relações mais justas e sustentáveis.

## Visão do Direito

Monica Nobre  
Conselheira do CNJ

## O CNJ e o fortalecimento social por meio de políticas judiciárias

O Conselho Nacional de Justiça tem a missão de exercer controle financeiro e administrativo do Poder Judiciário, assim como da atividade funcional dos magistrados, à exceção do Supremo Tribunal Federal e, no cumprimento dessas finalidades, o trabalho tem sido árduo nestes 20 anos.

Além do controle exercido, muitas políticas judiciárias foram criadas, sobre os mais variados temas e algumas já se fixaram, integrando a rotina dos tribunais e dos fóruns em todo o Brasil.

Ao assumir a vaga destinada a Desembargadores Federais em 2024, fui incumbida de coordenar três importantes políticas instituídas pelo CNJ: o Sistema de Juizados Especiais, a rede de Cooperação Judiciária e o Sistema de Soluções Adequadas de Conflitos, sobre as quais faremos breve resumo.

Nossas pesquisas indicam que mais da metade dos processos chegam ao Judiciário por meio dos Juizados Especiais, onde são tratadas as causas de menor complexidade, mas de grande impacto na vida das pessoas. Em 2024 e 2025, realizamos a primeira e a segunda Semana Nacional dos Juizados Especiais, um evento

que já integra o Calendário Anual da Justiça, em que são debatidas as oportunidades de melhoria desse sistema, aperfeiçoando a entrega da prestação jurisdicional ao cidadão.

Recentemente, realizamos reunião com as coordenações dos Juizados Especiais de todos os Tribunais, com o objetivo de aprovar enunciados orientadores acerca das controvérsias relacionadas a descontos em benefícios previdenciários. Considerando a ampla repercussão do tema no último ano, por meio da Cooperação Judiciária, apresentamos proposta de Recomendação destinada a fomentar a adoção de medidas coordenadas para o tratamento adequado dos litígios massificados decorrentes de descontos associativos, eventualmente não autorizados, bem como para a prevenção de fraudes.

A cooperação judiciária, a seu turno, recentemente começou a ser tratada no Poder Judiciário, pois normatizada no Código de Processo civil de 2015. Representa hoje um grande avanço na eficiência do processo judicial, autorizando que os magistrados cooperem entre si para a prática de qualquer ato processual, o que antes não ocorria.

O auxílio direto entre os magistrados e os

atos concertados permitem que o processo seja agilizado, sendo desnecessárias as formalidades anteriormente adotadas, como as cartas precatórias e a grande demora para que o pedido de um juiz fosse atendido pelo outro. Tal novidade está de acordo com os tempos modernos, onde as informações transitam em rede de maneira célere e imediata. Essa evolução do sistema tem raízes na instalação do processo judicial eletrônico, também gestado e implantado pelo CNJ já no início de sua instalação, quando se criou o Processo Judicial Eletrônico (PJE).

No caso da catástrofe sofrida pelo estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, aprovamos uma recomendação no CNJ para que todos os magistrados brasileiros pudessem auxiliar os magistrados gaúchos, em todas as áreas da justiça e grau de jurisdição, a fim de evitar um colapso dos inúmeros pedidos que a população precisaria levar ao Judiciário, como indenizações, questões de seguro, assistência social, saúde, entre outras.

Por fim, mantemos em plena ascensão a política voltada à solução de controvérsias por meio de autocomposição, que também foi concebida em 2005, logo que o CNJ foi instalado. Atualmente temos milhares de mediadores e

conciliadores certificados pelos moldes do CNJ, atuando em todo o Brasil.

Muitas iniciativas são premiadas anualmente pelo CNJ, garantindo que cada vez mais a mediação chegue até a população. Como exemplo, o Prêmio Conciliar é Legal e o Prêmio Eficiência Tributária são eventos marcantes da Política de Solução Adequada de Conflitos. A mediação empresarial, inclusive, já é uma realidade em muitas corporações.

Constata-se que há um movimento importante acontecendo no CNJ para aprimorar o sistema de Justiça.

Os números do Judiciário brasileiro estão disponíveis nos relatórios Justiça em Números no site do CNJ e podem ser conhecidos por toda a sociedade.

As críticas e sugestões também são bem recebidas pelo sistema de Ouvidoria, pois todos podem ajudar a aprimorar o Poder Judiciário, a quem cabe distribuir a Justiça ao nosso povo!

Enfim, cabe frisar que o CNJ objetiva, por meio do desenvolvimento de inúmeras políticas judiciárias, o aprimoramento contínuo do Poder Judiciário com vistas a garantir uma adequada prestação jurisdicional aos cidadãos.

## Visão do Direito

Rafaela Canito  
Sócia da equipe de tributação sobre consumo escritório de advocacia LefosseLuiza Morett  
Advogada da equipe de tributação sobre consumo do escritório de advocacia LefosseKaren Coutinho  
Counsel de direito público e regulação do escritório de advocacia Lefosse

## Reforma Tributária e serviços de streaming: entenda as mudanças que estão por vir

Em meio a frequentes conflitos de competência entre entes da Federação, disputas judiciais bilionárias e interpretações controversas de normas tributárias, a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) surge como medida de simplificação da tributação sobre o consumo no país.

Embora a reforma tenha esse objetivo, trará desafios de adaptação para setores específicos da economia — como o de streaming, hoje presente em grande parte dos lares brasileiros.

Não é de hoje que essas plataformas convivem com incertezas tributárias, sobretudo em modelos de download ou híbridos. O Superior Tribunal de Justiça define streaming como tecnologia que permite transmissão contínua de dados pela internet, sem download dos arquivos. Ainda assim, sua tributação foi alvo de

disputas entre estados e municípios.

Em 2017, a Lei Complementar nº 157 incluiu na lista do ISS a disponibilização de conteúdos digitais sem cessão definitiva, abrangendo formalmente o streaming. No mesmo ano, porém, o Confaz editou o Convênio ICMS nº 106, que disciplinava a cobrança de ICMS sobre bens e mercadorias digitais transferidos eletronicamente, reacendendo a controvérsia. Em 2021, o STF declarou o convênio inconstitucional, firmando que o ICMS não incide sobre licenciamento ou cessão de uso de softwares e que o streaming não envolve circulação de mercadoria nem serviço de telecomunicação.

Com IBS e CBS, espera-se o fim desse conflito, já que tais tributos terão base ampla de incidência sobre operações onerosas, independentemente da natureza jurídica. Isso cria um marco mais claro para a tributação do setor.

É certo, porém, que a carga nominal tende a

aumentar: ISS e PIS/Cofins (até 5% e 9,25%) serão substituídos por IBS e CBS, cuja alíquota mínima de referência é 26,5% (ainda em definição). Esse impacto, contudo, dependerá da não cumulatividade plena, que permitirá créditos sobre todas as aquisições tributadas — inclusive, direitos de exibição de conteúdos —, somada a um novo sistema de ressarcimento. A depender da estrutura de custos de cada empresa, a carga efetiva poderá ser menor, mas não se descarta repasse ao consumidor, elevando preços de assinaturas.

Além disso, os prestadores de serviços enfrentarão desafios práticos. O primeiro é a definição do município competente para arrecadação. Hoje, o ISS é recolhido no local do prestador; com a reforma, valerá o princípio do destino: o imposto será devido onde está o usuário. Para tanto, a legislação exige ao menos dois critérios não conflitantes entre: endereço declarado, informações comerciais relevantes,

cadastro do arranjo de pagamento e IP ou geolocalização. Assim, plataformas terão de atualizar cadastros e sistemas, o que pode gerar fricções na experiência do usuário e até incentivar migração para concorrentes.

Outro ponto é o acompanhamento das alíquotas municipais — mais de 5.000 —, exigindo parametrização adequada dos sistemas de arrecadação. Some-se a isso regras específicas para operações continuadas e a obrigatoriedade de emitir documento fiscal eletrônico para cada operação, sem previsão atual de simplificação como emissão globalizada por município ou período.

Diante disso, empresas de streaming devem avaliar desde já os impactos jurídicos e práticos da reforma em suas operações, revisando procedimentos de cadastro, fornecedores e parametrização de sistemas de emissão e registro fiscal, de modo a se adaptarem em tempo hábil às mudanças que começam a valer em 2026.

## Visão do Direito



Ana Helena Silva Lavigne de Souza

Advogada tributária no escritório  
Gaia Silva Gaede Advogados

Théo Meneguci Boscoli

É sócio no escritório Gaia  
Silva Gaede Advogados

# Split payment e responsabilidade civil das instituições de pagamento

O split payment é um dos temas da Reforma Tributária que, mesmo antes de regulamentação plena e sem prazo de implementação, já gera insegurança entre contribuintes e, especialmente, instituições de pagamento.

Isso porque a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma Tributária em nível constitucional, passou a prever a possibilidade de o recolhimento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) ocorrer na liquidação financeira da operação.

Essa sistemática, prevista para regulamentação por lei complementar, foi detalhada pela Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu também o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo.

Em linhas gerais, o split payment é um método automatizado de arrecadação dos novos tributos em operações pagas por meios digitais (Pix, transferências, boletos etc.), permitindo que o valor chegue ao fornecedor já líquido dos tributos.

Diferentemente do sistema atual, em que a apuração e o recolhimento são mensais e feitos diretamente pelos contribuintes, geralmente

instrumentalizados por documento de arrecadação gerados diretamente nos sites eletrônicos dos entes tributantes, o novo modelo prevê recolhimento transação a transação, ainda que a apuração continue mensal, de acordo com a norma complementar.

Em que pese a nova metodologia trazer um potencial de modernização no sistema de arrecadação, na prática há diversos pontos de atenção. Um deles é sobre a quem será atribuída a complexa responsabilidade de processar, apurar, recolher e distribuir os pagamentos aos respectivos destinatários (órgãos gestores dos tributos e fornecedores).

De acordo com a LC 214/2025, caberá aos prestadores de serviços de pagamento eletrônico e às instituições operadoras de sistemas de pagamento (meios de pagamento) a segregação e recolhimento do IBS e da CBS ao Comitê Gestor do IBS e à Receita Federal do Brasil, respectivamente.

Além dessas atribuições, a Lei Complementar também delega aos meios de pagamento a obrigação de coletar as informações das transações, que serão disponibilizadas pelos

fornecedores, conforme regulamentação específica. Com base nestas informações, os meios de pagamento deverão consultar os sistemas da Receita e do Comitê Gestor do IBS sobre os valores a serem segregados e recolhidos (que, em tese, já serão a diferença entre os débitos e os créditos incidentes na operação).

Sem aprofundarmos nos prementes efeitos tributários e financeiros que a nova sistemática de recolhimento poderá causar (possíveis impactos no fluxo de caixa do fornecedor pela antecipação dos tributos e eventual descasamento entre os débitos e créditos apurados no split payment e a apuração do contribuinte, por exemplo), os meios de pagamento já contam com uma elevada carga de preocupações.

Além de os meios de pagamento serem instados a absorver a demanda operacional e sistêmica necessária para implementação do split payment, outros desdobramentos podem vir à tona quando o sistema estiver em operação, tais como a segurança dos dados fiscais dos contribuintes e a responsabilização, na esfera cível, por eventuais danos causados por instabilidades nos sistemas operacionais, como atraso no

processamento dos pagamentos, recolhimento indevido ou a maior dos tributos, ou mesmo a sua ausência, por exemplo.

Destaque-se que, ao fim e ao cabo, os meios de pagamento prestarão mais um serviço ao longo da cadeia de pagamento, notadamente a retenção dos tributos. Logo, se assim o é, poderá ser aventada a possibilidade da aplicação da legislação consumerista em caso de erro na realização do split payment, atraindo, entre outros, a sua responsabilização independente de culpa.

Ainda que o tema careça de regulamentação, vislumbramos que, em caso de não realização do split payment, o meio de pagamento poderá ficar exposto às consequências da mora do fornecedor (multa e juros), mas não ao valor dos tributos (principal), notadamente pelo fato desse não ser legalmente o responsável tributário da obrigação.

Como a breve análise deste recorte demonstra, o período de transição da Reforma Tributária exigirá reflexão, adaptação e envolvimento de todo o meio empresarial e seus efeitos extrapolarão as esferas fiscais e tributárias, abrangendo efeitos cíveis e consumeristas.

## Visão do Direito



Alessandro Vietri

Advogado especialista em direito do trabalho e processo do trabalho pela PUC-SP. Sócio do Salles Nogueira Advogados e Conselheiro da OAB/SP

## Enquadramento sindical no Brasil: critérios e desafios para empresas com matriz e filiais

Na dinâmica empresarial atual, marcada pela abertura de matrizes e pela multiplicação de filiais em diferentes cidades ou estados, surgem dúvidas frequentes dos empresários quanto ao correto enquadramento sindical.

Dois questionamentos principais se destacam:

- O enquadramento deve corresponder apenas à atividade principal da empresa, conforme objeto social e CNAE, ou também considerar as atividades secundárias?
- Como se dá o enquadramento dos empregados registrados no CNPJ da matriz, mas que prestam serviços em filial situada em outra localidade?

No Brasil, o sistema de enquadramento

sindical é regido pelo critério da atividade econômica preponderante do empregador, salvo as exceções das categorias profissionais diferenciadas. O Art. 581, § 2º, da CLT estabelece que a atividade preponderante define a categoria econômica à qual a empresa pertence.

Esse entendimento é reiterado pelo TST. Em recente decisão, a 5ª Turma reafirmou que a atividade preponderante é “aquela que constitui o objetivo final da empresa, para o qual todas as demais atividades converjam” (RR-1000977-83.2017.5.02.0717, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 15/12/2023). Assim, mesmo que a empresa desempenhe atividades secundárias, se forem inerentes ou acessórias à atividade principal, todos os empregados não diferenciados serão enquadrados pelo sindicato correspondente a essa. O objetivo é preservar a unicidade sindical, prevista no Art. 570

da CLT e no Art. 8º, II, da Constituição.

Quanto ao segundo ponto, prevalece o princípio da territorialidade. A interpretação dos arts. 511, § 1º, e 570 da CLT leva à conclusão de que os empregados devem ser representados pelo sindicato da categoria profissional que atua na base territorial onde efetivamente prestam serviços. Assim, normas coletivas (CCTs e ACTs) aplicam-se conforme o local da execução do trabalho, e não segundo a sede da empresa.

Exemplo: empregado registrado em São Paulo, mas atuando em filial de Minas Gerais, será representado pelo sindicato de Minas, com aplicação da norma coletiva local. Se não houver sindicato específico na cidade, admite-se base territorial mais abrangente (intermunicipal, estadual ou, em casos raros, nacional). Nesses contextos, federações de trabalhadores e empregadores podem

conduzir as negociações coletivas. A CCT aplicável será aquela cuja base territorial inclua o município de efetiva prestação de serviços.

A inobservância do enquadramento correto pode gerar passivos trabalhistas relevantes, como diferenças salariais, multas e litígios. O Direito Coletivo do Trabalho brasileiro, fundado nos princípios da territorialidade e da unicidade sindical, fixa que o enquadramento se dá pelo local da prestação de serviços, e não pela sede ou CNPJ de registro do contrato.

Portanto, ao abrir matriz ou filial, cabe ao empresário identificar corretamente a CCT/ACT aplicável. É essencial considerar tanto o local da atividade dos empregados quanto a atividade principal da empresa definida no Cnae, a fim de prevenir disputas futuras sobre enquadramento sindical e a consequente geração de passivos.







# CLASSIFICADOS

## CORREIO BRAZILIENSE

Saiba como entrar em contato com o  
Classificados do Correio Braziliense

### Pequenos anúncios

61 3342-1000 opção 05 ou  
61 3214-1215

### Editais, Avisos e Comunicados

61 3342-1000 opção 04 ou  
61 3214-1245

### Whatsapp

61 98167-9999

### Central

61 3342-1000

### E-mail

[classificados.df@cbnet.com.br](mailto:classificados.df@cbnet.com.br)

### Endereço:

Sig QD 02 Bl 02 lote 340  
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



**Instagram:**  
[@classificadoscb](https://www.instagram.com/classificadoscb)



**Facebook**  
[@classificadoscb](https://www.facebook.com/classificadoscb)